

DA MONARQUIA
À REPÚBLICA

CARTAS PORTUGUESAS DE ROMOLO MURRI

HISTÓRIA RELIGIOSA – FONTES E SUBSÍDIOS

VOLUMES PUBLICADOS

1

ISABEL MORUJÃO

CONTRIBUTO PARA UMA BIBLIOGRAFIA CRONOLÓGICA
DA LITERATURA MONÁSTICA FEMININA PORTUGUESA
DOS SÉCULOS XVII E XVIII (IMPRESSOS)

LISBOA 1995 – ISBN 978-972-8361-09-9

3

Pe. LUÍS DE AZEVEDO MAFRA

LISBOA NO TEMPO DO CARDEAL CEREJEIRA
UM TESTEMUNHO

LISBOA 1997 – ISBN 978-972-8361-11-2

4

Coord. MARIA DE LURDES ROSA E PAULO F. OLIVEIRA FONTES
ARQUIVÍSTICA E ARQUIVOS RELIGIOSOS:
CONTRIBUTOS PARA UMA REFLEXÃO

LISBOA 2000 – ISBN 978-972-8361-15-0

5

ANA MARIA S. A. RODRIGUES; JOÃO CARLOS TAVEIRA RIBEIRO;
MARIA ANTONIETA MOREIRA DA COSTA; MARIA JUSTINIANA PINHEIRO MACIEL
OS CAPITULARES BRACARENSES (1245-1374):
NOTÍCIAS BIOGRÁFICAS

LISBOA 2005 – ISBN 978-972-8361-22-8

6

Coord. MARIA DO ROSÁRIO BARBOSA MORUJÃO

TESTAMENTI ECCLESIAE PORTUGALIAE (1071-1325)

LISBOA 2010 – ISBN 978-972-8361-31-0

7

Coord. JOÃO MIGUEL ALMEIDA

DA MONARQUIA À REPÚBLICA: CARTAS PORTUGUESAS DE ROMOLO MURRI

LISBOA 2010 – ISBN 978-972-8361-33-4

Propriedade, Edição e Administração

CENTRO DE ESTUDOS DE HISTÓRIA RELIGIOSA

Faculdade de Teologia

Universidade Católica Portuguesa

Palma de Cima - 1649-023 Lisboa

secretariado.cehr@ft.lisboa.ucp.pt

www.cehr.ft.lisboa.ucp.pt

DA MONARQUIA À REPÚBLICA

CARTAS PORTUGUESAS DE ROMOLO MURRI

Coordenação

JOÃO MIGUEL ALMEIDA

Introdução

MAURILIO GUASCO



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA | CENTRO DE ESTUDOS DE HISTÓRIA RELIGIOSA

Da Monarquia à República: cartas portuguesas de Romolo Murri

© Centro de Estudos de História Religiosa (UCP)

Lisboa 2010

Introdução e edição: João Miguel Almeida

Tradução: João Chaves

Revisão do texto italiano: Maria Fernandes

Revisão do texto português: Marta Coelho Azevedo

Índice

Apresentação.....	7
Romolo Murri: percurso de um crente, intelectual e político católico.....	11
Romolo Murri em Portugal	21
Dalla Monarchia alla Repubblica: lettere portoghesi di Romolo Murri	
Al Lettore	51
I. Alla vigilia della Rivoluzione.....	55
II. Una conversazione col Ministro degli Esteri.....	63
III. Il tramonto di una monarchia	71
IV. La preparazione repubblicana.....	81
V. La tappa saltata.....	89
VI. I Cappellani della Corona.....	97
VII. Concludendo	107
Da Monarquia à República: cartas portuguesas de Romolo Murri	
Ao leitor.....	117
I. Na vigília da Revolução	121
II. Uma conversa com o ministro dos Estrangeiros	129
III. O fim de uma Monarquia	137
IV. A preparação repubblicana	147
V. A etapa saltada	155
VI. Os capelães da Coroa.....	163
VII. Concluindo.....	173
Anexos	
Entrevista de Romulo Murri a <i>O Século</i> (10 de Setembro de 1910).....	183
Notícias na imprensa sobre a presença de Romulo Murri em Portugal .	189
Índice onomástico.....	191

Apresentação

A publicação de fontes relativas ao período da contemporaneidade portuguesa é um imperativo para alargar o conhecimento que se pode adquirir sobre a diversidade de percepções dos acontecimentos, dos seus intervenientes e respectivas conjunturas. Quando esta documentação diz respeito à apresentação de textos da época, sobretudo quando não são de fácil acesso, esta função de reintroduzir essa documentação nos circuitos do trabalho historiográfico permite exercitar-se, de modo mais profundo, a crítica de fontes e a respectiva hermenêutica, possibilitando a compreensão de diversos estratos discursivos e a sua interdependência. Mais do que uma simples actividade editorial, trata-se de um serviço que contribui para o labor historiográfico, como desenvolvimento do conhecimento da realidade na sua complexidade.

Para os estudiosos mais atentos e dedicados ao período final da Monarquia Constitucional e à conjuntura inicial da revolução republicana, eram conhecidos ou, pelo menos, referenciados artigos, ou reportagens, que Romolo Murri escrevera e publicara aquando da sua estadia em Lisboa em Setembro de 1910, os quais deram origem à publicação posterior de um pequeno opúsculo. Contudo, esta pequena contribuição murriana sobre a realidade portuguesa sempre passou despercebida ou nunca foi suficientemente valorizada. Talvez a falta de atenção ou a desvalorização dadas a este trabalho se deva, antes de mais, ao facto de se tratar de um autor sobretudo conhecido e apreciado pela sua intervenção marcante na realidade italiana, nomeadamente no plano eclesiástico e no da política, e envolvimento directo na «questão modernista»

que atinge particularmente os ambientes católicos nos finais do século XIX e, pelo menos, durante o primeiro quartel do XX.

Efectivamente, este opúsculo não contém textos fundamentais deste autor, nem informações que constituam uma novidade para a historiografia, em particular em termos de factologia ou de qualquer informação que se pudesse considerar fundamental e desconhecida. A sua importância reside, não aí, mas no mostrar como uma destacada personalidade do universo católico italiano compreendeu uma situação de ruptura política, não descrita mas como que «adivinhada» através de um olhar exterior sobre esse momento. Uma conjuntura que provocará uma alteração de regime com profundas implicações nas estruturas político-sociais, culturais e, necessariamente, religiosas, com destaque para a realidade eclesiástica.

Portanto, a natureza deste autor e a sua relevância num certo contexto do catolicismo contemporâneo é por si só factor para se lhe prestar devida atenção e ser considerado, por quem é e pelas imagens sobre a realidade em Portugal, numa conjuntura precisa e significativa, para leitores italianos da época.

A presente edição bilingue deste texto permite acompanhar os dias e o ambiente lisboeta que antecederam o 5 de Outubro de 1910, contando com uma introdução de João Miguel Almeida, a quem se deve também a organização deste trabalho, onde procura traçar aspectos significativos dos contactos havidos por parte de Romolo Murri em Lisboa e apontar alguns dos veios do «modernismo católico» na sociedade portuguesa. Publica-se nesta edição um texto original sobre esta figura italiana por um destacado académico italiano, Maurilio Guasco, professor de Ciência Política da Universidade do Piemonte Oriental e reputado especialista internacional de história da Itália e do catolicismo contemporâneos, com trabalhos fundamentais sobre a personalidade de Romolo Murri e da «querela do modernismo». Cabe aqui, e a este propósito, uma palavra de vivo agradecimento a quem tem acompanhado o trabalho que o CEHR vem realizando nestes últimos anos.

A tradução do italiano para português deve-se a João Chaves, a quem justamente endereçamos uma palavra de profunda gratidão pela qualidade, pelo seu empenho e prontidão na execução deste trabalho e, também, pela generosidade gratuita de sua colaboração com o CEHR. Do mesmo modo, importa sublinhar as tarefas fundamentais realizadas na fixação da transcrição do texto italiano por Maria Fernandes, na revisão da tradução por Marta

Coelho Azevedo e, necessariamente, em todo o trabalho editorial levado por Guilherme Sampaio e José António Rocha. Estes agradecimentos, não sendo de natureza protocolar, exprimem sobretudo o modo cooperativo com que se procura levar a cabo a investigação e sua respectiva divulgação no âmbito do CEHR.

A publicação deste «testemunho de época», com as necessárias preocupações de rigor, resulta das tarefas desenvolvidas no âmbito do projecto de investigação «Católicos portugueses na política do século XX: intervenção e reflexão de duas gerações», o qual teve apoio da FCT entre 2007 e 2010; bem como do trabalho que se realiza no âmbito da linha de investigação «1890-1940: a questão religiosa e o desfecho do liberalismo socio-político» que se vem realizando no quadro do CEHR nestes dois últimos anos.

Com a edição deste texto acrescenta-se o conhecimento sobre o modo como duas figuras relevantes do catolicismo italiano observaram a realidade portuguesa. Conhecidos que são, os comentários de Giuseppe Toniolo (1845-1918) na sua correspondência ao bispo de Pádua a propósito da sua estadia em Lisboa e respectiva participação no Congresso Internacional sobre Santo António em 1895, junta-se agora a esse olhar do meio católico e político italiano, estas reportagens de Romolo Murri, elaboradas em Setembro de 1910. Estas apreciações, com quinze anos de distância, permitem captar melhor o alcance daquilo que, em termos historiográficos, se tem vindo a assinalar como sendo a «recomposição do catolicismo» em Portugal, desencadeada exactamente durante essas duas décadas anteriores à implantação da República, e sem a qual dificilmente se compreende a complexidade da intervenção dos católicos – eclesiásticos ou leigos – no percurso do novo regime político.

António Matos Ferreira
Director-adjunto do CEHR

Romolo Murri: percurso de um crente, intelectual e político católico

Romolo Murri nasce em Monte San Pietrangeli, na região das Marcas, então território pertencente ao Estado pontifício, a 27 de Agosto de 1870, numa família de pequenos proprietários agrícolas. O mundo político e religioso italiano está em fermentação: vai-se lentamente completando a unificação da Itália, depois de várias insurreições nos anos precedentes, que deram lugar a muitas divisões, inclusive entre os católicos. O pequeno Romolo veio ao mundo poucas semanas antes de as tropas do Piemonte invadirem Roma (20 de Setembro de 1870), ocupando a cidade do Papa e dando origem à Questão Romana que permanecerá aberta por décadas e provocará um conflito entre o Estado italiano e a Igreja.

A sua terra natal encontra-se na diocese de Fermo, umas das maiores dos territórios pontifícios. Vige nela a tradição de mandar alguns alunos do seminário local a completar os estudos em Roma.

Murri entra muito jovem no seminário de Recanati para fazer os estudos liceais, entre os 11 e os 16 anos. Passa os anos do liceu no seminário de Fermo, obtendo em 1887 a licenciatura liceal. Com mais um ano de Filosofia, obtém, em 1888, segundo o costume do tempo, a láurea em Filosofia: fui talvez, com 18 anos, – dirá referindo-se a si mesmo – o mais jovem doutor em Filosofia da Itália.

Vai depois para Roma, para seguir os cursos de Teologia na Pontifícia Universidade Gregoriana como aluno interno do Colégio Caprânica, um dos mais antigos e prestigiados colégios romanos. Aqui encontrará diversos colegas,

que depois ocuparão lugares de destaque na hierarquia eclesiástica. Entre outros, poucos anos mais tarde, será seu aluno Eugénio Pacelli, o futuro Pio XII.

Entre os professores da Gregoriana, um dos mais conhecidos é o jesuíta e futuro Cardeal Billot, mestre indiscutível de muitas gerações de padres, considerado um dos maiores expoentes da Filosofia e Teologia tomistas, extraordinária mente especulativa, mas a quem faltava aquela dimensão histórica que, precisamente nesses anos, entrava timidamente na cultura e nos estudos do clero. Murri realçará as suas limitações, mas considerá-lo-á um mestre, de quem aprendeu o rigor metodológico e a disciplina do trabalho.

Obtida a láurea em Teologia, em 1892 (segundo a disciplina do tempo, a láurea obtinha-se no fim do quadriénio teológico; será Pio XI, em 1931, a modificar os programas de estudo), inscreve-se no curso de Direito, vendo-se obrigado a abandonar, por um breve tempo e por razões de saúde, os estudos. Em 1893, é ordenado sacerdote; regressa a Roma e inscreve-se na Faculdade de Letras da Universidade de Estado, La Sapienza. Encontra aí como docente de Filosofia da História um dos mais conhecidos cultores de estudos marxistas, António Labriola, que está a apresentar o materialismo histórico, analisando o *Manifesto* de Marx. Para Murri, formado na escola de Billot, esse ano é o ano da mudança no seu empenhamento cultural e político. Dirá um dia, recordando esse curso e os outros ensinamentos, “Enquanto, no meu tomismo, tudo era teoria, num céu puro de formas e de conceitos, aqui tudo era história; história grega e romana, história das literaturas clássicas, da linguagem, da arte, da política. O tempo, até então estranho ao meu pensamento, tornava-se uma quarta dimensão das coisas humanas”. Um dia, com uma aproximação então muito singular, dedicará um seu livro a esses dois mestres tão distantes entre si, Billot e Labriola.

Durante esses tempos, também o mundo católico vivia momentos singulares e vivazes. Em 1891, Leão XIII publicava a encíclica *Rerum Novarum*: pela primeira vez, um Papa ocupava-se explicitamente, num documento oficial, de problemas sociais e económicos; documento esse que representava o ponto de chegada de tantas actividades, mas também um ponto de partida para uma nova estação cultural na história da Igreja.

Murri considera ter, portanto, chegado o tempo de agir e, depois de algumas experiências literárias, funda, em Fevereiro de 1895, *La Vita Nuova*, uma revista de “sociologia, literatura, coisas de universidade”, destinada

sobretudo a estudantes universitários, em que exprime o pensamento da Igreja do tempo: a luta contra o Estado ateu e liberal e, acima de tudo, usurpador, tendo ocupado ilegalmente Roma; a intransigência absoluta com todos os frutos maus da modernidade; o estímulo para todos os que quiserem dedicar-se ao renascimento da civilização cristã, para retirar às forças contrárias o monopólio do saber e do poder.

A revista é expressão do Círculo de Estudos São Sebastião, destinado a tornar-se um dos Círculos que darão origem à FUCCI (Federação Universitária Católica Italiana), o ramo universitário da Acção Católica, que, porém, em breve será subtraída à influência do próprio Murri, que, entretanto, está a mudar de atitude, graças precisamente aos estudos a que se dedica e em que envolve diversos colegas da universidade.

A primeira verdadeira mudança dá-se entre 1897 e 1898, quando com os amigos decide dar vida a uma verdadeira e própria revista de estudos sóciopolíticos e religiosos, à imitação de revistas análogas que são publicadas noutros países europeus, sobretudo pelos partidos socialistas, que rapidamente se tornam para Murri os modelos organizadores em que precisa inspirar-se. Nasce, assim, em 1898, *La Cultura Sociale*, cujos leitores e assinantes continuarão a crescer por alguns anos.

Dois são os temas a que Murri se dedica nos primeiros números da revista e que representam campos a que voltará durante toda a vida: a cultura do clero e a vida política italiana. Além disso, e precisamente nesses anos, Murri mantém uma rubrica, assinada com um pseudónimo, PRAM (iniciais do seu nome e de um pseudónimo que usa frequentemente, Paulo Averri), num jornal de Milão, *L'Osservatore Cattolico*, onde analisa sistematicamente a vida política italiana.

O outro tema que o atrai é o estudo do Partido Socialista, nascido em Itália poucos anos antes (1892), um estudo feito com método, muito diferente do típico tradicional anti-socialismo católico, o que o leva a defender a necessidade de pensar num partido católico que se contraponha ao primeiro, mas copiando os instrumentos por este usados na difusão cultural. O objectivo é claro: “Há que impedir” – escreve – “que os adversários tenham o monopólio das reivindicações do povo; há que impedir que o apelo da Igreja não nos encontre mais uma vez impreparados; façamos causa comum com o povo, porque com o povo temos em comum as reivindicações de liberdade”.

Tratar-se-á de elaborar uma cultura religiosa e uma cultura política que sejam fruto da análise da sociedade contemporânea, reflectindo de modo especial sobre as radicais transformações que estão a mudar o tecido social: a urbanização, a industrialização e o nascimento de uma consciência operária. Há que preparar, portanto, uma base que sirva de apoio ao novo partido, formando-a através do estudo e da acção.

A estrada parece marcada: elaborar uma cultura significa inventar os seus instrumentos; depois da revista, pensa-se na fundação de um jornal de larga difusão, que possa um dia tornar-se um diário: a partir de 1901 será publicado o semanário *Il Domani d'Italia*. Nascerá, portanto, uma editora, que publicará textos de carácter sócio-político, destinados sobretudo àquele mundo juvenil que se está a organizar em círculos e dos quais deverá nascer o novo partido, que efectivamente será anunciado em 1901, com o nome de “Democracia Cristã”.

Em poucos anos, Murri desenvolve uma acção extraordinária: colabora com diversas revistas de carácter sóciopolítico e religioso, mas também literário (no decorrer do ano 1906, dirige uma revista nesse âmbito, *Athena*); publica antologias de páginas religiosas; juntamente com a editora, promove uma biblioteca de ciências sociais, enquanto realiza sucessivas viagens a diversas cidades para promover a sua organização política. Em 1902 propõe a sua candidatura às eleições autárquicas de Roma, uma candidatura que será reprovada pelo comité eleitoral católico.

A sua actividade começa a ser suspeita no seio do mundo católico organizado. Alguns dos seus discursos são censurados e o anúncio do nascimento do partido provoca vivas reacções no Vaticano. Devido à ocupação de Roma e conseqüente ruptura de relações entre a Igreja e o Estado italiano, vige a proibição de os católicos participarem nas eleições políticas e de, portanto, fazerem política activa. Será o Papa a decidir se e quando abandonar essa posição. Por isso, a “Democracia Cristã” terá uma vida muito breve e deverá arcar com as advertências da hierarquia eclesiástica, que convida o próprio Murri a renunciar a iniciativas não conformes às directivas oficiais.

A morte de Leão XIII e a eleição de Pio X (1903) acabam por criar um ulterior obstáculo à actividade de Murri: o estudioso marquejano tivera, de facto, no passado, uma forte polémica com esse Pontífice, à época Patriarca de Veneza. Entre outras coisas, Murri abraça de imediato teorias que são

próprias do reformismo religioso, apresentando e seguindo, em 1902 e nos anos seguintes, autores a quem são impostas graves censuras, por serem acusados de favorecer esse movimento de ideias que Pio X definirá como sendo a síntese de todas as heresias: o modernismo.

A partir de 1903, a situação de Murri tende a piorar. É praticamente constringido a suprimir a recém-nascida Democracia Cristã; é-lhe retirada a responsabilidade do seu jornal *Il Domani d'Italia*; o Papa suprime a Obra dos Congressos, a organização católica a que faziam referência todas as actividades organizadas e que em parte optara por seguir a linha de Murri, enquanto o peso da autoridade eclesiástica se torna cada vez mais nítido.

Murri começa então a falar da necessidade de dar vida a um partido não confessional, cujas opções dependam apenas dos programas políticos previstos e não deva, portanto, submeter-se às directivas da autoridade religiosa. Por outras palavras, há que encontrar uma justificação religiosa para a autonomia do católico no campo político. Procura então fundamentar essa opção, analisando alguns artigos de São Tomás, que parecem defender que o súbdito está obrigado a obedecer ao superior eclesiástico só quando as directivas deste permanecerem no âmbito dos problemas da fé e da moral. Uma reflexão – dirá Pio X – que tem como única finalidade a procura de justificação para a própria desobediência.

Um outro sinal daquilo que Murri já considera a justa autonomia do cristão em relação à autoridade eclesiástica é a decisão de mudar o nome da sociedade de cultura que fundara: já não será “Sociedade Italiana Católica de Cultura”, mas “Sociedade Nacional de Cultura”.

O gesto mais significativo será, porém, a criação de um novo partido, a “Liga Democrática Nacional”, que entende apresentar-se como partido não confessional, cuja vida tornar-se-á logo difícil, devido à imediata contestação da autoridade eclesiástica. O outro gesto que provocará fortes polémicas no mundo católico será a carta aberta que o próprio Murri escreve a Filipe Turati, uma das máximas autoridades do socialismo italiano, para convidá-lo a tomar em séria consideração a possibilidade de uma aliança entre o Partido Socialista e as forças progressistas do mundo católico. Murri está, de facto, convencido, não obstante a resposta negativa e um tanto irónica de Turati, que os grandes valores do cristianismo e, portanto, de um partido que neste se inspira, estão

muito mais próximos dos valores expressos pelo socialismo do que do mundo liberal, com o qual a hierarquia católica parecia apoiar possíveis alianças.

Na sua revista publica artigos sobre problemas políticos e religiosos da actualidade, sobre debates filosóficos e sobre os progressos das ciências bíblicas. Isso, por outro lado, leva-o a apresentar de forma crítica, mas positiva, os trabalhos de dois dos maiores protagonistas da crise modernista, o francês Alfred Loisy e o inglês George Tyrrell, acabando por atrair as mesmas acusações de modernismo, embora nunca tenha partilhado as posições teológicas e filosóficas destes: de facto, orgulhár-se-á de ter sempre permanecido fiel aos grandes princípios da filosofia tomista, uma fidelidade, aliás, que lhe será também reprovada, precisamente pelos próprios protagonistas da crise modernista. Mas o mundo católico considerá-lo-á o expoente mais conhecido de uma forma de modernismo político, fundada sobre a autonomia perante a autoridade eclesiástica em campo político, na esperança de reconciliar o catolicismo com o pensamento moderno, mesmo a custo – ao menos isso lhe será contestado – de pactuar com o pensamento moderno.

Considerado suspeito por várias partes e censurado pela autoridade eclesiástica, Murri decide suprimir, em Junho de 1906, a *Cultura Social*, iniciando porém quase de imediato a publicação de um outro periódico, a *Revista de Cultura*. Cada vez mais convencido da necessidade de uma maior reflexão teórica, a ela se dedica, tanto nos artigos da revista como nas diversas colaborações com jornais e revistas leigas. Algumas destas estarão na origem de uma censura mais grave. Murri analisa a situação que levou, em França, à ruptura entre o Estado e a Igreja e a lei da separação, pondo em realce também os erros cometidos pelo Nuncio Pontifício, Mons. Montagnini. O resultado final será a suspensão *a divinis*, ou seja, a proibição de celebrar Missa e administrar sacramentos, que lhe é imposta em Abril de 1907 pelo Bispo de Fermo, a diocese marquejana a que pertencia, por explícito pedido do Papa Pio X.

As múltiplas tentativas feitas por diversas pessoas e, de modo especial, pelo Cardeal Rampolla, para chegar a uma reconciliação, não terão êxito e, em Março de 1909, Murri será castigado com a excomunhão maior, com que lhe é negado qualquer possível relação com o mundo católico. Era o desfecho de um conflito entre o próprio Murri e a hierarquia eclesiástica, tornado insanável. Mas a razão imediata da excomunhão fora a sua opção de se apresentar como

candidato às eleições políticas de Março de 1909, não obstante a proibição vigente. Murri viria a ser eleito deputado com o apoio da Liga Democrática, dos radicais e dos socialistas. No Parlamento optaria por sentar-se no grupo dos radicais. Tornou-se famosa a frase com que o chefe do Governo, Giovanni Giolitti, terá apresentado Murri no seu ingresso no Parlamento: “o capelão da extrema”.

A sua atitude, muitas vezes polémica, em relação à instituição eclesiástica e o seu trabalho no Parlamento, intencionado, de certa maneira, a obrigar a Igreja a fazer as reformas que ele não conseguira realizar quando



Retrato de Romolo Murri

fazia parte activa da mesma (“Procurei no Estado o que procurara antes na Igreja, um instrumento de acção; a tentativa continua, mas agora com menos ilusão” – diria um dia) acabavam por suscitar dúvidas e polémicas entre os muitos aderentes à Liga Democrática, receosos de que os problemas de Murri pudessem envolver a própria Liga, cujos membros sabiam que um eventual conflito com a Igreja hierárquica provocaria graves danos ao jovem partido.

O conflito entre os jovens que o seguiam e o mestre viria à luz durante o congresso realizado em Florença em 1911. Murri fica praticamente só: acentua a sua separação dos companheiros de partido quando decide casar-se, em Abril de 1912, com a filha do Presidente do Senado norueguês, Ragnhild Lund. Embora a opção fosse inteiramente justificável do ponto de vista humano, seria interpretada por muitos dos seus ex-companheiros como uma ruptura definitiva com a Igreja institucional.

Como que à procura de um novo público, Murri funda então uma revista, *Il Commento*, que durará de Janeiro de 1910 a Março de 1911, e continua na sua actividade de conferencista e jornalista, visitando países da América Latina, fazendo análises de política internacional e estudando diversos modelos de relações entre Estado e Igreja em vários países e a sua evolução política, inclusive os de Portugal e Espanha. Na Câmara dos Deputados, pede a reforma da propriedade eclesiástica, sugere alterações na legislação escolástica e propõe também que se faça na escola um ensino não confessional de história das

religiões. O contacto com a América Latina levá-lo-á a ocupar-se do problema da emigração italiana e da tutela dos italianos forçados a emigrar.

Considerado um expoente do anti-clericalismo, a posição de Murri é, na realidade, diferente: não combate o cristianismo, mas trabalha e espera um cristianismo não clerical, oxalá apoiado pelo Estado. A sua atitude provocará fortes reacções também no mundo católico organizado, pelo que, em 1913, quando novamente se realizam as eleições políticas, depois de uma campanha muito combatida, não é reeleito para a Câmara, perdendo assim mais uma tribuna para as suas batalhas.

Iniciada a Primeira Guerra Mundial, quando na Itália, que num primeiro momento decidira não entrar na guerra, se abre o debate entre intervencionistas e neutrais, Murri adere à intervenção democrática, chefiada por Gaetano Salvemini: não era a intervenção desejada pelos nacionalistas, que queriam que a Itália conseguisse sentar-se entre as grandes nações vencedoras que partiriam entre si as zonas de influência do mundo, mas a ideia de que essa guerra teria sido a última, pois, graças a ela, todos os povos poderiam ter uma pátria e uma terra próprias, eliminando assim a principal causa das guerras.

Nesses mesmos anos, Murri reforça a sua actuação de jornalista, que se tornará a sua principal actividade, depois dos poucos anos passados como parlamentar. Colabora com diversas revistas, sobretudo com *Cenobium* e *Bilychnis*, periódicos onde encontram espaço não poucos católicos que tiveram problemas com a hierarquia eclesiástica. Desde 1919, fará parte da redacção do jornal *Il Resto del Carlino*, ocupando também, por alguns anos, a direcção do gabinete romano de correspondência do jornal.

A fundação, por parte de Luigi Sturzo, seu companheiro de luta no início do século XX, do Partido Popular (1919) leva-o a fazer o primeiro balanço da sua actividade política, a partir da fundação da primeira Democracia Cristã, estudando a sua evolução e as relações dialécticas com o recém-nascido Partido Popular, num volume que terá precisamente como título: *Da Democracia Cristã ao Partido Popular Italiano* (1920).

Mas o seu desejo de colaborar na reforma da Igreja, possivelmente a partir da acção do Estado, leva-o a aproximar-se gradualmente à filosofia de Giovanni Gentile e, portanto, a reflectir sobre o papel de um Estado ético, fonte absoluta de valores. A aproximação a Gentile torna-se precisamente a premissa

para uma certa adesão à doutrina fascista, de que o mesmo Gentile é um dos teóricos, uma adesão fundada mais sobre orientações filosóficas que políticas.

Conserva todavia a paixão pelos estudos religiosos, que nunca abandonara. A eles regressa nos últimos anos da vida, procurando sistematizar as suas reflexões filosóficas num texto, *À procura de ti mesmo* (1939), que levará alguns comentadores a escrever que poderia tratar-se de um primeiro passo para a reconciliação com a Igreja Católica. Murri escreve como introdução ao livro também uma breve nota autobiográfica, em que revê o seu itinerário, parecendo confirmar a impressão suscitada pelos comentadores.

Anos mais tarde, terão lugar alguns colóquios com expoentes do Vaticano, em vista de uma eventual suspensão da excomunhão. Depois de ter superado algumas dificuldades criadas pelas condições impostas pela autoridade eclesiástica ao seu regresso à Igreja, chegar-se-á à reconciliação em Novembro de 1943, graças também à intervenção directa de Pio XII, que não esquecera ter sido, em anos diferentes, aluno daquele Colégio Caprânica onde também Murri se hospedara.

Murri julgava poder ainda oferecer os seus serviços àquela Igreja visível a que regressara, e da qual, de certa maneira, sempre se considerara membro. Haveria de escrever a propósito: “O meu lugar na tradição e na vida espiritual e nas lutas de pensamento da sociedade a que pertença está no catolicismo: e do catolicismo procurei sempre dar testemunho; e no meio daqueles e para aqueles que o abandonaram e dele se desinteressaram sou sempre um estranho e um inimigo. Regresso, portanto, aos meus”. Com esse objectivo, teria retomado os seus estudos, preparando inclusive um texto sobre *A mensagem cristã e a história* (1943). Mas a sua estação chegara ao fim. Morreria em Roma a 12 de Março de 1944.

Maurilio Guasco

Professor de História do Pensamento Político Contemporâneo
na Universidade do Piemonte Oriental, Itália

Romolo Murri em Portugal

Em Setembro de 1910 Romolo Murri, conhecido intelectual e jornalista italiano, referência fundamental da democracia cristã que, devido à sua intervenção política, é desautorizado e, em 1909, excomungado por Pio X, encontra-se em Lisboa para se inteirar da situação política. A razão imediata da sua vinda a Portugal é simples: após o êxito eleitoral dos republicanos a 28 de Agosto, com a conquista de 14 lugares de deputados, observadores estrangeiros pensam que estará iminente uma mudança do regime português. O director de um jornal em que Murri colabora, a *Stampa*, envia-o em missão de reportagem. Romolo Murri observa a realidade portuguesa a partir de um ângulo inesperado: é um jornalista e político de esquerda de um país estrangeiro, como o nosso latino e de maioria católica. Teve uma formação intelectual de elevado nível, foi um eclesiástico que se destacou na actividade cultural e na intervenção cívico-política, tendo sido afastado da Igreja sob a acusação de desobediência e de ter perfilhado as teses modernistas, consideradas heréticas por Pio X.

Murri não passa despercebido em Portugal. Encontra-se pessoalmente com directores de jornais, o ministro dos Negócios Estrangeiros em exercício e destacadas personalidades da comunidade italiana a viver na capital portuguesa. O *Século*, jornal com uma tiragem de cem mil exemplares, publica na primeira página uma entrevista ao «célebre ex-sacerdote italiano», a 9 de Setembro. Pela «carta de Portugal» escrita a 8 de Outubro de 1910, ficamos a saber que os seus contactos com o meio católico não foram, de longe, tão profícuos como os que estabeleceu com o meio político e jornalístico. Comentando o

caso da *Voz de Santo António*, Murri escreve – «Perguntei a vários no que consistia o modernismo desses bons frades franciscanos e se no clero português havia vestígios de modernismo. Nem sombra, e penso que dele se ouvia falar apenas como um monstro temível, mas distante.» Ninguém diria que tal era a situação em Portugal se levasse à letra as acusações feitas, poucos anos antes, pela *Revista Católica* e pela *Restauração à Voz de Santo António* e a alguns colaboradores da revista *Estudos Sociais*. De acordo com a narrativa acusadora, a Igreja Católica em Portugal estaria ameaçada por seguidores da heresia modernista, que seriam, ainda, discípulos de Romolo Murri. O jornalista italiano não menciona, por desconhecimento ou pudor, que a figuração do «monstro temível» era ele mesmo, que nesse momento pisava solo português.

A desautorização e posterior excomunhão de Romolo Murri pelo Sumo Pontífice condiciona, sem dúvida, não só o modo como o meio católico ignora a sua presença em Portugal, mas o próprio debate acerca das ideias e do sentido da acção do padre italiano pelo movimento católico português nos últimos anos da Monarquia Constitucional e início do século XX. O seu nome aparece em todas as acusações de modernismo e prima pela ausência nas defesas dos visados. É em 1906, ano em que Murri funda a Liga Democrática Nacional, que o exemplo, mais do que o pensamento de Murri, agita o meio católico português. A Liga Democrática Nacional era um partido que se enraizava no movimento social católico italiano, mas recusou a denominação confessional e prescindiu da autorização do Papa. Nenhuma iniciativa concreta é realizada por discípulos portugueses de Murri, nenhum passo é dado no trilho aberto pela Liga Democrática Nacional, posicionado no espectro político de modo aos seus aliados naturais se situarem do lado dos radicais e dos socialistas e não dos conservadores.

Para compreendermos as reacções desproporcionadas ao nome de Murri no meio católico, penso que temos de admitir a justeza da observação do padre Agostinho Mota que, em Junho de 1909, na *Voz de Santo António*, identifica uma crise religiosa em Portugal, ressaltando que essa crise, a qual afecta sentimentos e ideias, não se cristaliza em doutrinas modernistas, a última heresia condenada pela Igreja Católica¹. É a acusação de modernismo a Murri e seus

¹ Manuel Clemente, «Modernismo», in Carlos Moreira Azevedo (dir.) *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. III, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, p. 251.

discípulos que, em Portugal como em Itália, mais exalta os ânimos. Essa crise religiosa liga-se a uma crise política, crise geral do rotativismo e da monarquia constitucional, crise específica do Partido Nacionalista que oscila entre uma identificação católica ou conservadora². O Partido Nacionalista é um fruto político do movimento social católico português que nasce num ramo oposto ao da Liga Democrática Nacional, partindo do mesmo tronco da democracia cristã. Não sendo explicitamente apoiado pela hierarquia, é defendido por grande parte do clero do Norte e pelos jesuítas e percebido como «partido clerical». Surge como partido «anti-sistema» e acaba por se aliar aos partidos continuadores do sistema rotativo oitocentista, o Partido Regenerador e o Partido Progressista, às dissidências destes partidos que não enveredam pela esquerda, aos legitimistas, à tentativa de renovação política de João Franco. Apesar da volubilidade tática e estratégica, o Partido Nacionalista mantém uma clara separação de águas em relação à esquerda monárquica e aos republicanos.

No meio católico português mais consciente e activo, a busca de soluções para a crise política era acompanhada por uma interrogação acerca do sentido do movimento social católico e do que poderia ser a democracia cristã. Tanto uma como outra eram interpeladas por acontecimentos marcantes da última década do século XIX: o *Ultimatum* de Inglaterra, em 1890, visto como uma ameaça às colónias portuguesas e um sinal da decadência nacional; e a publicação da *Rerum Novarum* de Leão XIII, no ano seguinte, sublinhando a necessidade dos católicos procurarem respostas para a «questão social».

Em Portugal, a democracia cristã é implantada como um movimento de cariz social, sem ambições político-partidárias, a partir de 1895, ano do Congresso Católico Internacional em Lisboa que comemora o centenário de Santo António e conta, entre outros, com a participação de Giuseppe Toniolo. Nesse ano são criadas as associações católicas portuguesas e, em 1898, o Círculo Católico Operário (CCO) do Porto. Outros se seguirão, dinamizados por dois padres que colaboram no jornal *A Palavra* – João Roberto Pereira Maciel e Benevenuto de Sousa –: Braga e Vila Nova de Gaia, ainda em 1898; Arcos de Valdevez e Viana do Castelo, no ano seguinte; Torres Novas, em

² Marco Silva, «Partido Nacionalista: um partido católico ou oportunismo político?», comunicação apresentada nas Jornadas de Estudo «Sociedade Civil e Associativismo Religioso no Portugal Contemporâneo», Lisboa, CEHR da UCP, a 8 de Maio de 2010.

1901; Lisboa e Guimarães, em 1902; Covilhã, Ílhavo, Setúbal, Vidigueira e Barcelos, em 1903; Viseu, Guarda, Manteigas e Santo Tirso, em 1904; Sande (Braga) e Vila do Conde, em 1905; Negrelos, em 1906; Gondomar e Oliveira do Douro, em 1908; Lamego, em 1909; e Coimbra, em 1910³. Repare-se que a maior parte dos CCO são implantados a Norte, onde a presença do catolicismo é dominante, a concorrência do republicanismo anti-clerical e de movimentos revolucionários diminuto e as indústrias pouco desenvolvidas. Muitos operários são parentes de camponeses e alguns trabalham a tempo parcial na terra. As cidades de Lisboa, Porto e Setúbal são excepções neste quadro social.

Os CCO não foram as primeiras organizações católicas que procuraram responder à questão social. Em 1897 fora fundada a Associação Protectora de Operários em Lisboa e, em 1881, em Setúbal. Estas associações confinaram-se no entanto a um carácter assistencial e mutualista. Os CCO integraram, pela primeira vez, operários e atingiram uma dimensão nacional, um montante de «sócios», «beneméritos», «benfeitores», «sócios efectivos», uma capacidade de intervenção e de edição e distribuição dos jornais próprios – *O Grito do Povo*, *A Democracia Cristã* e *A Associação Operária* –, que permitem descrevê-los como um movimento com potencialidades para responder à questão social.

O movimento democrata-cristão português é reformista, interclassista e anti-socialista⁴. Manuel Frutuoso da Fonseca é um dos católicos que o teoriza como um meio de impedir a revolução. O papel reivindicativo dos Centros Católicos Operários é subalternizado face aos propósitos instrutivos, recreativos, económicos, religiosos, sendo a dimensão económica valorizada como ajuda aos operários em caso de doença ou pobreza. O carácter reivindicativo dos CCO concentra-se no descanso dominical, que se traduzirá numa lei que entra em vigor a 25 de Agosto de 1907, durante a «ditadura» de João Franco.

O Partido Nacionalista e o catolicismo político

Em 1901 a criação de Centros Nacionais, o embrião do futuro Partido Nacionalista, em Lisboa, Porto e Braga abre uma nova perspectiva aos CCO:

³ Sobre os CCO e a imprensa católica operária ver Manuel Braga da Cruz, *As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo*, Lisboa, Editorial Presença/Gabinete de Investigações Sociais, 1980, p. 123-237.

⁴ Manuel Braga da Cruz, *As Origens...*, p. 130-136.

não teriam apenas um papel na questão social, mas poderiam também servir de base social a um novo partido político. O Presidente do Partido Nacionalista, Jacinto Cândido, «tudo fez para não reduzir o Partido Nacionalista a uma estratégia do clero para defender os seus interesses. Mas o Nacionalismo Católico e o Partido Nacionalista nunca haveriam de perder a sua matriz clerical»⁵. Os padres eram os elementos activos do nacionalismo, divulgando as suas ideias na imprensa e influenciando o voto a nível local. Nos Centros Nacionais não se encontravam apenas portugueses que intervinham como católicos, mas também monárquicos, muitos deles legitimistas, e franquistas. Nas primeiras eleições nas quais participam os Centros Nacionais, os seus dirigentes apelam à «união progressiva das forças conservadoras»⁶. Em Junho de 1903 constitui-se formalmente o Partido Nacionalista, com a aprovação do seu programa. O «nacionalismo» era apresentado como contraponto ao «personalismo» e ao «partidarismo». Uniria os católicos e aceitaria de bom grado os conservadores que se lhes quisessem juntar. A transformação dos Centros Nacionais em partido não entusiasmou o episcopado. A maior parte dos bispos apoiou discretamente a formação do Partido Nacionalista. D. Manuel de Albuquerque lutou por esta causa e o Bispo-Conde de Coimbra resistiu-lhe desde que a questão se colocou, chegando a opor-se, com sucesso, à implantação dos Centros Nacionais na sua diocese. O Partido Nacionalista foi também apoiado por influentes personalidades católicas como o conde de Bertandos e os padres Sena Freitas e Martins Capela.

Entre 1903 e 1908, o ano do regicídio, o Partido Nacionalista vive a sua fase de afirmação e de luta pela sua máxima implantação no território português⁷, elegendo deputados pela primeira vez em 1905. Uma estudiosa do Partido Nacionalista, Marie-Christine Volovitch, defende que este é uma tentativa da militância católica criar um partido de direita moderna⁸, seme-

⁵ Amaro Carvalho da Silva, *O Partido Nacionalista no Contexto do Nacionalismo Católico (1901-1910). Subsídios para a História Contemporânea Portuguesa*, Lisboa, Edições Colibri, 1996, p. 23.

⁶ Amaro Carvalho da Silva, *O Partido Nacionalista...*, p. 52.

⁷ Amaro Carvalho da Silva, *O Partido Nacionalista...*, p. 62.

⁸ Marie-Christine Volovitch, *Le Mouvement Catholique au Portugal a la Fin de la Monarchie Constitutionnelle (1891-1913). (Des dernières années de la monarchie à l'implantation de la République)*, Paris, [policopiado – tese de doutoramento], 1983, p. 321.

lhante ao Partido Liberal Popular francês e ao Partido Popular belga. No seu programa visa responder a três questões: a colonial, a agrária e a operária. A questão agrária é nuclear, dado muitos dos seus dirigentes serem grandes proprietários de terras e a sua base social ser constituída por trabalhadores rurais. O nacionalismo católico queria «defender os direitos e o poder da Igreja e um projecto económico e político de preservação do modo de vida rural e pré-capitalista dos campos do Norte e do centro do país»⁹.

O Partido Nacionalista aparece como uma proposta de superação da crise político-partidária da monarquia constitucional, nas vésperas da revolução republicana. O *Ultimatum* de 1890 marca uma viragem na história política portuguesa e a crise do rotativismo, ou seja, a segura alternância no poder entre o Partido Regenerador e o Partido Progressista, dois partidos com escassas diferenças programáticas e cuja força eleitoral assentava nos eleitores da província arregimentados por notáveis locais. Ambos os partidos, e a monarquia, são identificados com a capitulação perante o Reino Unido: o Partido Progressista encontrava-se no Governo e demite-se a 14 de Janeiro; o Partido Regenerador sucede-lhe e confirma a aceitação do *Ultimatum*. O nacionalismo republicano vê nestes acontecimentos a expressão de uma decadência do regime e do país e da necessidade de uma regeneração que passaria pela implantação da República, por uma defesa do império colonial, por uma separação do Estado da Igreja Católica e uma redução do poder e do papel da Igreja. O nacionalismo católico partilha em parte o diagnóstico dos republicanos e até algumas das soluções – um novo ímpeto colonial e a procura de novas formas de intervenção política. No que distingue o nacionalismo católico do republicano, sublinhamos o facto do primeiro ser tendencialmente monárquico e de criticar não a Igreja Católica, mas o estado apático do catolicismo português, que deseja socialmente mais activo, mais organizado, mais educado.

Além da *Rerum Novarum*, a intervenção pública dos católicos portugueses também fica a dever à encíclica *Au Millieu des sollicitudes* (1892), na qual Leão XIII distingue entre a aceitação dos regimes políticos e a crítica à legislação injusta. Segundo Vítor Neto, em Portugal há católicos que empreendem um

⁹ Marie-Christine Volovitch, *Militantisme Catholique et Crise du Monde Rural Traditionnel au Portugal, entre 1890 et 1910*, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian/Centre Culturel Portugais, 1985, p. 261.

«*Ralliement* às instituições liberais»¹⁰ baseando-se nesse documento. Em 1894 é criado o Centro Católico Parlamentar (CCP), dirigido por leigos e apoiado pelo episcopado. Os liberais criticam a possibilidade da criação de um partido católico e os legitimistas afirmam que a doutrina do *ralliement* respeita apenas ao caso francês. Os dirigentes do Centro Católico afirmam que a sua intenção se limitava a criar «um bloco parlamentar que lutasse, no interior das instituições liberais, pelos direitos da instituição eclesiástica e pela influência social do catolicismo»¹¹. O fracasso eleitoral nas eleições de 1895, em que o CCP não elege nenhum deputado, a morte dos dirigentes Barros Gomes e Casal Ribeiro e o início da «ditadura» contribuem para o desaparecimento do Centro e mesmo do projecto de uma representação parlamentar dos católicos, os quais encontram neste desfecho razões para se concentrarem no movimento social.

Um primeiro ensaio de «vida nova» é realizado por Hintze Ribeiro, presidente do Conselho de Ministros, e João Franco, ministro do Reino, que governam em «ditadura», ou seja, sem o escrutínio do parlamento temporariamente fechado, entre Novembro de 1894 e Janeiro de 1896. Segundo Fátima Bonifácio,

«A “vida nova” propunha-se restaurar a autoridade do Estado engrandecendo o poder real; fortalecer a monarquia democratizando a realeza, quer dizer, promovendo a comunicação directa entre o rei e o povo; dar meios de poder efectivo ao governo libertando-o das engrenagens parlamentares; liquidar a influência dos partidos de notáveis transformando-os em partidos democráticos, abertos à participação activa das grandes massas. A “vida nova” pretendia, em suma, subordinar os partidos tradicionais e ultrapassar o jacobinismo canalizando a sua energia, através de novas formas de organização e expressão, para os objectivos reformadores do governo»¹².

Hintze e João Franco cairão em 1897 por o seu projecto falhar na mobilização política e fracassar na resolução dos problemas financeiros expostos pela crise de 1891-1892, da qual Portugal não chegara a recuperar.

¹⁰ Vítor Neto, *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal (1832-1911)*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1998, p. 418.

¹¹ Vítor Neto, *O Estado...*, p. 418.

¹² Maria de Fátima Bonifácio, *A Monarquia Constitucional 1807-1910*, Lisboa, Texto, 2010, p. 122.

Sucedeu-lhe, em 1897, o Partido Progressista liderado por José Luciano de Castro. O saldo das respostas à crise política era que ficavam, a

«rodar no poder, dois partidos com os nomes tradicionais de regeneradores e progressistas – os quais estavam garantidos pelo facto de, com a revisão constitucional de 1895-1896, o número de pares do reino ter passado a ser fixo (90), ou seja, mais ninguém senão José Luciano de Castro, chefe dos progressistas, e Hintze Ribeiro, chefe dos regeneradores (oficialmente só em 1900), podia governar parlamentarmente, porque só eles contavam com o apoio dos existentes pares do reino e não era possível nomear mais.»¹³

A crise do rotativismo

Na primeira década do século XX, os políticos mais novos disputam o poder aos mais velhos e estes, esquecidos dos conflitos oitocentistas e não vendo a possibilidade revolucionária, descuram a tradicional arte do compromisso e da negociação. João Franco sai do Partido Regenerador e funda o Partido Regenerador-Liberal em 1903, o mesmo ano em que é criado o Partido Nacionalista. José Maria d'Alpoim lidera os «dissidentes progressistas» que se organizam em novo partido em 1905. No ano seguinte, o Partido Republicano Português (PRP) ganha um novo impulso, beneficiando de alguma cumplicidade dos partidos monárquicos de oposição e da liderança de novos dirigentes – Afonso Costa, António José de Almeida, Bernardino Machado – que seriam figuras fundamentais da I República. O PRP, a par da luta eleitoral, prepara o derrube violento da monarquia. A fragmentação partidária é acompanhada por um papel do Rei mais interveniente na formação de governos e logo responsável pelo resultado. O Rei não é visto pela opinião pública como estando acima do jogo partidário, mas como o jogador determinante.

Em 1906 o regime parece estar à beira do abismo. Com o Partido Regenerador chefiado por Hintze Ribeiro no Governo há, em Abril, revoltas de marinheiros nos cruzadores *D. Carlos* e *Vasco da Gama*. Em Maio, Bernardino Machado é aclamado com vivas à República na estação do Rossio e Afonso

¹³ Rui Ramos (coord.), Bernardo Vasconcelos e Sousa, Nuno Gonçalo Monteiro, *História de Portugal*, Lisboa, A esfera dos livros, 2010, p. 559.

Costa ovacionado na Praça de Touros, na presença das rainhas D. Amélia e D. Maria Pia.

João Franco é a solução de D. Carlos para a crise política. Inicialmente governa com o apoio dos progressistas, na chamada «Concentração Liberal». Na sequência dos confrontos gerados pela greve académica de Março de 1907 em Coimbra e que agitou o parlamento, João Franco dissolveu a Câmara dos Deputados a 10 de Maio e começou a governar em «ditadura», perdendo o apoio dos progressistas e comprometendo o rei. O objectivo de João Franco e de D. Carlos não seria institucionalizar um regime ditatorial, mas mudar o sistema partidário – os partidos rotativos perderiam a hegemonia, os republicanos permaneceriam numa posição marginal e João Franco seria o líder do novo partido hegemónico. As eleições foram marcadas para 5 de Abril de 1907, dando tempo à reorganização do partido de João Franco e à celebração de um pacto que garantia o apoio do Partido Nacionalista ao governo¹⁴. Republicanos e partidos monárquicos excluídos do poder vêm no governo de João Franco uma ameaça à sua sobrevivência. O regicídio, a 1 de Fevereiro de 1908, interrompe abruptamente o processo. D. Manuel II, no pouco tempo que resta à monarquia, ensaia a «acalmação» reconciliando-se com os partidos rotativos.

Murri discutido pelos católicos portugueses

É nesta conjuntura de crise político-partidária e de controvérsia e tensões no meio católico português acerca da expressão política do movimento social católico e, concretamente, se esta podia ou devia ser monopolizada pelo Partido Nacionalista, que Romolo Murri é citado e comentado na imprensa católica. *O Grito do Povo* faz-lhe uma crítica contundente a 11 de Novembro de 1905. Num artigo intitulado «Catolicismo e socialismo», começa por advertir que «Na Itália surgiu uma questão que interessa, em geral aos democratas cristãos de todo o mundo». Quem a levantou foi o padre Murri que se afirma democrata-cristão, «mas que o não é, porque se afasta da orientação que o Papa quer que os democratas cristãos sigam»¹⁵. O articulista conta que Murri se tentou aproximar dos socialistas reformistas escrevendo uma carta a Turati, em que

¹⁴ Maria de Fátima Bonifácio, *A Monarquia...*, p. 145.

¹⁵ *O Grito do Povo. Hebdomadário defensor dos interesses do operariado católico*, 11 de Novembro de 1905, p. 1.

o convidava a uma colaboração. A recusa de Turati é aprovada pelo redactor de *O Grito do Povo*: «Disse bem Turati. Pena foi que o Padre Murri não visse com tanta clareza a questão como a viu o chefe dos socialistas reformistas»¹⁶. Reproduz depois o artigo publicado no *L'Osservatore Romano* e escrito pelo seu redactor em chefe, no qual este conclui pela impossibilidade de um acordo entre católicos e socialistas reformistas, quer no terreno político e religioso, quer no terreno económico. Após a transcrição, reformula e explicita as suas ideias fortes:

«Não é doutrina nova a que sustenta o *Osservatore Romano*, mas vem muito a propósito lembrá-la para que todos saibam que não há acordo possível entre democratas cristãos e socialistas, quer estes sejam evolucionistas, quer sejam revolucionários, porque os programas dos dois partidos não se podem, de modo algum, harmonizar no fundo. No terreno político e religioso, os socialistas são ateus; os democratas cristãos são deístas, e mais do que deístas, católicos, apostólicos, romanos; no terreno económico, os socialistas querem destruir a actual organização arrasando-a até aos alicerces e edificar uma nova, tendo por base a propriedade colectiva; e os democratas cristãos querem reformar a actual organização social, harmonizando-a com os princípios da justiça e da caridade, mas mantendo a propriedade particular, porque é de direito natural e divino.»¹⁷

A última frase exprime de forma lapidar o entendimento anti-socialista da democracia cristã: «Deus não pode pactuar com Satanaz»¹⁸.

Num tom mais analítico do que combativo, o caso Murri é referido no jornal *A Palavra*, em texto datado de 15 de Março e intitulado «Cartas Romanas. Preparando a nova organização dos católicos italianos»¹⁹. O artigo é sobre a organização dos católicos italianos após o congresso de Florença. O jornalista considera que a organização católica italiana vive uma crise que se manifesta «por duas tendências centrífugas: uma que vai para a direita conservadora e da qual Mgr. Bonomelli é um representante conhecido; outra que vai para a esquerda radical e socialista e de que o Padre Murri e os outros democristãos

¹⁶ *O Grito...*, 11 de Novembro de 1905, p. 1

¹⁷ *O Grito...*, 11 de Novembro de 1905, p. 3.

¹⁸ *Ibidem*.

¹⁹ *A Palavra*, 22 de Março de 1906. O texto é assinado por «Wing».

“autónomos” são ardorosos campeões. Estas duas tendências contrárias têm um ponto de contacto no seu “anti-clericalismo”.» O autor explica a um auditório presumivelmente espantado com um anti-clericalismo de origem católica, que este se deve ao facto do modernismo ter «por programa adoptar toda a fraseologia dos nossos adversários, certamente para a baptizar!». E dá como exemplo desta atitude Marc Sangnier e Murri. Apesar do tom por vezes contundente, este colaborador de *A Palavra* não se coloca no terreno oposto ao de Murri, mas numa espécie de «justo meio termo» entre posições extremistas: «O modernismo exagerado e a exagerada oposição a tudo o que seja moderno são dois excessos baseados num “estado de alma” que se descobre por toda a parte, e que por toda a parte se deve evitar.»

Os *Estudos Sociais* e *A Voz de Santo António*, duas revistas de referência da democracia cristã portuguesa, ambas mais vocacionadas para a reflexão do que para a informação e que neste período são percebidas como os periódicos mais avançados da imprensa católica, tendem para esta posição de crítica aos «excessos» de Murri sem o diabolizar. *A Voz de Santo António* era, desde 1895, publicada pelos franciscanos do Convento de Montariol, em Braga. Nos últimos anos da monarquia constitucional entra em polémica com o *Novo Mensageiro do Coração de Jesus*, editado pelos jesuítas. A democracia cristã é entendida como um meio de cristianizar as massas populares concorrente com o socialismo. Mas ela não deve comprometer-se com um partido. Os católicos não devem aspirar a representar uma *parte* da sociedade, devem antes procurar chegar a *toda* a sociedade. Para estes democratas-cristãos o sufrágio universal não era indispensável à realização da democracia, podendo ser aceite em determinadas condições; a participação política dos católicos far-se-ia num regime parlamentar pluripartidário. Estas posições prejudicam o Partido Nacionalista na sua pretensão de monopolizar o voto católico. O confronto entre estes democratas-cristãos e os nacionalistas abrirá fracturas no próprio Partido Nacionalista, do qual sairá uma personalidade como Abúndio da Silva²⁰, criticando a deriva estratégica do nacionalismo católico e advogando o pluralismo político dos católicos. O saldo do conflito será a suspensão da

²⁰ António Matos Ferreira, *Um Católico Militante diante da Crise Nacional. Manuel Isaias Abúndio da Silva (1874-1914)*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa/Universidade Católica Portuguesa, 2007.

Voz de Santo António em Abril de 1910, por ordem do cardeal Merry del Val e sob a acusação de modernismo.

Em Novembro de 1907, num artigo intitulado «A Crise Religiosa», a *Voz de Santo António* constatava a existência, no campo católico, «de duas correntes opostas, ambas exageradas e prejudiciais. Caminha uma, temerariamente, para diante, no seu campo de exigências exorbitantes de novidade e progresso. A outra, demasiado conservadora, inimiga declarada de toda a evolução, alheia a toda a crítica, permanece estacionária.// Certamente, nenhum tem por si toda a razão.» O auto-declarado propósito dos franciscanos de Montariol era «contribuir para a reconciliação dos espíritos, buscando, na tradição e no progresso, o meio de tornar conhecida a verdadeira e sã doutrina que o Catolicismo nos dá»²¹. A obra de Murri é colocada a par da de Fogarazzo e Loisy e adjectivada de corajosa e ardorosa, para logo acrescentar: «esta coragem e este ardor mereciam ser postos ao serviço de melhor causa»²². A conclusão reiterava as ideias iniciais do artigo: «se a corrupção do que é óptimo se torna o péssimo devemos dizer que em seus princípios, é tanto lamentável ou mais o sistema ultra-conservador como o ultra-progressista, porque talvez que se aquele não tivesse existido, não lamentaríamos agora a existência deste.// Está no meio a verdade»²³. O problema é que num país onde os princípios «ultra-progressistas» não eram perfilhados, só os que se reconhecessem na denúncia do «sistema ultra-conservador» podiam reagir – e reagiram.

A perspectiva acerca de Murri dos franciscanos de Montariol era próxima da predominante na revista dos democratas-cristãos de Coimbra. Os *Estudos Sociais* eram editados pelo Centro Académico de Democracia Cristã (CADC), fundado em 1901 naquela cidade. Propunha-se criar uma alternativa ao pensamento anti-clerical e anti-católico do meio académico. No início adopta o nome de Centro Nacional Académico. Muda-o em 1903, para evitar a confusão com o Partido Nacionalista, embora a maior parte dos ceadecistas fossem nacionalistas. Em Janeiro de 1905 é publicado o primeiro número de *Estudos Sociais*, sob a protecção do professor Francisco José de Sousa Gomes, catedrático de Química da Faculdade de Filosofia Natural. Sousa Gomes não

²¹ *Voz de Santo António*, Novembro de 1907, p. 401.

²² *Voz...*, Novembro de 1907, p. 402.

²³ *Voz...*, Novembro de 1907, p. 405.

adere ao Partido Nacionalista e será presidente da Obra dos Congressos, criada em 1908, culminando um processo do movimento social católico que teve dois marcos prévios nos congressos de 1906 e 1907²⁴. Na fase desde a sua criação até 1907, os *Estudos Sociais* aplaudem com moderação as ideias da democracia e do progresso, sem deixar de criticar os seus excessos²⁵.

O padre Guimarães Dias, nos textos da rubrica «Crónica social do estrangeiro» que se referem a Itália, critica Romolo Murri como um dos factores das tensões e fracturas do movimento católico italiano. Em Abril de 1906, defendendo a democracia cristã da acusação de Pio X a ter condenando, escreve:

«É a grande táctica, já conhecidíssima, de procurar dividir os adversários cuja força se teme. E deve confessar-se que alguma coisa têm conseguido. Os democratas cristãos autónomos continuam hostilizando vivamente o novo movimento católico inaugurado pelo actual Pontífice e ameaçam fazê-lo entrar ou, pelo menos, atrasar no seu natural avanço. Em compensação, os outros partidos não se apresentam mais unidos. O partido socialista está cindido pelas mesmas dissidências que se lamentam no campo católico sobre o terreno social. Medolago está para o padre Murri como Turati está para Ferri.»²⁶

No número de Julho da revista, Guimarães Dias volta à questão, num artigo em que transcreve passagens da encíclica aos Bispos de Itália acerca dos democratas cristãos autónomos, na qual se proíbe a inscrição na Liga Democrática Nacional de clérigos e padres, sob pena de incapacidade para as ordens sacras dos primeiros e de suspensão *ipso facto a divinis* para os segundos. A sua opinião acerca de Murri é dada logo no primeiro parágrafo do artigo: «Hoje, o prestígio de Murri vai em rápido declinar e a direcção do triunvirato católico de Medolago, Toniolo e Pericoli tem feito avançar as forças católicas que se podem considerar agora definitivamente organizadas e disciplinadas.»²⁷ A conclusão do padre Guimarães Dias, no entanto, não o coloca no campo oposto a Murri, mas num centro onde residiria a virtude:

²⁴ Manuel Braga da Cruz, *As Origens...*, p. 188-219.

²⁵ Jorge Seabra, António Rafael Amaro, João Paulo Avelãs Nunes, *O CADC de Coimbra, a democracia cristã e os inícios do Estado Novo (1905-1934)*, Lisboa, Edições Colibri. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1993, p. 54.

²⁶ *Estudos Sociais. Revista Católica Mensal*, Abril de 1906, p. 181.

²⁷ *Estudos...*, Julho 1906, p. 323.

«Os democratistas autónomos avançaram de mais. Pio X procura contê-los na carreira vertiginosa para *a nova orientação da vida cristã, para as novas aspirações da alma moderna, para a nova vocação social do clero*. Estamos certos que se o Pontífice tivesse de se dirigir aos católicos portugueses, falaria bem diversamente. Sofremos do vício oposto – o roncoirismo na vida político-religiosa e o anacronismo na educação do clero.»²⁸

A mesma encíclica de Pio X é noticiada em *A Palavra*, a 4 de Agosto desse ano. O jornal católico limita-se a resumir o texto pontifício e remata: «Este documento conta 13 páginas. Não cita o Padre Murri, mas o Papa designa-o suficientemente dizendo que o programa da liga foi datado da residência do Padre Murri.»²⁹

Apesar das advertências, ou talvez por causa delas, no Verão de 1906 é travada uma tempestuosa discussão na imprensa católica portuguesa acerca do caso Murri. A controvérsia é desencadeada por um artigo do padre Correia Guedes, sob o pseudónimo de Carlos Martel, publicado nos *Estudos* no número duplo de Agosto e Setembro, sob o título «Estudos do Clero. O clero e a política.»³⁰ O padre Correia Guedes nunca cita Romolo Murri. No entanto, nos pontos de vista que defende é possível vislumbrar ecos do publicista italiano. O autor começa por esclarecer que ao lutar por uma acção política do clero não faz apologia do «clericalismo». Distinguindo entre ser católico e ser clerical, traça um retrato sombrio do «clerical»:

«é penetrado e dirigido em todos os seus actos por um espírito profundamente reaccionário. Tem particular predilecção pelo autoritarismo, muito além do que é necessário para a manutenção da autoridade. Sente irresistível antipatia e prevenção contra todos os fenómenos sociais que tendem à elevação rápida das classes inferiores, e à substituição das aristocracias de nascença pela aristocracia das capacidades; é de uma lentidão suma em abrir-se às transformações sociais impostas pela rapidez das mudanças económicas; (...) coloca todas as suas esperanças na acção governativa para assegurar a eficácia da acção religiosa,

²⁸ *Estudos...*, Julho 1906, p. 325.

²⁹ *A Palavra*, 4 de Agosto de 1906.

³⁰ *Estudos...*, Agosto e Setembro de 1906, p. 329-335.

ou mesmo para pesar na consciência religiosa dos indivíduos, se não para a violentar.»³¹

Contra esta atitude, Carlos Martel afirma:

«A primeira coisa que o clero precisa é liberdade. A Igreja e o clero devem subtrair-se à atmosfera deletéria do favoritismo oficial e da protecção leiga. A verdadeira protecção da Igreja deve ser a independência e o seu verdadeiro poder – a liberdade. (...) não podemos reivindicar para nós católicos mais do que o direito comum, e até para desejar que a Igreja não tenha algum privilégio, pois só o direito comum e a liberdade sobrevivem a todos os regimes. (...) Outrora a Igreja defendia-se em nome do direito divino, mas hoje, – é insensato o querer-se iludir, – os estadistas modernos não no-lo reconhecem. Por isso, para que a nossa acção seja frutuosa, é forçoso admitirmos *praticamente* as teses contemporâneas da indiferença do Estado em matéria religiosa, da autonomia individual, da igualdade perante a lei, da liberdade de imprensa, da liberdade de associação, que são os princípios do direito público neste século, e que afinal, para a Igreja, valem tanto quanto valiam a protecção oficial e a tirania dos antigos governos absolutos.»³²

O «liberalismo» de Carlos Martel

A *Revista Católica*, de Viseu, reage duramente ao artigo de Carlos Martel, a 10 e 14 de Outubro de 1906. Este é apresentado como um teólogo formado no seminário Romano e discípulo de Murri. Sob o título «Os Estudos Sociais desmascarando-se» é posta em causa a ortodoxia dos padres e dos estudantes leigos que colaboram na revista e a própria faculdade de Teologia de Coimbra, onde seriam ensinadas «doutrinas ímpias e ultra regalistas». As críticas da *Revista Católica* são corroboradas e apoiadas por outros jornais católicos, como a *Restauração*, de Guimarães, o *Bem Público*, e a *Cruz de Viana*³³. No número desse mês e ano, uma nota da redacção dos *Estudos Sociais* defende-se das acusações e sublinha a ortodoxia dos seus colaboradores,

³¹ *Estudos...*, Agosto e Setembro de 1906, p. 330-331.

³² *Estudos...*, Agosto e Setembro de 1906, p. 331-332.

³³ A *Revista Católica*, a 12 de Dezembro de 1906, refere o facto, sublinhando que estes jornais católicos «se escandalizaram com as péssimas doutrinas dos *Estudos Sociais*.» (p. 781).

incluindo Carlos Martel. Mas a direcção da revista escreve-lhe uma carta a dar nota dos mal-entendidos que o seu artigo causara e a pedir-lhe esclarecimentos, nomeadamente acerca do valor que dava ao *Syllabus*. O padre e jornalista católico acede ao pedido. Mais uma vez não cita Murri na sua argumentação. Começa por sustentar que a revista na qual colabora devia publicar artigos contraditórios e ser uma tribuna livre.

Em poucos e sintéticos parágrafos expõe as razões da incompreensão ou recusa das suas ideias: é «necessário não perder de vista aquela distinção que, falando em nome do liberalismo, formulei, a meu ver suficientemente clara, entre a *tese*, que é a teoria e encarna o ideal, e a *hipótese*, que diz respeito à prática, à realidade. E nós católicos devemos sim inspirar-nos no ideal, mas viver unicamente nesse mundo, não, por certo.

Ora enquanto à *tese* estamos todos de acordo. Que a verdade e o erro devam ter na vida pública igual tratamento, ter os mesmos direitos, é coisa que ninguém, mesmo quem não for católico, pode racionalmente admitir. E é por isso que a sociedade não deixa liberdade de praticar o que é, para todos ou quase todos, “erro”. Por exemplo, o furto, o estupro, etc, não são permitidos por governo algum, e justamente. (...) A *hipótese* não destrói a *tese*, mas torna necessário o sistema das liberdades políticas, deixando imprejudicada a questão sob o ponto de vista dos nossos princípios. Por isso, nós católicos, seguros da verdade dos nossos princípios, tendo fé inconcussa no nosso ideal, na nossa *tese*, podemos e devemos pedir na prática a liberdade de associação, a liberdade do ensino, a liberdade de imprensa, etc, não só para nós, mas também para os outros. Mesmo admitindo que a verdade e o erro não deveriam ter iguais direitos, podemos conciliar esta nossa fé com as liberdades modernas que são um sistema político, sem o qual, na nossa sociedade contemporânea, não seria possível a paz, o *bonum commune* dos escolásticos, e as guerras intestinas estariam sempre na ordem do dia. (...) Só quem for muito superficial é que não distingue no catolicismo o que é absoluto do que é relativo. O catolicismo, “religião de todos os tempos”, é e deve ser também “religião do seu tempo”, sem alijar nada do que constitui o dogma, o absoluto. (...) Não o catolicismo não está amarrado às transitórias formas políticas e sociais, não é prisioneiro, o eterno prisioneiro do que desaparece e acaba; está acima e fora dos sistemas

políticos e sociais, pode fazer com alguns desses alianças transitórias, mas não se lhes liga com vínculos indissolúveis.»³⁴

Prossegue o artigo citando como exemplos do seu liberalismo Leão XIII e os católicos belgas, alemães, ingleses, norte-americanos e alguns franceses. Os alemães do *Zentrum* valorizam a liberdade e a igualdade. Os católicos ingleses respiram liberdade. Os norte-americanos exaltam-na nomeadamente através dos bispos Gibbons, Ireland e Spalding. Alguns católicos franceses também e os outros pagam um preço elevado por resistirem ao *ralliement* e por, em vez de actualizarem as lições de Montalembert, Lacordaire e Dupanloup, seguirem as pisadas de Louis Veuillot.

Quanto ao *Syllabus*, Carlos Martel relativiza o seu valor: chegou às mãos dos bispos acompanhado por uma carta do cardeal Antonelli, sem assinatura, data, selo ou qualquer das habituais fórmulas pontificias.

«É um documento anónimo. Falta nele a ligação do contexto que dê um significado positivo a qualquer das 80 proposições; não tem o *damnamus*, ou o *reprovamus* com o sujeito que condena ou reprova. Falta nele o *anathema sit* que se usa em todas as definições pontificias (...) O *Syllabo* não foi *official, publica e solenemente* promulgado, afixado *ad valvas S. Petrim in acie Campi Florae* e em outros locais designados pelo direito canónico (...) [Todas as 80 proposições do *Syllabo*] se referem às condições políticas, religiosas e sociais da época, fora das quais não se lhes pode dar um justo valor.»³⁵

A favor do seu ponto de vista, Carlos Martel invoca as declarações de diversos cardeais, a começar por Newman, o qual escreveu que «O *Syllabo* não é outra coisa mais do que a *classificação de certos erros feita por um escritor anónimo*» e, que em vez de ser condenado, foi elevado a cardeal quatro anos depois.

A *Revista Católica* insiste em atacar frontalmente o liberalismo de Carlos Martel:

«Que nos países onde há liberdade de cultos e imperam as famosas conquistas liberais, ou nações protestantes, os católicos se abstenham de exigir privilégios e se contentem com o direito comum, reclamando unicamente para si o que se

³⁴ *Estudos...*, Outubro de 1906, p. 397-398.

³⁵ *Estudos...*, Outubro de 1906, p. 402-403.

concede às seitas, estamos de acordo, porquanto não lhes resta outro recurso para poderem viver; mas que num país católico, como é Portugal, onde a Carta Constitucional declara que a religião do Estado é a católica, e onde, apesar da espantosa decadência religiosa, ainda predomina o espírito da fé; em Portugal, onde os Prelados têm representação política nas cortes, onde podem oficialmente advogar os direitos da Igreja, onde o Chefe do Estado ainda se assina com o título de Fidelíssimo – os católicos devam resignar-se à situação que expõem os *Estudos Sociais*, não pode ser.»³⁶

Num país em que o catolicismo é religião oficial, o Estado não concede privilégios à Igreja Católica, cumpre deveres para com ela, argumenta-se. Os católicos não podem, portanto, contentar-se com o direito comum. O articulista conclui que

«Tanto o governo liberal de Portugal como os outros da raça latina, apesar de se dizerem católicos, são inimigos fidalgos da Igreja e não só não respeitam as suas imunidades divinas, mas nem sequer a deixam viver segundo o direito comum.

Negam-lhes os direitos e liberdades que não recusam ao último dos cidadãos. Não lhe consentem que administre os bens que lhe foram dispensados pelos fiéis, nem que aceite qualquer herança sem licença do Estado, não a deixam escolher os seus ministros nem os párocos para as igrejas. Tratam o clero como uns párias, etc, etc.»³⁷

O remate do artigo é uma acusação incongruente aos *Estudos Sociais* de pactuarem com os governos liberais, depois de reconhecer que a vida da Igreja segundo o direito comum seria melhor do que a situação de facto. Carlos Martel tomara posição nos *Estudos Sociais* não propriamente a favor das relações vigentes entre Estado e Igreja na monarquia constitucional, mas sim de uma reforma no sentido de uma separação entre Estado e Igreja livremente acordada e benéfica para ambas as partes.

A polémica em torno do artigo de Carlos Martel atinge os *Estudos Sociais*, que em Novembro de 1906 publica um artigo crítico do padre Benevenuto.

³⁶ *Revista Católica*, 14 de Novembro de 1906, p. 715.

³⁷ *Revista...*, 14 de Novembro de 1906, p. 716.

O artigo é acompanhado de uma nota da redacção em apoio ao colaborador da revista:

«Cremos que o *liberalismo de Carlos Martel* não foi compreendido pelo ilustre autor do presente artigo, pois nunca vimos Carlos Martel a defender *liberdade ilimitada*, parecendo-nos antes que ele defende apenas aquela liberdade que é “*la faculté qu’a la volonté rationnelle (rationnelle, não é a que exige sacrifícios humanos) de choisir entre les divers moyens qui s’offrent à elle pour atteindre son but*”³⁸.

O padre Benevenuto considera que o artigo de esclarecimento do padre Correia Guedes agrava uma doutrina assente sobre o conceito de liberdade, contra a qual só se pode insurgir: «Não, mil vezes não; esta liberdade ilimitada não existe, não se pode admitir, não existiu no mundo antigo, nem no mundo moderno; é uma liberdade impossível, incompatível com as leis fundamentais de uma sociedade culta, com os princípios por que ela se deve reger.»³⁹ Para o reverendo Benevenuto, em contraponto a Carlos Martel, «um indivíduo sincero no seu erro» não tem direitos, «não os pode ter, é só digno de compaixão»⁴⁰.

Esta abertura dos *Estudos Sociais* à crítica dos seus colaboradores nas páginas da revista, sem dar razão aos críticos, serve à *Revista Católica* para lançar uma campanha contra a revista democrata-cristã de Coimbra, identificando a sua linha editorial com o pensamento de Romolo Murri. Logo a 8 de Dezembro de 1906 é declarado: «vemos que o sr. Carlos Martel e os *Estudos* trabalham por implantar aqui em Portugal a mesma escola liberal e revolucionária de que Murri é chefe na Itália.»⁴¹ O sintoma mais claro desta filiação é a distinção que Carlos Martel faz no seu primeiro artigo entre clerical e católico. A fonte do diagnóstico é o *L’Osservatore Romano*: «O jornal do Vaticano volta de novo à carga num dos seus últimos números, combatendo os homens da mesma seita que pretendem estabelecer distinção entre *clericaís e católicos*, precisamente como o fazem os Carlos Martel ou murristas deste *jardim da Europa*.»⁴² O «murrismo» é encarado como um sinónimo de «catolicismo

³⁸ *Estudos...*, Novembro de 1906, p. 480-481.

³⁹ *Estudos...*, Novembro de 1906, p. 482.

⁴⁰ *Estudos...*, Novembro de 1906, p. 483.

⁴¹ *Revista...*, 8 de Dezembro de 1906, p. 773.

⁴² *Revista...*, 22 de Dezembro de 1906, p. 808.

liberal». Na transcrição de um texto do *L'Osservatore Romano* que comenta um artigo de Murri publicado no *Corriere della Sera*, o redactor da *Revista Católica* identifica, entre parêntesis, os paralelismos entre as ideias de Murri, ao qual chama «o Carlos Martel italiano»⁴³, e as do controverso colaborador dos *Estudos Sociais*. O fundador da Liga Democrática Nacional reclama «uma organização da vida pública que esteja fora de toda a acção directa da sociedade religiosa (é precisamente esta separação da Igreja e do Estado que Carlos Martel tem sustentado nos *Estudos* com outras teorias liberalescas)» e resiste a «toda a tentativa de restringir as liberdades democráticas, de consolidar o poder em certos grupos ou certas classes sociais mais favoráveis à religião católica, o confiar no concurso do Estado para a formação das consciências cristãs (esforços vários que caracterizam precisamente o espírito clerical)»⁴⁴. Em suma, para a *Revista Católica*

«A deferência para com certos regimens democráticos, o amor excessivo para com eles estão em oposição com o régimen legitimamente autoritário da Igreja, e quando está, à vista do perigo, aparece em cena para tornar a dar ao povo, com uma acção providentíssima e caritativa, o conceito justo do que é e deve ser a autoridade divina-humana própria, o modernismo mete de permeio obstáculos e pretende ensinar-lhe o que isso seja e de que modo seria legítima e eficaz a sua intervenção, e está nisto o caruncho de certa acção democrático-cristã, está nisto o ponto de divisão entre ela e a acção da Igreja, é nisto que está o erro da distinção monstruosa entre clerical e católico, origem das mais monstruosas aplicações.»⁴⁵

Em 1907 a campanha da *Revista Católica* contra os *Estudos Sociais* prossegue: em Janeiro é transcrito um artigo da revista dos jesuítas, o *Novo Mensageiro do Sagrado Coração de Jesus*, criticando o americanismo, o daensismo belga e o murrismo em Itália⁴⁶ e de novo se atacam os católicos modernistas, incluindo nesta designação os murristas e «os Martel»⁴⁷. Em

⁴³ *Revista...*, 22 de Dezembro de 1906, p. 808.

⁴⁴ *Revista...*, 22 de Dezembro de 1906, p. 808.

⁴⁵ *Revista...*, 22 de Dezembro de 1906, p. 808.

⁴⁶ *Revista...*, 9 de Janeiro de 1907, p. 19.

⁴⁷ *Revista...*, 12 de Janeiro de 1907, p. 24.

Fevereiro a polémica regista um novo desenvolvimento com a publicação na *Revista Católica* de uma carta remetida pelos *Estudos Sociais*:

«À revista católica, (com letras minúsculas, que pedantismo!) de Viseu, recomendamos esta nota para nos não fazer *coniventes* com qualquer colaborador, pelo facto de muito nos honrarmos com a sua colaboração. A opinião de CARLOS MARTEL é também a de muitos outros católicos ilustres, e se à revista de Viseu não serve o *in dubiis libertas*, sirva-lhe ao menos o *in omnibus charitas*.» A resposta nega que as máximas se apliquem à polémica: «Quando a Igreja fala e diz o que se deve crer ou as opiniões que se devem seguir, cessa o *indubiis libertas*, e não tem lugar o *in omnibus caritas*, por isso mesmo a caridade manda combater as opiniões e doutrinas contrárias à fé e aos ensinamentos da Igreja como são as de Carlos Martel e de outros murristas, como os redactores dos *Estudos* (...)»⁴⁸.

O esboço de debate sobre as questões levantadas pelo padre Correia Guedes, nas quais se detecta alguma ressonância da discussão em Itália acerca da figura de Romolo Murri, é aniquilado por esta resposta e o seu carácter intransigente. Os artigos posteriores pouco acrescentam ao que foi escrito até então e têm repercussões noutros periódicos católicos⁴⁹.

A condenação de Murri pelo Papa

A suspensão *a divinis* de Romolo Murri, em Abril de 1907, é primeiro noticiada e comentada no *Grito do Povo*, que faz um balanço bastante crítico da vida do padre italiano, num tom mais sereno que o da *Revista Católica* e procurando salvaguardar a legitimidade da democracia cristã entendida como movimento social católico: «confundir o Padre Murri, que há dias foi suspenso pelo Papa “*ad divinis*”, e a Liga Democrática Nacional, com os católicos sociais italianos, é imitar o sr. Bellis, confundindo o sr. Mauri com os socialistas»⁵⁰. A notícia é confirmada no mesmo jornal a 8 de Maio de 1907. Os pormenores são contados logo no primeiro parágrafo: o Papa, por carta de 15 de Abril, encarregou o Arcebispo de Fermo de comunicar

⁴⁸ *Revista...*, 2 de Fevereiro de 1907, p. 74.

⁴⁹ *A Palavra*, 28 de Março de 1907.

⁵⁰ *O Grito...*, 20 de Abril de 1907, p. 1.

a Murri a sua suspensão *a divinis*. A «gota de água» na origem da decisão seriam as declarações de Murri num artigo publicado no último número da revista *Il Rinascimento* e em entrevistas ao *Giornale d'Italia* e *Le Matin*. O nó do conflito seria Murri declarar-se um adversário do clericalismo e ter afirmado que o “catolicismo oficial prejudica neste momento o catolicismo fundamental e o espírito religioso.” *O Grito do Povo* transcreve uma reacção de Murri à suspensão: «Continuo crendo – salvo as minhas fraquezas possíveis e particulares – que as regras que inspiraram a minha crítica e a minha acção augurarão à sociedade religiosa um renascimento de vigor e mais fecunda eficácia social. Peço uma palavra de simpatia às almas livres crentes». Esta última expressão causa a maior suspeita ao redactor católico que, apesar de rejeitar as ideias de Murri, encara-o com alguma benevolência: «Homem de talento, de mais imaginação que juízo, ardoroso, o Padre Murri – talvez com honestas intenções no princípio – deixou-se arrastar, como tantos outros nos antigos e modernos tempos, pelo torvelinho das suas próprias opiniões.

Praza a Deus que neste espírito entre a humildade, e a sua submissão ao Chefe da Igreja seja absoluta e incondicional.»⁵¹

A *Revista Católica* comenta o mesmo acontecimento de modo contundente: «O Murrismo ou Modernismo acaba de receber um golpe profundo»⁵² e repete em vários números⁵³ as críticas feitas a Murri, ao modernismo e aos seus alegados seguidores portugueses. *A Palavra*, em Junho de 1907, apresenta o caso Murri como um sinal de uma possível perigosa inflexão da democracia cristã no sentido do liberalismo. A ameaça só se dissipará quando «os verdadeiros e bons democratas-cristãos, unindo-se com os verdadeiros e bons conservadores, não afastarem completamente a dita *Fronde* e se constituírem em bloco de organização e acção católica.»⁵⁴ Convém lembrar que este apelo se fazia após o início, a 10 de Maio, da «ditadura» de João Franco, a qual viria a ser apoiada pelo Partido Nacionalista. O «liberalismo católico» não viria dos imaginários discípulos de Murri. Se o padre italiano era apreciado em Portugal, seria-o mais pelas suas ideias do que pelo seu

⁵¹ *O Grito...*, 5 de Maio de 1907, p. 1.

⁵² *Revista...*, 8 de Maio de 1907, p. 282.

⁵³ *Revista...*, 8 de Maio de 1907, *Revista...*, 26 de Junho de 1907, *Revista...*, 2 de Outubro de 1907.

⁵⁴ *A Palavra*, 7 de Junho de 1907.

exemplo político-partidário. A única vez que os «católicos liberais» são localizados em partidos políticos, são-no nos velhos partidos do rotativismo: a *Revista Católica*, a 14 de Dezembro de 1907, publica um artigo intitulado «O partido progressista e a descristianização social»⁵⁵. Nesse artigo é atacada uma moção de Pinheiro de Melo numa assembleia progressista, a qual propunha que uma comissão incumbida de rever o programa do partido consignasse «os princípios da igualdade no respeito pela liberdade de cultos e da consequente efectividade do registo civil e do ensino laico obrigatório como início para a separação da Igreja e do Estado». O articulista lançava uma pergunta retórica: «Já ficam agora desenganados das últimas aspirações do partido progressista, no qual andam filiados tantos católicos e tantos párocos e padres?» Alguns dos referidos católicos do Partido Progressista esclareceram que a moção de Pinheiro de Melo não chegou a ser votada nem discutida. A *Revista Católica* não desarma: «Se a moção ímpia do sr. Pinheiro de Melo não foi aprovada explicitamente pela assembleia progressista, foi-o implicitamente no acto de ser aprovada a moção oficial do partido. (...) Fica portanto de pé que o partido progressista é um partido radicalmente ímpio e anti-católico que, por meio do registo civil e do ensino leigo, liberdade de cultos, etc, aspira a separar a Igreja do Estado, para melhor realizar o sonho do maçõ Quinet: afogar o catolicismo na lama e aniquilá-lo.

E se o partido progressista é isto que os nossos leitores acabam de ver, o que será o seu irmão rotativo, o partido regenerador?»⁵⁶

A agonia da monarquia portuguesa

O apoio do Partido Nacionalista à «ditadura» de João Franco revelou-se desastroso. Após o regicídio, a 1 de Fevereiro de 1908, a via de renovação política de Franco e D. Carlos é abandonada e os velhos partidos rotativos regressam ao poder. José Luciano de Castro, o líder do Partido Progressista, torna-se o «sustentáculo da monarquia»⁵⁷. É ele quem forma um governo de «concentração monárquica» a 4 de Fevereiro, juntando progressistas e regeneradores, e convoca as eleições para 5 de Abril. D. Manuel II, querendo

⁵⁵ *Revista...*, 14 de Dezembro de 1907, p. 784.

⁵⁶ *Revista...*, 21 de Dezembro de 1907, p. 790.

⁵⁷ Maria de Fátima Bonifácio, *A Monarquia...*, p. 147.

evitar o perigo do intervencionismo excessivo que vitimara D. Carlos, pratica a abstenção do Poder Moderador. O apoio ao republicanismo cresce e José Luciano, para contê-lo, sugere ao rei a formação de um «bloco de defesa monárquica».

O último governo monárquico será da responsabilidade do líder do Partido Regenerador, Teixeira de Sousa, que procura realizar na monarquia alguns projectos do Partido Republicano Português: implementação do registo civil e serviço militar obrigatórios, abertura para, sem precipitação, aprovar o divórcio e concretizar a separação do Estado e da Igreja. À sua direita tem um «Bloco conservador» constituído por progressistas, regeneradores fiéis a Júlio de Vilhena, o antigo líder do Partido Regenerador, regeneradores-liberais, henriquistas, nacionalistas e miguelistas. À sua esquerda tem o PRP cada vez mais forte e investindo quer no combate eleitoral quer na conspiração insurreccional. Nas eleições de 28 de Agosto de 1910 o governo sofre uma derrota avassaladora em Lisboa. Os republicanos elegeram 13 deputados por Setúbal, Porto, Aveiro, Viseu e Arganil. O «Bloco Conservador» elegeu 45 deputados e reclamou vitória. O rei permite que a abertura do Parlamento seja adiada. Não chegou a abrir, pois a revolução republicana triunfou em Lisboa a 5 de Outubro, derrubando um regime sem ânimo para uma resistência forte.

Notas sobre o catolicismo português

Romolo Murri revela-se um observador arguto da conjuntura política portuguesa na véspera da revolução republicana, captando pormenores e relatando impressões que muito enriquecem o quadro aqui esboçado. No capítulo VI tenta ir mais longe na análise da sociedade portuguesa, reflectindo sobre o catolicismo português. Um dos autores no qual se baseia é Gomes dos Santos, publicista católico que em 1906 publicara *O Catolicismo em Portugal*⁵⁸. É interessante cruzar estes pontos de vista com os de Miguel de Unamuno que visita o nosso país em 1907 e 1908, numa viagem em que se torna hóspede de Teixeira de Pascoais, visita Manuel de Laranjeira e conversa com Guerra Junqueiro. Também ele escreve artigos para *La Nación* de Buenos

⁵⁸ Gomes dos Santos, *O Catolicismo em Portugal*, Póvoa do Varzim, Livraria Povoense – Editora, 1906.

Aires e projecta um livro reunindo os textos que nunca chegará a sair⁵⁹. Sobre a religião dos portugueses escreve:

«É muito frequente ouvir aos portugueses que o seu povo é um povo irreligioso, que aqui em Portugal os problemas de religião não interessam na verdade a ninguém. Parece-me que nisto, como em outras coisas, sofrem de um engano. Em poucas partes há uma fronteira tão profunda como a que há aqui entre a população rural, entre o genuíno povo português campestre e as classes cultas, ou psedocultas, que habitam nas cidades. A cultura destas classes é estrangeira, ou melhor, é francesa.»

Detectando no povo português um anti-clericalismo semelhante ao galego, reconhece nele uma «religiosidade pagã, diferente da religiosidade castelhana, que nos lembra antes a dos povos semitas.»⁶⁰

Memória de um autor e projecto de um livro

A saída do livro de Romolo Murri em Itália não é discutida em Portugal. Mesmo a sua presença física em Lisboa, em 1910, é recebida com silêncio pela imprensa católica. Está por estudar a sua eventual recepção em Portugal durante o período de entre guerras. Será na geração de católicos e socialistas laicos politicamente activa no final da ditadura do Estado Novo e durante o processo de transição para a democracia aberto pelo 25 de Abril de 1974 que o interesse por esta figura irá renascer. Dois intelectuais militantes do Partido Socialista (PS), Francisco Lino Neto (1918-1997) e Salgado Zenha (1923-1993), lêem-no e acalentam ou incentivam projectos relacionados com a obra agora traduzida.

Francisco Lino Neto é um dos católicos que rompe estrondosamente, nas eleições presidenciais de 1958, com o que Salazar chama de «frente nacional», a qual comprometeria os católicos com o Estado Novo. Será, juntamente com António Alçada Baptista, um dos dois primeiros candidatos católicos a deputados nas listas da oposição, em 1961. E novamente candidato da oposição nas eleições de 1969, pela Coligação Democrática Eleitoral

⁵⁹ Miguel de Unamuno, *Por terras de Portugal e da Espanha*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1988. Nota introdutória de José Bento, que é também o tradutor.

⁶⁰ Miguel de Unamuno, *Por terras...*, p. 31.

(CDE), em Santarém. Adere ao Partido Socialista fundado em 1973, pelo qual chega a ser deputado. É na qualidade de estudioso da figura do pai, António Lino Neto (1873-1961), Presidente do Centro Católico Português de 1919 a 1934, que recolhe diversos documentos e escreve apontamentos sobre o fim da monarquia constitucional e a I República. No seu espólio⁶¹ encontramos uma tradução do prólogo de Murri a «Da Monarquia à República» e alguns apontamentos sobre esta figura: «Entendia [?] a “democracia cristã” como um movimento político que devia levar a uma nova organização da sociedade e do poder ao contrário da facção mais conservadora que via apenas nele o movimento de promoção da “caridade social”, mas não uma promoção social e política da classe operária.»⁶²

Salgado Zenha, inicialmente militante do Partido Comunista Português (PCP), tendo depois aderido à Acção Republicana e Socialista, embrião do Partido Socialista, foi fundador, militante e dirigente do PS. Chefiou os ministérios da Justiça e das Finanças no 1.º e 7.º Governos Provisórios. Candidatou-se à Presidência da República em 1986. O seu interesse por esta obra de Murri manifesta-se no início da década de 1980. Numa ficha 11-A de cartão da Papelaria Fernandes dirigida ao dominicano Luís de França, escreveu o seguinte:

«9/Ag./1981

Meu caro Dr. França,

Desculpe-me escrever-lhe nesta ficha, mas estou em férias e no local onde me encontro não tenho à mão o melhor papel. Há muito que desejava falar consigo. Tomei a liberdade de lhe enviar a fotocópia de um livro sobre o 5 de Outubro escrito por R. Murri. Suponho que sabe quem é. Tenho em casa alguns livros (poucos!) que dão alguns tópicos sobre a vida desse padre antifascista italiano.

⁶¹ Em fase de organização pelo Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa.

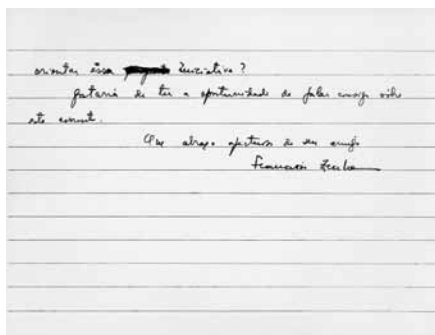
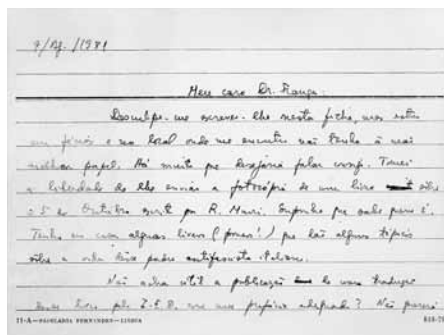
⁶² «Da Monarquia à República – Cartas Portuguesas de Romolo Murri – Deputado ao parlamento – 1910», in FLN-1-3-16, F. 6.

Não acha útil a publicação de uma tradução desse livro pelo IED [Instituto de Estudos para o Desenvolvimento] com um prefácio adequado? Não quererá orientar essa iniciativa?

Gostaria de ter a oportunidade de falar consigo sobre este assunto.

Com um abraço afectuoso do seu amigo

Francisco Zenha»



O cartão, acima reproduzido, e o projecto passaram para um católico fundador do PS, José Leitão, que me entregou o cartão e sugeriu levar a cabo o empreendimento. Este foi realizado no âmbito do projecto «Os católicos portugueses na política do século XX», orientado pelo professor António Matos Ferreira e desenvolvido pelo Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa.

Da minha perspectiva detecto ecos das questões levantadas por Romolo Murri nos problemas que Francisco Lino Neto e Salgado Zenha enfrentaram na transição da ditadura do Estado Novo para a democracia. Podem estabelecer-se paralelismos entre a crise do modernismo e a crise da Igreja Católica no final dos anos 60 e anos 70 do século XX, quando muitos católicos portugueses começaram por questionar as ligações entre a hierarquia católica e o poder político e acabaram por colocar em causa o poder na Igreja Católica, levando alguns dos mais destacados militantes portugueses a declarar-se, na expressão de Ruy Belo, «vencidos do catolicismo»⁶³. Francisco Lino Neto, não sendo

⁶³ Jorge Revez, *Os «vencidos do catolicismo»: militância e atitudes críticas (1958-1974)*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa/Universidade Católica Portuguesa, 2009.

um «vencido do catolicismo», partilhou, em meados da década de 1960, um dilema com outros católicos oposicionistas: criar um Partido Democrata-Cristão português que se aliaria a outros oposicionistas não-católicos, ou participar, como cidadão e «como católico», mas não «enquanto católico», na distinção de Maritain, num partido da oposição que reunisse católicos e não-católicos. A opção pela segunda alternativa foi feita por uma geração de católicos que não se reconhecia no carácter anti-socialista predominante no movimento social católico português do início do século XX, mas também por uma geração de republicanos e socialistas, como Salgado Zenha e Mário Soares, que se demarcaram da tradição anti-clerical.

Um século depois da publicação de *Da Monarquia à República* em Itália, o livro chega traduzido a Portugal, por ocasião da comemoração do centenário da República portuguesa. Um tempo oportuno para subscrever a declaração do professor Fernando Catroga de que o principal adversário da República não é a Monarquia – os seus maiores adversários são a corrupção e a tirania⁶⁴. À entrada da segunda década do século XXI vale a pena lembrar que a tirania espreita em todas as práticas políticas que pretendem excluir e desqualificar o outro. Em 1910, Murri escreveu, no remate do seu livro: «A nova República não tem pela frente outras dificuldades a não ser as que provêm de uma imensa ruína, dos resultados do longo mau governo, do atraso intelectual e económico de larga parte do país.» Hoje sabemos que as dificuldades foram subestimadas e que os horrores do século XX ainda mal tinham começado. E nem as dificuldades nem os horrores impediram ninguém de recomeçar.

João Miguel Almeida

⁶⁴ Intervenção no Centro de Congressos de Lisboa a 6 de Julho de 2010.

Dalla Monarchia alla Repubblica
lettere portoghesi di Romolo Murri

Reedição do livro de Romolo Murri, *Dalla Monarchia alla Repubblica, Lettere Portoghesi di Romolo Murri, Deputato al Parlamento*, Milano, Fratelli Treves, 1910.

Al Lettore

Fui a Lisbona dal 6 a 13 dello scorso settembre: otto giorni. Sarebbe stato, evidentemente, troppo poco per «scuoprire» il Portogallo; ma io aveva un compito più modesto. Si era sparsa la voce, all'indomani delle elezioni politiche generali del 28 agosto, nelle quali i repubblicani conquistarono quattordici seggi, che una rivoluzione stesse per essere tentata nel Portogallo; e il direttore della Stampa mi mandava ad informarmi su questo punto. Io doveva quindi limitare le mie indagini alla situazione politica del governo, della monarchia, del paese.

Mi era munito, a Madrid, di varii biglietti di presentazione. Ma tutti i destinatarii – Bernardino Machado, Affonso Costa, un colonnello di stato maggiore, un ex-deputato franchista – erano assenti da Lisbona, in vacanza. In una di queste visite perdute, incontrai un signore, inglese di origine, che era da molti anni nel Portogallo e mi fu cortesissimo, non solo esponendomi diffusamente la situazione, così come egli – acutamente e senza passioni – la vedeva, ma risparmiandomi molti dei piccoli fastidi e contrattempi ovvii a chi è nuovo in una grande città e non ne conosce la lingua.

Il metodo della mia inchiesta fu molto semplice. Cominciai dal comperare e dallo scorrere attentamente, il primo e il secondo giorno, tutti i giornali che si pubblicano a Lisbona. I giornali non rispondono, è vero, alle vostre domande, ma rispondono a quelle, numerosissime e svariatissime, dei loro lettori; e il metodo comparativo permette di sceverare la notizia dalla colorazione politica.

Leggendo, presi nota di tutte le domande che sorgevano nel mio pensiero per la scarsa conoscenza dei precedenti; e, munito del mio questionario, cominciai a peregrinare per le redazioni dei giornali, accolto dovunque con grandissima cortesia.

Successivamente ebbi lunghi colloquii con i direttori o con redattori del Diario de Noticias, politicamente incolore e neutrale, con O Radical, O Mundo, A Lucta, o Século, con gli editori dei pamphlets settimanali A Lanterna, che si occupa solo di questioni ecclesiastiche, e Cartas politicas; João Chagas, quest'ultimo, del quale parlo nelle lettere. Nelle redazioni trovai anche talora persone estranee al giornalismo: ufficiali, professionisti, studenti.

Vidi anche alcuni dei maggiori uomini politici, le conversazioni avute con i quali riferisco, ed altri minori, di varia parte.

Preziosi informazioni ebbi anche da italiani. Ricordo con grato animo il marchese Paolucci di Calboli, ministro d'Italia, che fu con me cortesissimo e mi favorì largamente; e altri due italiani, il commendatore C., che vive in Lisbona da trenta anni e gode fra italiani e lisbonesi della massima considerazione, e il figlio maggiore di lui, ingegnere, fervida anima, che conosceva assai bene il sottosuolo politico di Lisbona.

Altra fonte di informazioni furono i libri; libri di stranieri sul Portogallo e di portoghesi. Ricorderò più particolarmente il Manual Politico di Trindade Coelho, un grosso volume pieno di indicazioni ricchissime sulla amministrazione, sulla finanza, sulla legislazione, sui partiti portoghesi; e poi i quattro volumi della collezione delle lettere politiche di J. Chagas, la collezione di A. Lanterna, ecc.

Il quinto giorno, mi parve di possedere già una visione sufficientemente chiara della situazione politica portoghese e cominciai a tratteggiarla sommariamente nelle lettere alla Stampa; delle quali le prime quattro furono scritte prima dello scoppio della rivoluzione, la Stampa pubblicava la lettera sul «tramonto di una monarchia», che poi, giunto l'annuncio della rivoluzione, fu largamente riprodotta da molti altri giornali, in Italia e fuori.

Queste lettere sono in qualche modo la storia interna della rivoluzione, tracciata prima che questa scoppiasse; indicano la dissoluzione di un vecchio regime, il distacco intiero spirituale giù compiuto di un popolo dalla istituzione che lo governa, la preparazione del nuovo regime. La maturità di questo è apparsa poi, oltrechè nel rapido trionfo della rivolta, nella immane opera di

riforma compiuta in breve tempo dal governo provvisorio; così che le questioni più gravi ed urgenti di ordine spirituale morale la Costituente, quando si adunerà, le troverà già risolte e potrà dedicarsi subito e con fervore all'opera di riordinamento economico ed amministrativo del regno.

Delle riforme compiute dal governo provvisorio ultima si annunzia, oggi stesso, la separazione della Chiesa dello Stato o, meglio, la dichiarazione della laicità di questo e la conseguente cessazione dei rapporti fra lo Stato e la Chiesa cattolica; rapporti che erano innanzi più stretti, forse, che non siano in qualsiasi altro paese cattolico. E il paese accoglierà in pace anche questa misura che non colpisce il cattolicesimo come religione, se anche taglia alle radici le pretese di privilegio politico e di dominio sul privilegio in nome delle quali s'era tentato, negli ultimi dodici anni, di scuotere la coscienza cattolica portoghese, languente in un sonno secolare; con il solo risultato certo e manifesto di far precipitare le sorti della monarchia.

La situazione religiosa in Portogallo avrebbe meritato più ampia illustrazione; poiché mentre nelle crisi del vecchio regime la monarchia, così ingloriosamente fuggita, affonda e muore, l'istituto ecclesiastico rimane, accanto alla repubblica e dentro di essa, se avversario od amico vedremo. Alcuni avevano vagheggiato un proposito curioso, non nuovo: avrebbero voluto che la repubblica, in luogo di separarsi definitivamente dalla Chiesa, avesse proclamato il distacco religioso del paese da questa ed organizzato una chiesa nazionale portoghese. Ma non è più tempo di scismi e di lotte religiose.

Il lettore è dunque avvertito. Queste lettere non sono né la storia del vecchio regime, né la storia del sorgere del nuovo, in esse è colto il passaggio interiore dall'uno all'altro, è segnato il vincolo di necessità che unisce il nuovo al passato. Per questo, e non solo né soprattutto per una felice coincidenza di eventi che accelerò ed anticipò l'epilogo drammatico della crisi, esse sono state il preannunzio della rivoluzione portoghese ed il più veritiero commento dei fatti.

Roma, novembre 1910.

Romolo Murri

I.
ALLA VIGILIA DELLA RIVOLUZIONE

Le due parti. – Le ultime elezioni. – Il Governo senza maggioranza – Anticlericalismo. Tutto il mondo latino è paese. – Quello che bisognerebbe fare.

Lisbona, 7 settembre 1910.

Quindici giorni fa, nel momento più acuto della lotta elettorale politica, s'era sparsa la voce per l'Europa che una rivoluzione stesse per scoppiare nel Portogallo. A poca distanza dalle lezioni avvenute, e dopo il grande trionfo dei repubblicani, qui in Lisbona, la città è calmissima; ognuno qui bada tranquillamente ai suoi affari, le conversazioni politiche non sono più agitate del solito, i circoli repubblicani organizzano gite, per godersi questo caldo tramonto estivo; e un circolo di donne repubblicane, convocato per la rinnovazione delle cariche, era avvertito che, in mancanza di numero legale, l'adunanza avrebbe avuto luogo la sera del 15.

Eppure, non vi inganni questa calma; non è solo apparente, ma non è profonda; fra due settimane, quando sarà riaperta la Camera dei deputati, se il presente Ministero cadesse e l'Opposizione monarchica conservatrice fosse chiamata al potere, sarebbe immediatamente, non dico proprio la rivoluzione, ma certo una situazione piena di tensione e grave di una rivolta imminente; e la città, che forse la sera innanzi si era addormentata nella calma abituale,

vedrebbe la mattina il tumulto e la guerra civile correre le vie. E questa previsione è, qui, nella coscienza di tutti.

Perchè tale è la situazione del Portogallo: un malessere, un disagio profondo, nato ed alimentato dalla cattiva amministrazione in tutte le sue forme ed in tutti gli uffici pubblici, dalla insufficienza dei governi, dallo sperpero del denaro pubblico, dalla avidità dei partiti di governo, non uniti da alcun saldo ideale, non legati alla monarchia che da calcoli utilitarii, dalla sfiducia profonda del paese nei governanti di ieri, di oggi, di domani, dalla quasi dissoluzione interiore, in una parola, di tutti gli organi dello Stato.

E quindi i cittadini, quelli che possono, per cultura e per le loro condizioni economiche, occuparsi della vita pubblica, divisi in due grandi categorie, delle quali l'una vive del proprio lavoro e chiede una amministrazione pubblica corretta e solida, che assicuri la regolarità degli affari, l'altra mira allo Stato ed all'amministrazione pubblica come a fonte di lucro indebito, a un mezzo di migliorare i proprii interessi: e il disagio e la protesta dei cittadini di quella prima categoria si adagia e si disciplina quasi spontaneamente in un decorso normale: nell'adesione al partito repubblicano, le cui forze crescono costantemente e la cui tenace e vigorosa attività non ha le ansie della precipitazione.

Così un urto va maturando lentamente, da tempo, con la logica sicura che prepara le mutazioni politiche necessarie; ed esso può scoppiare da un momento all'altro, quando l'occasione si offra, e in tutta la sua gravità.

*

Ora la difficoltà e il pericolo della situazione presente, quale si delinea dopo le ultime elezioni politiche del 28 agosto scorso, nascono da questo: che il presente Ministero Teixeira de Sousa è, dopo un rapido succedersi di legislature e di ministeri effimeri, il più audace tentativo fatto verso Sinistra, sotto la giovane monarchia, e che caso, nei pochi mesi da che governa, ha irritato e sollevato contro di sé, appunto per questa sua tendenza al radicalismo, tutte le frazioni politiche più conservatrici, che si sono strette in blocco ed hanno dato ferocemente battaglia nelle ultime elezioni: e, dall'altra parte, non è riuscito a conquistare la fiducia del pubblico ed arrestare i progressi del movimento repubblicano; come mostra il fatto che i deputati repubblicani, di sette che erano, sono divenuti quattordici, conquistando la maggioranza in

tutti e tre i Collegi di Lisbona e un mandato fuori, ed ottenendo altrove, in ispecie a Porto, la capitale del Nord, una forte maggioranza: vittoria che ha avuto nel Paese una enorme ripercussione.

La situazione parlamentare è dunque semplice. Da una parte il blocco conservatore, che raccoglie una parte del gruppo progressista (liberale), capitanata da Luciano di Castro, i residui del partito di João Franco, sotto la direzione di Vasconcellos Porto, già ministro col dittatore (questi si è interamente ritirato dalla politica), i pochi cattolici clericali, che si danno il nome di «nazionalisti» e una frazione del vecchio gruppo conservatore (regenerador), con a capo Campos Henriquez.

L'opposizione chiama questa eterogenea composizione di gruppi e di interessi, costituitasi in blocco nelle ultime elezioni, col nomignolo di blocco «predial», o fondiario, in relazione a recenti gravissimi scandali di un istituto di credito fondiario, nei quali uomini e partiti di Destra furono compromessi e coinvolti e che provocarono nel paese uno scandalo enorme, distruggendo gli ultimi resti di fiducia negli antichi partiti.

Dalla parte opposta sono i repubblicani, raddoppiati di numero, forti del favore popolare, condotti da uomini maturi e di antica esperienza, come Bernardino Machado, che fu già ministro dei lavori pubblici, e lasciò il Ministero sdegnosamente, per ragioni che è facile immaginare, convertendosi poi alla repubblica, Antonio José d'Almeida, che mi dicono essere l'uomo più popolare del Portogallo, e Affonso Costa, avvocato eminente, antico ed abilissimo parlamentare.

Erano sette, nella precedente legislatura, e sono ora quattordici. Dieci ne ha mandati alla Camera Lisbona città con i suoi due Collegi, lasciando i quattro posti della minoranza ad altrettanti ministeriali, dei quali due ministri nel presente gabinetto. La lotta fu vivacissima: all'ultimo grande meeting elettorale parteciparono non meno di 60 000 persone, mantenendo un ordine perfetto.

In mezzo a queste due audaci e risolte opposizioni sta il Governo con la sua maggioranza, messa insieme faticosamente e fatta riuscire alle elezioni con metodi che, a lettori italiani, non è necessario spiegare in dettaglio, e che vanno dal reato elettorale propriamente detto alle promesse di impiego e sollecitazioni della più varia natura. In questa maggioranza si distingue un piccolo gruppo di progressisti dissidenti, capitanato da José d'Alpoim, che

è come l'estrema punta sinistra dei costituzionali, e vorrebbe una politica di Governo risolutamente e vigorosamente radicale.

*

Interessante è sapere, ora, quale sia la forza numerica del blocco e del Governo alla Camera. Sembra che il conto non sia troppo facile a fare e ciò si spiega un poco, data l'indole del vincolo politico che lega il deputato al proprio gruppo, o piuttosto al capo di esso; vincolo che è, il più spesso, di interessi, di clientele e di favori, e raramente di convinzioni politiche e di programma.

Una ventina di elezioni sono contestate e dovranno essere ripetute. Per le altre un calcolo bloccardo dava l'altro ieri: blocco 47, Governo 53, repubblicani 14; ieri a sera un giornale ministeriale riduceva a 43 gli eletti del blocco e faceva salire a 88 i voti assicurati sin d'ora al Governo. Il fatto si è che questo ha, per ora, una maggioranza assicurata un poco più modesta, la quale solo a elezioni definitivamente chiuse salirà agli 85 voti, mentre quei del blocco sperano di giungere ai 55; una differenza media di 30 voti, la quale dà maggiore rilievo ed importanza al piccolo gruppo repubblicano, che lo svolgersi degli eventi potrebbe far arbitro, da un momento all'altro, della situazione.

E le difficoltà del Governo non finiscono qui. Ha ostile il magistrato per la revisione dei poteri, una specie di Giunta delle elezioni scelta a sorte fra i più altri gradi della magistratura e che giudica inappellabilmente. Ma anche su questo corpo sono varie e forti le influenze politiche; si parla di accordi e di transazioni fra gruppi e si suppone che esso metterà molto buon volere nell'assottigliare ancora la maggioranza governativa.

Le disposizioni d'animo del blocco sono fiere. La battaglia elettorale è stata condotta con incredibile vivacità. I clericali – ma ci sono anche qui dei cattolici più sensati, non molti e meno influenti, naturalmente – sono stati fra i migliori strumenti del blocco e si sono impegnati a fondo nella lotta. Un parroco si vantava di aver percorso, nel giorno delle elezioni, ottanta chilometri a cavallo, in cerca di pecorelle... elettorali da condurre alle urne. Anche il rappresentante del Vaticano, monsignor Tonti, ha spiegato molta attività per il blocco; il giornale degli alpoimisti glielo rimprovera acerbamente, e la questione sarà portata alla Camera, messa già all'ordine del giorno da una

interpellanza. Alla riapertura della Camera, il blocco darà battaglia subito; e, memore dei metodi con i quali fu fatto cadere l'ultimo Ministero, dichiara che ricorrerà a qualunque mezzo per impedire lo svolgersi normale dei lavori e provocare una crisi¹.

Ma, in compenso, l'ostilità fiera dei reazionari ha procurato al Governo simpatie dall'altra parte ed ha reso anche i repubblicani più blandi verso di esso; e questa è una indicazione della quale il signor Teixeira ed i suoi colleghi mostrano di voler tener conto.

*

Anche qui in Portogallo (tutto il mondo... latino è paese) la prova del liberalismo e del radicalismo di un Governo è cercata nella sua politica ecclesiastica. Il Portogallo, anzi, è ancora meno cattolico dell'Italia e della Spagna, specialmente nelle provincie del Sud; e confessano anche osservatori cattolici che la religione è venuta rapidamente diminuendo in questi ultimi venti anni. Il clero secolare è assai poco stimato, le chiese pochissimo frequentate; di Ordini religiosi, dopo la radicale soppressione del 1834, non ce ne era quasi più, e i pochi superstiti avevano dovuto nascondersi e mutar nome; i nuovi, o risorti, sono una importazione dall'estero. E tuttavia anche qui il clericalismo è, per molte ragioni, una salda organizzazione e una forza; non potrebbe mai, come potrebbe in Ispagna, tentare una lotta politica per proprio conto; ma è ausiliare potente, ed odiato o cercato come ausiliare. Quindi appunto la politica ecclesiastica ha offerto modo, sino ad ora, al Governo di far le sue mosse più radicali. Due suoi atti sono recentissimi in questa materia: sono di dopo le elezioni, e ne vanno appunto pieni i giornali di questi giorni: uno, la fuga di certi frati «mariani» spagnuoli, stabilitisi abusivamente in Aldeia da Ponte, una cittadina del Nord, e che hanno partecipato con troppo zelo alla recente lotta elettorale (Il Governo ha ordinato un'inchiesta sul loro stato giuridico, ed essi se ne sono andati in fretta, non si sa ancora dove). L'altro è un decreto del 6 corrente, che abolisce le multe stabilite per ritardate denunce ai registri

¹ Il blocco sapeva di avere potenti influenze a corte e se ne giovava. Si è poi saputo, al esempio che nelle ultime elezioni, il Paço era centro di una intensa attività elettorale e di maneggi che misero spesso in imbarazzo il governo.

di stato civile. Per capire il valore di questo decreto, è necessario sapere che qui esiste ancora, ed ha valore civile, il registro ecclesiastico, e che i cittadini possono scegliere fra l'ecclesiastico e il civile: o piuttosto, possono fare a meno del civile, ma non dell'ecclesiastico, senza esporsi a vessazioni e fastidi del clero, che dal registro ritrae un non leggero guadagno. Ora la legge civile imponeva delle multe per ritardata denuncia; disposizione strana, che puniva il ritardo di un atto dal quale il cittadino può impunemente dispensarsi e che, naturalmente, era a tutto vantaggio del registro ecclesiastico. Ora, non si osa toccare questo, ma intanto le multe sono state abolite; e qualche babbo, il quale si ricordi un po' tardi d'aver dato non solo al mondo un uomo, ma un cittadino ad una patria, potrà egualmente presentare il nuovo cittadino ai rappresentanti di questa, senza timore di multe.

Ma queste misure sono, evidentemente, poca cosa; e, per quanto possano guadagnare al Ministero simpatie popolari, non esse muteranno sostanzialmente la situazione politica. Per far questo, anti venendo il pericolo che minaccia da vicino la monarchia, converrebbe rompere nettamente con la tradizione politica degli ultimi venti anni, abrogare alcune odiose leggi eccezionali, oggi non applicate, ma ancora esistenti, liberare la Corte dalle camarille reazionarie e spingerla di nuovo verso il popolo, ristabilire la fiducia nelle amministrazioni pubbliche, inaugurare una gestione di economie che restauri la finanza pubblica, – quali magnifiche risorse deve avere questo paese! – separare lo Stato dalla Chiesa, iniziare una provvida politica di riforme e di incoraggiamento alla economia nazionale e in particolare alla agricoltura.

Urge, dunque, rompere gli indugi e andare francamente e coraggiosamente verso la parte liberale e democratica del paese: non, come pretese il dittatore Franco, governare questo come un minore e privare gli avversari sin dei più elementari diritti civili. E sarebbero necessari nomini di grande energia e rigidamente costituzionali. Ma un'altra domanda si affaccia: si è ancora in tempo a farlo, o la parte nuova del paese pensa di potere e di dover fare oramai a meno della monarchia e di aver bisogno di nuove istituzioni politiche?

Il presente Ministero ha fatto, ma timidamente, dei passi per questa via. Non è nato da un proposito chiaro, non ha una volontà ferma, ma pure si è spinto, brancolando, quanto più poteva verso Sinistra. Esso ha, ad esempio, tra i suoi membri, due ministri, quello delle finanze e quello della marina, che sono uomini di valore, dei quali sono recenti dichiarazioni nettamente

repubblicane, rievocate da un brillante giornalista, João Chagas; dichiarazioni fatte nell'insegnamento, nell'università di Coimbra – la sola che il Portogallo abbia -, e, si può quindi quasi dire, in territorio repubblicano, poiché l'università è il grande centro di diffusione dell'idea repubblicana. Esse rivelano così, a un tempo, un indirizzo di pensiero e la disinvoltura politica degli attuali governanti.

Mentre dunque si attende e si avvicina la riapertura della Camera, fissata per il 23 corrente, il Governo fa annunziare dai suoi giornali importanti riforme, facendo appello al patriottismo dei deputati perché esse siano serenamente discusse, nel supremo interesse dell'ordine pubblico e del paese. Ma quei di Estrema vogliono manifestazioni più precise di propositi liberali. Anche i repubblicani darebbero il loro voto per delle buone riforme. E quella che chiedono fra le prime è la riforma elettorale. Una seria riforma elettorale diminuirebbe il potere delle clientele politiche governanti ed aumenterebbe il numero dei rappresentanti repubblicani. Ma rendere al paese la tranquillità e dargli una calma fiducia nei suoi governi e nella monarchia non sarebbe l'opera più saggiamente monarchica?

Gli avvenimenti risponderanno. E forse avvenimenti che non sono molto lontani. Poiché nell'elemento medio di governo opera rapidamente una doppia erosione: i progressi del moto repubblicano dall'una parte e il concentramento della reazione dall'altra; e la vittoria di questa sarebbe il segno della rivolta immediata. La maggioranza del Ministero alla Camera bassa è debole, alla Camera alta esso è in minoranza, e dovrebbe ottenere dalla Corona l'informata di un numero sufficiente di pari favorevoli a sé: e il risultato sarebbe pur sempre scarso.

La vita parlamentare ricomincerà dunque fra quindici giorni in condizioni difficili; e una soluzione catastrofica potrebbe anche essere non lontana.

II.
UNA CONVERSAZIONE COL MINISTRO
DEGLI ESTERI

La Corte è tranquilla, ma il Governo è preoccupato. – Un punto di vista molto... diplomatico. – L'intervento de' cattolici nella politica, a favore della reazione. – Il nostro piccolo re. – Il clericalismo è lo stesso per tutto: la politica del disastro.

Lisbona, 10 settembre.

Il giovane re Manuele era l'altro ieri nel reale palazzo di Mafra, l'enorme convento e residenza reale, a 40 chilometri a nord di Lisbona, fatto costruire da Giovanni V, dove suo figlio Giovanni VI amava salmodiare in coro con i frati, e che è come l'Escorial del Portogallo. Manuele II, narrano oggi i giornali, ascoltò messa alle otto di mattina, poi andò a caccia, e rientrando si fece iscrivere solennemente socio e dichiarare padrino perpetuo della Confraternita del Sacramento, e prese parte ad una processione, fatta più solenne per la circostanza del regale concorso.

La Corte è tranquilla, dunque; mentre nel mondo politico portoghese l'agitazione – sotto la calma esteriore – è viva, l'attività febbrile, e i «si dice» innumerevoli.

I repubblicani, come gente che aspetti che gli avvenimenti vadano ad essa, non si muovono, i loro capi sono quasi tutti fuori, per prendersi un

poco di riposo, in questo breve periodo che corre fra le elezioni generali e la riapertura della Camera. Ma si agita e lavora il blocco, scoppiano crisi interne di presidenza in qualche gruppo e dissidii fra i gruppi, si affilano le armi per la battaglia. La Giunta delle elezioni, o meglio il Tribunale per la verifica dei poteri lavora anche esso.

Lavora, soprattutto, il Governo. Numerosi progetti di legge sono annunciati; solo il ministro delle finanze ne annuncia una trentina, alcuni dei quali importantissimi; quanti basterebbero a dar lavoro a due legislature portoghesi, se esse avessero la lunghezza normale e se prendessero l'abitudine di occuparsi di progetti di legge.

Anche il ministro della giustizia lavora. Io speravo di avere un colloquio con lui e mi ero munito di una autorevole presentazione, ma egli è fuori di Lisbona, in una cura di acque; e quelle che avrebbe detto a me, ha avuto la cortesi di dirlo, presso a poco, ad un altro giornalista, portoghese e ministeriale, il quale ne riferisce con larghezza nei giornali. Ho rinunciato all'idea di rivolgermi al presidente del Consiglio perché mi dicono non conosca il francese. In compenso, una lunga ed interessante conversazione ho avuto ora con il ministro degli esteri De Azevedo Castello Branco, e mi affretto a trasmettervela.

Il ministro degli esteri è da lungo tempo nella vita pubblica, ma la prima volta ora al Ministero; non ha un gruppo proprio alla Camera e viene dalle file conservatrici; ma occupa, per l'ingegno e l'abilità, una posizione eminente fra i suoi colleghi. È alto e grosso e l'uniforme che indossa accresce il suo aspetto marziale; ma non marziali, anzi piene di cortesia, sono le sue maniere.

Preparato; non certo ad avere da lui il giudizio definitivo sulla situazione, ma a sentirlo parlare come poteva convenire a un ministro, e ministro degli esteri, io speravo tuttavia di conoscere da lui come il Governo vede la situazione presente, e con quale animo e quali propositi si prepara a fronteggiarla. Il ministro non mi dà tempo di fargli le mie domande; ed'entra quasi subito nell'argomento scottante.

— Lei avrà veduto – mi dice – quale enorme rumore abbiano fatto i repubblicani per la loro vittoria elettorale. Essi la esaltano molto; e, ad ascoltarli, potrebbe parere che le cose fossero qui a un punto critico e piene di minacce. C'è specialmente uno, fuori di qui, il Magalhaes Lima, che da Parigi invade la stampa estera con le sue comunicazioni tendenziose. Questa campagna nuoce al Portogallo; io penso che essa abbia lo scopo di rendere il più che sia possibile difficile un matrimonio al nostro giovane Re, facendo apparire la monarchia minacciata da una imminente rivoluzione. Ma non è così. Il popolo portoghese è sinceramente affezionato al Re; e questi è accolto dovunque con segni di grande simpatia. C'è tuttavia, specialmente qui in Lisbona, un certo numero di persone colte, laureati e professionisti, i quali non trovano uno sfogo sufficiente negli impieghi pubblici e che rumoreggiano molto. La gente dedita agli affari – e lei avrà veduto che qui si lavora attivamente e che il paese è in rapido sviluppo – è estranea a queste agitazioni.

— Ha fatto molta impressione, tuttavia, anche fuori di qui, la grande vittoria repubblicana nelle ultime elezioni.

— A torto. Essa è, vede, dovuta a due cause: l'abilissima organizzazione del movimento repubblicano in Lisbona e la divisione dei monarchici nelle ultime elezioni. Pochi giorni prima di queste io domandai a un operaio che lavorava nella mia casa per chi avrebbe votato; e mi rispose: per i repubblicani. Gliene chiesi il motivo; e mi disse che aveva dei figliuoli nella scuola di un «centro» repubblicano, nella quale essi erano aiutati con distribuzione di vesti e di libri. Per molti del nostro popolo, essere repubblicani significa avere scuole speciali per i figliuoli, istituti di mutualità, il medico gratuito ed altri vantaggi. Così gli agitatori si legano elettoralmente il popolo e parlano poi in suo nome. Fuori di Lisbona i repubblicani hanno, naturalmente, altri centri di propaganda e dei corrispondenti: ma non è gran cosa. I monarchici, poi, hanno, qui, come in molti altri luoghi, il torto di astenersi in gran numero dal partecipare al voto. In Spagna, Maura ha introdotto il voto obbligatorio; se esso vigesse da noi, si vedrebbe che la maggioranza, anche a Lisbona, è fedelmente monarchica. E il blocco ha diviso le nostre forze. Furono presentati, senza alcuna intesa col Governo, dei nomi impossibili per noi; e si dovè fare un'altra lista.

E il ministro prosegue facendo dei calcoli elettorali in cui le cifre assumono una certa elasticità diplomatica alla quale io mi guardo dal muovere obiezioni.

— E tuttavia, Eccellenza, anche le vicende parlamentari degli ultimi anni mostrano che c'è un groviglio di difficoltà politiche, gravi e sostanziali, che non si è trovato modo di risolvere.

Il ministro consente. Egli mi parla diffusamente della crisi dei partiti, accenna alla cattiva amministrazione del passato, lamenta che i partiti non siano fondati su idee e programmi precisi. Nota, poi, che il gruppo parlamentare repubblicano non è così numeroso da poter pesare molto sulle vicende politiche.

— Ma – osservo io – non da esso questa volta viene la difficoltà; sì da Destra. A me sembra che in margine ai vecchi partiti, dei quali Vostra Eccellenza faceva la critica, si sia venuta formando nel paese un'opinione liberale e democratica, che vuole serie riforme; forse essa non è ancora decisamente repubblicana, benché i repubblicani ne siano oggi i portavoce; ma può divenirlo da un momento all'altro, se non si rende giustizia ai suoi legittimi desideri.

— Io sono perfettamente convinto che l'azione del Governo deve spiegarsi in senso liberale. E vede che appunto in questo senso va il Ministero. È strano come noi, antichi conservatori, siamo stati condotti a fare una politica così liberale, e sinceramente. Nelle ultime elezioni, i gruppi del blocco hanno commesso una doppia grande colpa: quella di non capire che bisognava, nell'interesse del paese e della monarchia, preoccuparsi di inaugurare una politica di affari e di riforme, mettendo da parte gare personali e piccine, e quella di tirare nella lotta il clero e la Chiesa. È incredibile la parte presa ufficialmente dai cattolici, dal clero, dagli ordini religiosi, e in particolare dai gesuiti, nelle ultime elezioni; pareva che si trattasse di salvare il paese dall'affondar nell'ateismo. Eppure anche noi siamo cattolici; e nessuno li molestava o aveva in animo di molestarli. Io trovo che è un errore enorme fare un partito cattolico in un paese cattolico e che vive in pace con la Chiesa: primo perché con ciò si viene a creare una doppia categoria di cattolici, dei quali gli uni, i politicanti, sarebbero i veri e perfetti, e gli altri falsi e incompleti; e poi perché si offre agli avversari il motivo di combattere la religione e il

cattolismo per motivi politici. E da noi sono state, vede, le Congregazioni religiose a creare questo di cose, dopo che noi con la legge del 1901 avevamo riaperto ad esse le porte del paese, permettendone la pacifica ricostituzione, a patto che si occupassero di insegnamento e di beneficenza. E invece la più parte hanno subito cominciato a fare della politica con una passione degna davvero di miglior causa. E si è anche voluto organizzare un partito nazionalista. Fu il nunzio pontificio, monsignore Jacobini, uomo di ingegno e di molta attività, che diede un forte impulso all'attività politica dei cattolici e li stimolò a costituirsi in partito. Hanno concluso poco, come partito, ma di politica ne hanno fatta e ne vanno facendo troppa: e questo, per quel che riguarda il clero e le Congregazioni, il Governo non può permetterlo. E quindi, come vede, noi abbiamo dovuto prendere delle misure.

Il ministro mi narra, a questo punto, la condanna da parte di Roma di una rivista cattolica portoghese, la «Voce di Sant'Antonio», e la «portaria» con la quale il Governo rimproverava l'arcivescovo di Braga di aver dato corso a quel decreto senza il regio placet.

E continua:

— Oggi poi, con altra «portaria» abbiamo dovuto sciogliere la casa dei «mariani» (una congregazione spagnuola) di Aldeia da Ponte. Dovevano, a tenore della legge 1901, aprire e tener delle scuole e non ne hanno fatto nulla, e l'inchiesta ha appurato, sul loro conto, delle cose... poco pulite. (La parola del ministro è diversa...). E altre misure dovranno seguire. I cattolici stessi, ripeto, ci hanno forzato a questo, contro ogni nostra intenzione.

— Sono gli stessi per tutto. Io conosco bene i clericali italiani, ed ora ho visto in Ispagna che cosa vogliono e fanno.

— Ma nella Spagna è la stessa faccenda, appunto! Quello che il signor Canalejas vuole è la cosa più semplice e più giusta di questo mondo. Il progetto di legge che egli presenterà alla Camera è calcato quasi sul nostro decreto del 1901. Le Congregazioni religiose divorano la Spagna. Sono troppe, troppe, e parecchie ricchissime, mentre altre sono molto povere. Qualche volta in piccole città vi sono quattordici o quindici conventi, e non sanno come andare innanzi e si disputano accanitamente le poche risorse. Era impossibile non provvedere.

E Canalejas ha – soggiunge il ministro con tono di sicurezza – l'appoggio completo del Re. Da noi invece...

*

L'argomento diviene scabroso. Attendo che il ministro continui. E, dopo una breve pausa, egli riprende:

— Il nostro Re è intelligente e simpatico: ma ha poco più di venti anni. Non fu educato per il trono ed è molto timido. Egli subisce molto l'influenza, non voglio dire della regina madre, ma di persone di Corte che lo consigliano male. Oggi, vede, egli è molto addolorato per questa faccenda della processione di Mafra. La cosa gli parve certo semplicissima. Anche suo padre prendeva parte a delle processioni cattoliche. Egli non ha certo pensato che al suo atto sarebbe stato subito dato il significato di un rimprovero per la crudeltà dei suoi ministri che hanno dovuto prendere misure recenti contro vescovi e religiosi. E noi abbiamo dovuto fargli notare l'inconveniente.

Altra breve sosta, e torniamo alla situazione politica.

— Vi assicuro – mi dice il ministro, smentendo un poco l'ottimismo con il quale aveva incominciato – che la nostra posizione, ora, non è molto facile. Il paese è in uno stato di crisi dal quale non so ancora per quali vie usciremo. Ed io sono qui proprio ora, mentre desideravo tanto viaggiare, in questa stagione, e riposarmi in poco, al Nord, dove ho anche i miei affari.

— Ma in questi momenti soprattutto agli uomini di ingegno e di volontà, come è Vostra Eccellenza, piace lavorare. Se il Governo riesce ad inaugurare una politica seria e vigorosa di riforme, esso potrà forse anche arrestare il disagio e l'incertezza che mi sembra abbiano raggiunto proporzioni allarmanti, e conciliare alla monarchia queste forze nuove che premono alla porta della vita pubblica. E dai progetti che il Governo fa annunciare e da atti già compiuti, mi sembra che il presidente del Consiglio e Vostra Eccellenza ed i suoi colleghi abbiano bene compreso questo.

A questo punto la conversazione, che dura da quasi un'ora, è interrotta da un segretario, il quale avverte il ministro che è l'ora della firma reale; ma questi mi trattiene ancora per alcuni minuti, e si parla della istruzione pubblica nel Portogallo e della sua ottima organizzazione, calcata già da alcuni anni su quella tedesca, ma con opportune modificazioni. L'argomento è interessante ed interessanti le informazioni che mi dà il ministro, che fu appunto per molto tempo direttore generale della pubblica istruzione, la quale non ha, in Portogallo, un ministero proprio. Su mia richiesta, promette di farmi avere documenti ufficiali che mi istruiscano sull'argomento.

Nel licenziarmi, mi chiede notizie del ministero Luzzatti – che io gli do buone – e mi dice che era in Italia, appunto, quando cadde il ministro Sonnino, e che in Italia è stato altre cinque volte e che la ama molto.

— Vorrei – gli dico – che i rapporti fra i due popoli fossero più frequenti ed intensi.

— Stiamo ora negoziando un trattato di commercio con l'Italia, che spero li accrescerà commercialmente. Quanto alla vostra vita intellettuale ed artistica, essa è seguita qui a Lisbona con vivo e costante interesse².

Un nuovo avviso l'avvertiva che era proprio ora di andare.

— Per questo – mi dice sorridendo – io sono in uniforme; debbo andare da Sua Maestà il Re; e poi abbiamo consiglio dei ministri.

*

Scendendo le scale del Ministero degli esteri, io pensava: Ecco un conservatore, cattolico, monarchico che in Portogallo, come altri in Francia ed altri in Ispagna ed altri in Italia, rende del clericalismo la stessa testimonianza.

² A Lisbona, come a Madrid, ho notato il disinteresse profondo della nostra politica estera per questi paesi, nei quali pure l'influenza della cultura italiana potrebbe essere tanto maggiore. In tutte e due le città, ad esempio, il Consolato italiano è affidato a non italiani che non spiegano nessuna attività e l'opera dei quali è spesso sollecitata invano dai nostri connazionali. In nessuna delle due città c'è un corrispondente stabile di giornali italiani. Solo in momenti eccezionali corrono giornalisti per una inchiesta sommaria e mandano in patria impressioni e giudizi spesso radicalmente sbagliati.

Ma qui il fato può anche essere più drammatico. Una monarchia, che li ha ampiamente favoriti, che ha riaperto, con una finzione legale di dubbia natura, le porte del paese alle Congregazioni religiose, già cacciatene, che sconta così caramente con l'impopolarità dei grandi centri la simpatia per i preti ed i frati, è costretta, per salvare la sua esistenza, ad andare verso gli elementi giovani e sani del paese, i quali chiedono solo governi più onesti e meno improvvidi; e questa gente, questo clero e questi devoti, insorgono ad attraversarle la via, forse nel momento decisivo, e, con uno sforzo elettorale fanatico, rinsaldano e quasi rinnovano la reazione.

Quel prete il quale si vantava di avere fatto ottanta chilometri a cavallo il giorno delle elezioni galoppava, forse, verso strane sorprese.

III.

IL TRAMONTO DI UNA MONARCHIA

Situazione rivoluzionaria. – La casa Braganza. – Gli ultimi re. – João Franco e la dittatura. Il regicidio. – La tregua della paura. – Politica di tentennamenti.

Lisbona, 13 settembre.

Quando, nel «direttissimo» che parte da Madrid per Lisbona tre volte la settimana io scendevo rapidamente verso il Tago e la capitale del Portogallo, avevo ancora piene le orecchie del grido di vittoria di Lisbona repubblicana dopo le elezioni del 28 agosto, lanciato verso tutte le terre. E mi domandavo per quali ragioni psicologiche e storiche questi due popoli iberici, che non sanno governarsi e che si indulgiano indolenti nella routine e nelle distrazioni care alla loro oziosa immaginazione, sentono il bisogno di personificare nella monarchia i loro malanni, e in luogo di modificare sè stessi e le loro abitudini pensano a modificare il regime costituzionale.

Pochi giorni di dimora qui e di larghe indagini e rapida riflessione mi hanno persuaso che la domanda, per quello che riguarda il Portogallo, era fuori di luogo; la corrente repubblicana, qui, sgorga spontanea dagli eventi politici degli ultimi venti anni e trae il suo principale alimento dalla debolezza e dagli errori della monarchia, dal malgoverno di uomini e di partiti che cercavano e

ripetevano da essa la loro fortuna politica, dietro il tenue velo delle parvenze costituzionali, e si sforzavano di compiacerla, prendendo a Corte le direzioni.

Ho detto già che cosa caratterizza il presente momento politico in Portogallo ed ispira previsioni oscure: la vita pubblica si è venuta qui quasi chiudendo in una cerchia ristretta di persone, uomini d'affari o che vivono servendo lo Stato o professionisti, sulle quali interessi privati premevano più che non facesse una coscienza pubblica fanciulla ed incerta; e che, dividendosi e suddividendosi in clientele personali, s'alternavano al potere, distribuendosi il bottino, accumulando debiti e antipatie popolari. Al margine di questa cerchia ristretta e viziosa di politicanti si è venuta formando in questi ultimi venti anni una classe politica nuova, che vede nella monarchia il centro dell'infezione e desidera un mutamento costituzionale. E il Governo è fra due: se rimane sul vecchio terreno, sul quale potenti influenze lo trattengono, è sopraffatto dalle cupidigie esasperate della gente che teme vedere sfuggirsi di mano il potere e si raccoglie oggi nel blocco; se ne esce e va a questa borghesia nuova, teme di essere assorbito da essa e di aprir la via alla repubblica, la via ampia che Bernardino Machado dichiarava esser quella della persuasione e del voto.

Il lettore italiano, abituato alla vivacità della nostra critica politica, la quale tuttavia non getta certo negli animi sussulti rivoluzionari, penserà forse che io esagero; come se stessi prendendo appunti per un discorso parlamentare contro il signor Teixeira de Sousa. Ebbene, io parlava oggi a lungo con una delle più distinte persone della nostra poco numerosa, ma scelta colonia italiana – la definizione è dell'egregio rappresentante dell'Italia a Lisbona, marchese Paolucci de Calboli, signore vero e intelligentissimo e che sente come pochi la dignità del suo ufficio; – e questa persona, che è qui da trenta anni, a conclusione di molti dettagli narratimi, paragonava la vita pubblica di qui a quella di Costantinopoli. La politica, in luogo di aiutare lo sviluppo del paese, perturba tutto: il denaro pubblico è speso nella maniera più infelice; il paese, ricchissimo di risorse, con fiorenti colonie, con poche spese militari e di opere pubbliche, fu quasi condotto sull'orlo del fallimento; la cultura è arretratissima (il 76 per cento dei portoghesi, secondo la statistica del 1900, sono analfabeti!), le libertà politiche incomplete e minacciate, i privilegi e i monopoli frequentissimi e potenti.

E questa non è davvero la scoperta di osservatori imparziali o la critica malevole dei partiti che in Italia, con pudica ed elastica parola, sarebbero

chiamati sovversivi. Quando nel 1906 João Franco, il dittatore, salì al potere, egli, che era stato ministro reazionario e... come gli altri, ebbe qualche mese di popolarità, percorse il Portogallo, parlò al popolo alto e liberamente, dicendo che il paese era stato governato da ladroni, che tutto andava in rovina e che era l'ora di porre mano ai rimedi, energicamente. E il popolo, per un po', gli credette. Esso era stanco dei vecchi partiti, «regeneradores» e progressisti, che da molto tempo si alternavano al potere, di quattro in quattro anni, quando gli uni erano stanchi di governare e gli altri di aspettare. E, del resto, questi partiti «rotativi», come il pubblico li chiamava, avevano finito per logorarsi da sé, con le discordie intestine: e l'ultimo Ministero Hintze Ribeiro, che precedette la dittatura, non poté durare più di cinquanta giorni; metà tempo di un Ministero Sonnino.

*

Il paese, dunque, era stanco; ed avrebbe volentieri perdonato a João Franco il suo passato, poco promettente, del quale egli dichiarava di voler fare ammenda, ed anche la dittatura, se egli del potere eccezionale che si attribuiva si fosse servito per spezzare le vecchie clientele e per collocare la vita pubblica portoghese su di una base più larga e più popolare. Ma egli fece precisamente l'opposto; e la sua politica doveva condurre al regicidio del 1.º febbraio 1908.

La casa di Braganza non è mai stata popolare nel Portogallo. Salita al trono, con Giovanni IV, nel 1640, dopo la rivoluzione e la guerra che staccarono il Portogallo dalla Spagna e chiusero l'epoca triste degli ottanta anni di «servitù», essa non ha avuto uomini di grande valore, non ha associato il suo nome ad alcun avvenimento nazionale, ha dato sovrani fiacchi, spenderecci, viziosi, i quali recavano spesso l'impronta di una manifesta degenerazione psichica; da Alfonso VI, uomo senza vergogna e senza sesso, al re che fuggiva in America, abbandonando il Portogallo alle furie delle invasioni francese, e non tornò in Europa se non dopo chiusa l'epopea napoleonica.

«Duecento e settanta anni – scrive un portoghese – di oppressione morale. Re che cantavano, tra fratti e monache, in Mafra o in Odivellas, re che ci vendevano alla tutela straniera, re che chiamavano nella nostra terra le armi di un nemico straniero che, se rispettiamo come vicino, odiamo come sovrano.

Duecento e settanta anni di pace fittizia, di libertà falsa, di ruina latente, di obbrobrio, sempre sul margine del disonore morale, vedendo cadere a pezzi, per concessioni e fellonie, favori e trattati umiliantissimi, l'immenso patrimonio coloniale che ci avevano conquistato l'audacia e la bravura degli avi».

*

E i Braganza non sono quasi più neanche portoghesi, poiché la stirpe fu rinnovata, nel 1826, con il matrimonio di un principe tedesco, Ferdinando di Saxe-Coburgo-Cohary, con Maria II, la triste regina, «anima di Luigi XI in un corpo grasso di donna».

Il figlio di lei, principe mediocre, liberale di tendenze, fu il migliore del nuovo ramo ed ebbe lodi esagerate da Herculano, il famoso autore della «Historia de Portugal», che egli protesse. Meno popolare fu il successore, Luigi, il marito di Maria Pia, che regnò dal 1861 al 1889, il cui reale libertinaggio fu largamente alimentato col denaro pubblico.

Nel 1880 il popolo portoghese celebrò con unanime slancio il centenario del suo grande poeta nazionale, Camoens; il re non capì il significato dei festeggiamenti e si tenne in disparte, con profondo rammarico del paese.

Maria Pia, la sorella di Umberto I di Savoia, venuta qui a quattordici anni, se non gode di una vera popolarità, è rispettata e stimata dal popolo; il suo amore del fasto e la sua generosità le hanno fatto spendere molto denaro, sicchè qualche volta ella dovè ricorrere ai celebre acconti, od anticipi, rilasciati da ministri compiacenti, e talora anche dovè fare appello al suo fratello il re d'Italia; ed il figlio Carlo apprese da lei la facilità spendereccia che fu poi una delle principali cause della rovina della monarchia. Ma mostrò spesso animo fiero ed ebbe una visione chiara degli avvenimenti e diede consigli che non furono ascoltati; non fu mai propizia al clero ed ai clericali, e quando questi la urgevano dappresso per qualche concessione più desiderata, rispondeva fieramente: sono la figlia di Vittorio Emanuele; e con questo appellativo qualche volta il popolo l'ha acclamata.

Carlo I, di ingegno limitato, poco colto, indifferente alle cose del regno, artista, dilettante di pittura, amico del fasto e dei divertimenti, libertino, fuggiva quanto più gli era possibile il «tedio lisbonese», passava lunga parte dell'anno sul mare, fra spassi galanti e ricerche oceanografiche, lasciava fare i

suoi ministri e si contentava di vivere e spendere regalmente; come Leopoldo del Belgio, amava Parigi e vi si recava non raramente. Ma le sue finanze non erano quelle del suo regale collega; ed egli dovè presto ricorrere ai celebri anticipi, attingendo largamente all'erario pubblico somme che non figuravano poi nei bilanci e delle quali non si è mai saputo l'ammontare preciso, ma che si fanno ascendere alla cifra di circa 15 milioni, o 3000 «contos de reis». Nessuna meraviglia, quindi, che egli fosse estremamente impopolare. Scettico, in cuor suo, e sprezzatore del clero, lasciò fare, in questo, la regina sua moglie e l'aristocrazia di Corte; e, nell'estate che precedette la sua morte, partecipò con grande pompa alla processione solenne del «Corpus domini».

La regina Amelia, sua moglie, figlia di Luigi Filippo, re di Francia, e sorella della duchessa Elena di Aosta, educata religiosissimamente, è nota al popolo soprattutto per il favore largito costantemente al clero ed a religiosi; parecchie Congregazioni femminili sono state da lei chiamate dalla Francia, per opere di assistenza e di beneficenza; ed al suo incoraggiamento si attribuisce anche qualche iniziativa di patronato e di opere sociali presa dall'aristocrazia di Lisbona; ma conviene confessare che tutto questo non l'ha che maggiormente divisa dall'animo del popolo, la cui tradizionale fierezza era offesa dal freddo disdegno della regina ed al quale beneficenza di dame e di suore parve oltraggio di elemosina ed insidia.

*

Non dunque dalla Corona poteva venire a João Franco l'incitamento a servirsi del potere eccezionale che egli si prendeva, e che la difficoltà della situazione giustificava, forse, per purificare la vita pubblica ed allargarne il circolo, rompendola con le vecchie clientele definitivamente ed accogliendo dentro nuovi e sani elementi. Al contrario, Franco si propose l'incremento del potere reale e la dittatura sistematica. Largheggiò in aumenti di stipendio con i funzionari pubblici e con gli ufficiali dell'esercito e della marina, per maggiormente affezionarli alla monarchia ed alla classe politica dominante. A lui si deve il riordinamento della Guardia civile, vera milizia di pretoriani, odiatissima dal popolo e sulla quale soprattutto, dubitandosi della fedeltà dell'esercito, si fa assegnamento per fronteggiare una eventuale rivoluzione.

Il dittatore affrontò audacemente l'incostituzionalità nella questione degli anticipi alla Corona, soffocando alla Camera la discussione con l'affermare che quello era affare del Governo non del Parlamento; e, poco appresso, in seguito al passaggio allo Stato di alcune proprietà passive della Corona, rilasciava a questa una quitanza per 720 «contos de reis», somma assai inferiore alla presunta vera. E nel contratto figurava il notissimo yacht di Carlo I, nel quale egli amava dimorare e viaggiare, e dava feste e ricevimenti galanti; lo Stato lo aveva pagato, ed ora se lo riprendeva, accreditandolo al possessore. E fu aumentata la lista civile. E Franco fece di peggio, iniziando una serie di misure repressive, con una sfida aperta a tutti coloro che non si piegassero al suo dominio. Quello che egli fece, oggi, guardato da lungi, sembra follia, e l'orribile regicidio del 1.º febbraio 1908 apparisce come il termine spontaneo di questi errori. Giulio de Vilhena, il capo del partito rigeneratore, dopo la morte di Hintze-Ribeiro, dichiarava, in una frase rimasta celebre: «Tutto questo non può finire che con un delitto o con una rivoluzione»; e finì col regale eccidio del 1908.

Franco volle dalla Camera ed ebbe una legge contro la stampa; e poco appresso dava istruzione ai prefetti, perchè sopprimevano i giornali contrari al Governo. Il 13 febbraio 1907 faceva approvare la «ley scelerata», con la quale si permetteva al Governo di imprigionare ed esportare, senza giudizio, quelli che credesse pericolosi per l'ordine pubblico.

L'indignazione dei repubblicani e di tutti gli elementi popolari cresceva. Franco lo sapeva, e sfidava i suoi nemici a far presto la repubblica, altrimenti non l'avrebbero fatta mai più. Un complotto si prepara, nel gennaio 1908. Il 21, due giornalisti sono arrestati a Lisbona. Nei giorni seguenti continuano gli arresti; sono presi non solo i repubblicani, ma parecchi del gruppo radicale-costituzionale, capitanato da Alpoim; questi è costretto a fuggire e a passare il confine. Il 27 è arrestato il deputato repubblicano Affonso Costa, che si supponeva essere il capo del complotto. Il 30, cinque giornali sono obbligati a sospendere le pubblicazioni. Il 31, anniversario della rivolta repubblicana di Porto del 1891, il ministro della giustizia va dal Re, che risiedeva con la famiglia reale nella sua proprietà di Villa Viçosa, e gli fa firmare il decreto della «morte civile», il quale autorizza ad arrestare e deportare chiunque il Governo creda, per ragioni politiche; ed i colpiti avrebbero perduto, oltre la libertà, i diritti civili, i titoli, ecc. L'uso di tale arma, nelle mani del dittatore, sarebbe

stato certamente terribili; tutti coloro i quali avevano condotto la campagna contro di lui ed erano noti come organizzatori repubblicani si videro minacciati negli averi, nella persona, nella vita da un nemico che aveva assommato in sé tutti i poteri dello Stato.

Ma manca al dittatore l'abilità, nel momento supremo. Il 1.º febbraio, i giornali pubblicano questo decreto, ed insieme annunziano che la famiglia reale rientra in città la sera stessa. E il popolo si domanda, costernato: «Ma che viene a fare?». E tutti prevedono che qualche cosa succederà.

Quello che succede è il regicidio, la strage, anzi, tentata della intera famiglia reale. È ucciso col Re l'erede della Corona. Evidentemente il complotto era stato preparato il giorno stesso. Gli esecutori muoiono uccisi sul fatto, i complici non sono mai più cercati. Due settimane dopo, 80 000 persone vanno a deporre fiori sulla tomba del regicida. Una sottoscrizione aperta per i due figli di questo, il professor Buiça, che, con singolare sangue freddo, saltato sul predellino della carrozza reale e tirata fuori di sotto il soprabito la carabina, aveva tirato i due colpi mortali, raccoglie in brevissimo tempo oltre 100 000 lire.

La congiura era stata preparata in uno dei numerosi circoli segreti di Lisbona. Altri due appostamenti, per il caso che il primo colpo fosse mancato, erano pronti sulla via dall'imbarcadero della Praça do Commercio al palazzo reale.

*

Manuele II, giovane di venti anni, timido, non educato per il trono, saliva al potere in un momento difficile. Ma il regicidio aveva dato sfogo – e quale sfogo – alle passioni accumulate, alle collere ed agli odi, e al giovane Re – od a chi doveva e poteva maggiormente influire sui suoi consigli – era concesso di poter, serenamente e senza impazienza, ricominciare da capo. E con questo programma appunto fu chiamato a formare il primo Ministero del nuovo Regno un uomo estraneo ai partiti, Ferreira do Amaral.

Ma si intende che bisognava seriamente ricominciare da capo. Il regicidio non era stato opera di un partito. E di là dei partiti c'era una opinione pubblica già formata e che desiderava impazientemente riforme serie. I diecimila, circa, elettori lisbonesi, che sono passati al partito repubblicano, in questi ultimi tre

anni, la nuova politica che doveva essere inaugurata dopo la morte di Carlo I li avrebbe avuti per sè.

Bisognava ristabilire la fiducia. Si cessò di far rappresaglie violente e nuove persecuzioni, si abbondò in amnistie, ma non si andò animosamente incontro ai nuovi elementi. Bisognava far dimenticare il passato; fu annullato il decreto del 31 gennaio, ma rimangono la legge contro la stampa e quella sugli anarchici. La legge elettorale non fu toccata. Le riforme furono scarse e di poca efficacia. I metodi sono rimasti gli stessi. Gli uomini politici hanno continuato a saccheggiare il denaro pubblico e delle banche³.

E il primo Ministero, di pacificazione, durò poco. Il Ferreira se ne audò, lasciando intendere che la direzione vera degli affari era altrove che nelle sue mani. La breve tregua della paura finiva con lui e la situazione divenne peggiore, per il frazionamento e la dissoluzione degli antichi partiti «rotativi». Infatti in poco più di due anni si ebbero tre o quattro ministeri e due volte fu sciolta la Camera. Maggiore, nella fretta e nella previsione della catastrofe, l'audacia e la cupidigia degli arrivati al potere; impossibile, nel cozzo delle passioni e degli appetiti, nella esasperata irrequietezza della reazione, il governare costituzionalmente.

Il Ministero presente è più di Sinistra. Ma esso si è trovato preso tra due fuochi, procede impacciato ed incerto; ha contro di sé la coalizione di tutta la reazione, e non mostra di voler fronteggiare con risolutezza la situazione. In condizioni normali, sarebbe una linea di condotta spiegabile, e forse non inopportuna; ma la situazione eccezionale richiede rimedi energici, e questi non vengono.

Ad esempio, vi dicevo che anche qui la politica anticlericale è saggio delle intenzioni del Governo; qui, anzi, più che altrove, perché il potere dei clericali è poco e perché l'opinione pubblica è veramente matura per una radicale separazione della Chiesa dallo Stato. Ebbene, dopo la riformetta del «registro civile», della quale ho parlato, a una commissione di cittadini, recatasi dal ministro, per ringraziarlo, questi ha detto che aveva in animo di presentare, al riaprirsi della Camera, un progetto di legge per l'abolizione

³ Uno dei più recenti e gravi scandali è quello del *Credito predial*, del quale era direttore José Luciano De Castro. Diamo in fine del capitolo l'estratto delle dichiarazioni fatte dal vice-governador dell'Istituto, Sousa Rodriguez, nell'assemblea dei soci tenuta il 7 giugno del corrente anno.

dello stato civile ecclesiastico; ma poco prima, da un prefetto del Regno faceva dichiarare ufficialmente, a nome del Governo, «essere menzogna che il Governo pensasse a stabilire il registro civile obbligatorio, od avesse preso qualsiasi impegno in questo senso».

Vero è che tale dichiarazione era fatta il 17 agosto, alla vigilia delle elezioni. E, salvo poche eccezioni, i signori parroci, non ostante le dichiarazioni del Governo, hanno preferito votare per il blocco...

(Nota a pag. 55).*

Ecco l'estratto delle dichiarazioni del vice-governador del *Credito predial*:
Il vice-governatore, che tanto contribuì a far la luce su tutti gli scandali del *Credito predial*, tiene ora la parola. Egli prende impegno di dire con tutta franchezza, sul suo onore e sulla sua dignità personale, quello che gli è riuscito di appurare.

Si fece fare una inchiesta dai periti. Questi, in un primo rapporto, dichiararono che non era facile soddisfare al desiderio degli amministratori, perché le falsificazioni e i vizi di contabilità datavano da molto tempo, essendo diversissimi i procedimenti impiegati. Tuttavia, dal poco che si poté appurare, con investigazioni durate moltissimo tempo, risulta:

“La contabilità del 1909 deve essere rifatta quasi per intiero, tante erano le irregolarità riscontratevi. Pochi sono i conti e i bilanci che non contengano vizi dei più gravi.”

Dal 1875 non si provvedeva all'ammortizzamento delle obbligazioni. La Compagnia teneva in conto proprio 21 000 obbligazioni; il che le creava una situazione difficilissima.

I conti che figuravano nel libro dei creditori e debitori erano spesso sdoppiati, figurando sul libro la succursale della Compagnia in Porto come un banco speciale, nel quale la Compagnia faceva depositi a suo ordine. Si inventavano debitori inesistenti, figurando fra questi Fonseca, Santos e Vianna, come debitori di 70 contos, quando in realtà nulla o quasi dovevano. Il Banco di Portogallo

* [Nota de edição:] Este extracto foi publicado por Romolo Murri na página 58 da edição das cartas portuguesas de 1910, remetendo para a página 55 dessa edição, onde, em nota de rodapé, aludia ao escândalo e a este extracto. Cf. pág. 78 desta edição.

figura per un debito di 204 contos fittizio; il Banco Lisbona e Azzorre, per 64 contos.

Nel debito del visconte di Chancelleiros sono aggiunti 50 contos. Nel capitale iniziale facevansi delle aggiunte fittizie.”

Ma la cosa più grave e scandalosa, forse, è quella delle obbligazioni che erano in circolazione senza garanzia di dividendo, raggiungenti l'enorme cifra di 1729 497 242 reis. E nel 1905 non furono registrati ne'conti di lucri e perdite gli interessi pagati a diversi Banchi, i quali attingono la somma di più di 100 contos. “I conti del 1905 furono chiusi con un avanzo di 91 contos. Questo avanzo è inesistente; essi avrebbero invece dovuto chiudersi con un *deficit* di 61 contos. Nel 1909 si ripeteva la burla, accusandosi un attivo di 88 contos, quando invece c'era un *deficit* di 14 contos. Il debito del conte di Corvachal è anche falsificato; poiché, essendo di 21 contos, figura invece per 64.”

La Compagnia perdé fino ad ora 1030 contos (più di 5 milioni di lire), cioè più della metà del suo capitale. In base ad una precisa disposizione dello Statuto, essa avrebbe dovuto essere sciolta; invece da quindici ani si distribuiva agli azionisti un dividendo fittizio dell'8% sul capitale realmente versato.

E il Governo pensava, all'epoca in cui gli scandali scoppiarono, all'emissione di un debito garantito dalle obbligazioni della Compagnia!

Nell'adunanza generale del 7 giugno il nuovo presidente, riget'ando l'idea di pubblicare la relazione dei periti, diceva:

“Lanciare al pubblico documenti i quali comprovano tutto o quasi tutto quel che fu detto, non ci sembra opportuno. Lo diciamo sinceramente, nella certezza di compiere il nostro dovere”.

Un regime che abbisogna di questi pietosi silenzi è già condannato.

IV. LA PREPARAZIONE REPUBBLICANA

Le origini repubblicane. – L'organizzazione e la tattica del partito. – Tutto è pronto. – Nella redazione di *A Lucta*. Una visita al municipio ed al sindaco repubblicano.

Lisbona, 15 settembre.

Il momento non è il più favorevole per una inchiesta politica sul Portogallo, qui in Lisbona. Passate da poco le elezioni, alla vigilia della riapertura della Camera – benché si parli già di un lungo rinvio – i principali uomini politici, alcuni dei ministri stessi, sono fuori di Lisbona per riposarsi.

È fuori Bernardino Machado, per il quale un suo amico, rivoluzionario spagnuolo, mi aveva dato un biglietto di presentazione e che io desiderava molto vedere; è fuori d'Almeida, il medico benefico e umanitario, il più popolare uomo di Lisbona; è fuori un colonnello di stato maggiore repubblicano, dal quale potevo essere meglio informato sui progressi dell'idea repubblicana nell'esercito; è fuori anche Affonso Costa, il tribuno deputato, il Gambetta della futura repubblica.

Ma altri, parecchi, sono al loro posto di combattimento.

È qui João Chagas, polemista fervente, rappresentante dell'ala estrema del suo partito, vigoroso agitatore. Ho avuto due lunghe conversazioni con lui, nel suo studio elegante e luminoso, in una casa dei quartieri nuovi, al primo piano, sulla via. Andando da lui mi domandavo se egli conoscesse il francese;

ma, appena entro nello studio, sono rassicurato, poiché veggio dappertutto intorno libri francesi e, sul suo tavolo, un volume recentissimo sullo stile francese; ed infatti, quando egli entra, con il viso robusto illuminato da un cordiale sorriso, mi saluta subito in perfetto francese.

João Chagas mi fa rapidamente la storia del movimento repubblicano, che è la storia della sua stessa attività di venti anni. Essa prende le mosse dal 1890, dalla questione che il Portogallo ebbe con l'Inghilterra per certi territori nella colonia portoghese di Mozambico. L'11 gennaio di quell'anno il Governo inglese inviò un ultimatum al Portogallo, imponendogli di evacuare, entro ventiquattro ore, i territori contestati; e questo dovette cedere.

Dall'irritazione profonda del paese per questa violenza dovuta subire, e dall'improvvisa rivelazione di una debolezza militare e diplomatica che esponeva il paese ad umiliazioni così gravi e dall'esame di coscienza che ne seguì comincia la crisi che non è ancora risolta. Re Carlo era salito al potere un anno prima; parve al popolo che egli si adattasse di mala grazia all'irritazione del paese, e divenne anche meno popolare. Dopo un anno circa, il malumore e il malessere nazionale ebbero una conclusione tragica nella insurrezione di Porto, del 31 gennaio 1891, alla quale parecchi reggimenti presero parte. Vinti e domati nelle vie, i rivoltosi si raccolsero, per una ultima e tenace resistenza, nel palazzo municipale, che fu rotto e aperto con le cannonate. Il giorno appresso i Tribunali di guerra funzionavano in mare, a parecchi chilometri dalla città domata, e piovero innumerevoli condanne. João Chagas fu condannato a quattro anni di deportazione; scontò la pena in parte, fuggì, e passò parecchio tempo all'estero; rientrò in patria, fu ripreso e finì di scontar la sua pena.

La rivolta diede all'idea repubblicana quella che Victor Hugo chiamava la sanzione della disfatta; e il movimento repubblicano, alimentato dal malgoverno del quale dissi in altra mia, è venuto crescendo rapidamente.

*

Rivolgo al Chagas una quantità di domande. Cortesemente, egli mi rifà la storia politica degli ultimi venti anni, sino al secondo suo arresto alla vigilia del regicidio, e del regicidio stesso, i cui particolari tragici sono ancora poco noti.

Egli è veramente l'«enfant terrible» del suo partito. Nelle ultime elezioni, si tenne in disparte, perché ritiene che giovare del regime presente è in parte un accettarlo e quindi un ritardare l'urto e la soluzione. Ha una speciale antipatia per il d'Alpoim, il capo dei dissidenti, perché vede in lui e nel suo gruppo un'ultima illusione, dalla quale teme che parecchi dei suoi colleghi di partito possano essere guadagnati, e lo attacca vivacemente nei suoi brillanti pamphlets settimanali⁴. Si rifiuta di dare importanza a tutte le altre questioni, persino alla ecclesiastica, poiché per lui non ce n'è che una: rovesciare la Monarchia e fondare la Repubblica.

— Ma, dopo tutto, voi siete una minoranza. Mi hanno detto che i vostri quattordici deputati rappresentano pressoché tutto il vostro esercito di elettori. Lo stesso suffragio universale non ve ne darebbe, nelle condizioni presenti, più di venti.

— Sta bene; ma non è il numero che conta. Un gran numero di gente, qui come dappertutto, sta con il partito che è al potere, e quindi verrebbe domani a noi. Le riserve della reazione sono fra l'elemento più incolto e quindi meno capace di prendere una parte attiva agli avvenimenti. La monarchia, invece, non ha più per sé nessuna affezione sincera. Le stanno attorno solo quelli che ne hanno avuto e ne sperano ancora o favori o il potere e modo di saccheggiare l'erario pubblico. E questi non la difenderanno di sicuro, quando la vedranno pericolare.

— Ma siete così saldamente organizzati da poter contare sul successo?

— Siamo pronti. Bisognava vedere l'ultimo comizio tenuto a Lisbona prima delle elezioni, la «sesta feria». C'erano 60 000 persone, e un ordine perfetto. Nelle elezioni, la corruzione ed il broglio sarebbero impossibili qui in Lisbona, poiché noi siamo tutto, oramai. Anche nelle provincie abbiamo una organizzazione perfetta.

⁴ *Cartas politicas*. Ve ne sono già quattro volumi raccolti e la pubblicazione continua. Sono fra le migliori fonti di informazione sulla politica portoghese di questi ultimi due anni; e si leggono con vivo piacere, perché il Chagas è un mirabile polemista. Ho saputo poi dai giornali che egli faceva parte di una specie di triumvirato segreto per l'organizzazione della rivolta; ed ho visto che non ha voluto accettare nessun ufficio, per rimanere al suo posto di libero critico.

E mi mostra l'«Annuario democratico» dell'ano in corso, rassegna di tutta l'organizzazione repubblicana. Questa segue l'ordinamento amministrativo del regno; ha «giunte» provinciali, municipali e distrettuali, parrocchiali e «centros» della più varia natura, per iniziative particolari. Un direttorio centrale, composto di cinque membri effettivi, ed altrettanti supplenti, dirige tutta l'organizzazione, amministra la cassa, designa i candidati politici.

— E non c'è da temere, se riuscite a rovesciare la monarchia, di aver la sorte che ebbe la repubblica in Ispagna nel 1872, quando, per i dissensi interni, per l'impreparazione, per l'incapacità di assicurare l'ordine, essa si disfece in breve?

— Impossibile. I più minuti particolari sono già fissati. Il nuovo Governo è nominato. È il popolo stesso, da noi, che c'impone questa unità e non tollererebbe dissensi. E tutti i migliori elementi politici sono conquistati alla nostra causa.

— E chi è, mi perdoni l'audacia, preconizzato presidente?

— La nostra repubblica non avrà, forse, presidente. Le pare strano? Può essere; a ogni modo, vedremo⁵.

— E l'esercito? Che parte prenderebbe esso in una rivoluzione?

— Capirà che su questo non posso risponderle. Debbo limitarmi a ripeterle: tutto è previsto e preparato. E le assicuro anche che la crisi risolutiva sarà rapida e sicura. La monarchia non esiste già più di fatto. Non c'è che una larva del vecchio regime, e l'anarchia della dissoluzione nel governo e nei partiti di governo; e, sotto la corteccia, un governo ed un paese nuovo, già pronto, il quale non aspetta che il momento opportuno di rompere questa corteccia.

Ma João Chagas è un uomo di fede ardente. E le sue dichiarazioni potevano darmi non soltanto le conoscenze di un uomo che è perfettamente

⁵ Un giornale repubblicano *O Radical*, ha aperto, dopo la rivoluzione, una inchiesta su questo argomento. I pareri sono discordi; deciderà la costituente, ed è molto probabile decida per il sì.

informato, ma la fede di un propagandista ardente. Ed io ho continuato ad attingere ad altre fonti.

*

Lisbona ha quattro giornali repubblicani. Il più diffuso, «O Seculo», ha 100 000 copie di tiratura. E in sei ed otto pagine, e l'abbondanza degli annunci commerciali è un indice sicuro dell'attività economica della città. Al paragone, tutti i giornali di Madrid rivelano una enorme inferiorità. Vien dopo «O Mundo», con una tiratura notevolissima. Dei giornali non repubblicani solo uno, il «Diario de Noticias», ha una larga diffusione, ed è giornale incolore. Tutti gli altri, organi del Governo o delle varie frazioni di Destra, non hanno, in blocco, una metà della tiratura del «Mundo».

«A Lucta» è giornale repubblicano meno diffuso, ma più efficace per la propaganda fra le classi colte. Passai nella redazione una serata interessantissima. C'era il redattore-capo, deputato Menezes⁶, l'uomo meglio informato sulle nostre cose d'Italia che sia a Lisbona, e che mi chiede di uomini e cose nostre; il direttore, deputato anche lui, Brito Camacho, medico, sul cui viso oscuro e sottile apparisce una rara densità di pensiero e tensione di volontà: c'è un giovane avvocato anarchico, un medico di marina, un allievo della Scuola Militare, ed altri.

Qui il proposito è egualmente saldo, ma meno fervide le speranze, e si vagliano opportunità ed ostacoli freddamente. Il Menezes si dichiara socialista, ma è una fede, la sua, come quella del giovane anarchico, affermata discretamente nell'intimità, tenuta quasi in sordina. Il popolo, mi dicono, non tollerebbe divisioni; per esso noi non possiamo essere che repubblicani, e se tentassimo apertamente un'altra propaganda saremmo considerati quasi come dei traditori. Ora siamo tutti d'accordo; ci divideremo dopo.

— E l'esercito? — domando anche ad essi.

Confessano che è in parte, e quanto agli alti gradi, una incognita. Ma nei gradi inferiori, e specialmente fra i sott'ufficiali, la repubblica ha moltissime simpatie. E il giovane allievo della Scuola Militare mi narra un fatto

⁶ È stato nominato dalla repubblica direttore generale della istruzione.

caratteristico avvenuto quest'anno. Sono trecento gli alunni della Scuola; il regolamento porta che a Pasqua essi si avvicinino ai Sacramenti. Quest'anno 270 alunni si sono rifiutati, e non c'è stato modo di persuaderli, né si è potuto tentare di costringerli; e soli trenta hanno adempiuto la prescrizione regolamentare. Si intende che questi 270 allievi ufficiali anticlericali sono ad un tempo repubblicani convinti e ferventi. Si sa che non mancano fautori della repubblica anche negli alti gradi; e si fa qualche nome, che mi era già noto.

— E come risolverete la questione ecclesiastica?

— Questione? Ma qui in Portogallo non esiste una questione ecclesiastica. Quando si sarà riusciti a vincere la reazione sul terreno politico, la separazione dello Stato dalla Chiesa potrà essere proclamata senza alcuna difficoltà e nella maniera più spiccia. Il Portogallo non è come la Spagna (ogni portoghese ripete questo giudizio comparativo con fierezza, ogni volta che capitati di avvicinare i due paesi a proposito di qualsiasi cosa); nel Nord, al di su del Douro, c'è ancora un fondo di fanatismo clericale, qua e là; ma tutto il resto del Portogallo è pochissimo religioso.

— E l'aristocrazia?

— Non c'è quasi più aristocrazia nel Portogallo. La vecchia nobiltà è andata in rovina. I pochi che restano sono legati alla Corte e al clero (anche gli eredi del marchese Pombal sono oggi dei clericali) ma contano pochissimo. E viene su invece rapidamente, qui a Lisbona in ispecie, una ricca borghesia industriale...

*

Avevo un ultimo dovere verso la Repubblica portoghese, poiché essa è qui in Lisbona al potere, avendo conquistato due anni addietro per intero l'amministrazione della città. Ho fatto visita, nella sede municipale – uno dei più belli edifici di Lisbona – al sindaco repubblicano, Bramcamp Freire, vigorosa vecchiezza, amministratore provetto e squisitamente onesto, prima che uomo di parte. Avevo inteso lodare unanimemente la nuova amministrazione e comincio dal rallegrarmi con lui di questo.

— Ma che vuole? La sola cosa che noi siamo padroni di fare è amministrare bene. A qualunque azione positiva, si trattasse anche dei lavori più semplici, il Governo pone ostacoli insormontabili. Come sa, qui non c'è nessuna autonomia locale. Ogni atto dei Municipii deve aver la sanzione del Governo, e questo segue nel consentire o negare criteri politici. Le amministrazioni precedenti furono rovinose. Abbiamo trovato, venendo al potere, un debito di circa 75 milioni; dopo un anno di gestione nostra esso era già diminuito, poiché ora spendiamo meno di quel che si incassa, e molti servizi sono stati migliorati. Nei prezzi dei materiali varii che l'amministrazione deve acquistare abbiamo portato riduzioni che dal 10 per cento vanno sino al 70 per cento.

— Sarà stato necessario fare anche mutamenti radicali nel personale amministrativo.

— Invece, abbiamo preferito non licenziare un impiegato e non ridurre uno stipendio, benché i posti fossero stati coperti può immaginare come, e ci siano degli impiegati che hanno 20 000 lire. E abbiamo voluto che fosse fatto un organico regolare, per impedire soprusi per l'avvenire e dare a tutti i nostri collaboratori una garanzia legale.

— E notevolissimo che un partito nuovo giungendo al potere non abbia voluto compiere vendette, né distribuire premi.

— Il nostro partito non ci chiede questo. Esso ci chiede una buona amministrazione. Anche la gente di affari, che non si occupa e non si interessa di politica, ci chiede solo questo. E noi temiamo un poco i politicanti, i dottori. Fra i nostri consiglieri non ce n'è che uno; giusto quanto basta; il corpo elettorale non ne avrebbe tollerati di più...

Il sindaco mi accompagna, dopo una lunga conversazione, a visitare la sede municipale, in un'ora in cui il lavoro degli uffici e l'affluenza dei cittadini sono al colmo; e dai segni di profondo rispetto con i quali egli è accolto dovunque argomento ancora la forza di questa amministrazione, tutta di un colore politico, e così acceso, e pur tutta business e praticità.

Ecco perché un agitatore repubblicano al quale io chiedevo: ma sapreste governare? mi rispondeva con fierezza: guardi alla nostra amministrazione municipale!

V.

LA TAPPA SALTATA

Cintra. – Il palazzo della Pena. – La Regina Amelia. – Due uomini; due simboli. – Il conselheiro D'Alpoim e il programma dei radicali. – Il migliore amico del Re. – La reazione e la rivoluzione.

7 ottobre.

Mirabile dimora reale quel palazzo della Pena, aerio castello, dall'architettura bizzarra e sottile, che mani di fate sembrano aver portato dall'Oriente, una notte, e deposto con cura sulla cima di una delle rupi che dominano Cintra e, più basso, la bocca del Tago e Lisbona, stendendogli ai piedi un meraviglioso tappeto di verde! La regina vedova di Don Carlo, Amelia d'Orleans, la donna «dos tristes destinos», ed il figlio Manuele II, «o reisinho», lo abitavano l'estate: mentre Maria Pia, l'avola del Re, abitava più basso, in Cintra, densa di ville eleganti fra il verde, in una vasta casa che par quasi un convento. Visitai Cintra e le mura del castello moresco che coronano capricciosamente la cima disuguale di un'altra delle rupi sovrastanti, una domenica dello scorso settembre; mi era compagno di viaggio un signore inglese, che da cinquanta anni abita il Portogallo, e che nella mia breve dimora a Lisbona mi è stato cortese di largo appoggio e di informazioni, tanto più preziose in quanto venivano da un uomo interamente estraneo all'urto ed agli interessi dei partiti.

Dai merli dell'angolo più alto della muraglia moresca abbiamo salutato l'Oceano che si scorge per un largo tratto, dopo le sinuosità aspre e rocciose della Serra, in fondo al piano ondulato.

Scendendo andiamo, per una via disagiata, per campagne brulle e deserte, al convento dei Capuchos; una bizzarra abitazione per pochi monaci, costruita alla meglio fra blocchi massicci di rupe, che servono talora di tetto alle piccole celle, nelle quali un uomo di statura media non può entrare senza curvarsi nè star lungo disteso. Nella sala capitolare non si riesce a star diritti; la tavola del refettorio è spianata nel vivo della rupe. Lo strano convento è vuoto e lo custodisce una vecchia donna.

Assalgono la memoria tempi e costumi lontani; e al ricordo si associa il pensiero di questa tristezza quasi mistica che, dal fondo dell'anima portoghese, traspare nei volti e nei gesti; e ripenso a quei versetti di un vecchio popolare di qui:

Triste sorte è a nossa:
 Depois de nascer, peccar;
 Depois de peccar, morrer;
 Depois de morrer, penar.

Usciti di là, scendiamo rapidamente a visitar la villa celebre di Monserrato dove il capriccio di un ricco signore ha raccolto in breve spazio una lussureggiante vegetazione di piante e d'alberi tropicali.

Nel ridiscendere verso Cintra, vedemmo, un poco prima di giungere alla città, molte vetture ferme all'ingresso di un vasto recinto.

— Sono qui i Sovrani, — mi disse il mio compagno di gita; — questa è l'automobile reale; quella cesta graziosa e leggera è la carrozza della Regina madre.

E poco innanzi vedemmo, passando, l'ampio recinto affollato, nel quale le vesti e i veli e i ventagli multicolori delle signore e popolane, agitati dall'irrequietezza che precede l'aprirsi di uno spettacolo, facevano un mirabile effetto di gaiezza.

Avevo l'animo pieno della situazione drammatica e già quasi tragica, studiata diligentemente a Lisbona, e quel divertirsi spensierato del giovane Re

mi fece una impressione penosa. Ma avrei voluto soprattutto vedere da vicino la Regina, questa donna fiera, non piegata dalla sventura orribile, che nella grazia del sorriso di etichetta non sa nascondere un freddo disdegno quasi di scherno; che il marito non amò, che il popolo non ama, odia anzi, e che, non curante di tempi e di fati, vuole essere regina come le piace, sognando il vecchio sogno dei Borboni, l'accordo del trono e dell'altare sui popoli docili e servi, circondarsi di dame e di monache, governare con la reazione; tenacia e disdegno che sono, a loro modo, una grandezza d'animo, ma che la vita aveva respinto lassù, in quella cima solinga, ultimo rifugio, in paese latino, d'una forma di sovranità tramontante.

*

Poteva, ancora, esserci salvezza per la monarchia? Un bizzarro incontro volle che io vedessi, in quel giorno stesso, i due uomini, due simboli quasi, rappresentanti i due termini estremi fra i quali oscillava il fato della monarchia.

Alla stazione di Cintra, una elegante vettura a due cavalli, con due servi in livrea, s'avvicinava all'uscita, all'arrivo del treno da Lisbona; era sceso da questo, nelle ampie vesti nere filettate di viola, con sul largo cappello un abbondantissimo fiocco prelatizio, monsignor Tonti, nunzio apostolico a Lisbona: basso, solido, con il viso duro ed annuvolato, senza compagnia, poiché il suo segretario andava accompagnando pel Portogallo dei frati in fuga; salì in vettura e si allontanò per la via opposta quella che conduce al centro della città, per recarsi a un convento di frati, dove è in villeggiatura.

Di quest'uomo mi aveva detto molto male la mattina, annunciandomi anche che si preparava ad attaccarlo fieramente alla riapertura della Camera – e lo veniva intanto attaccando nel suo giornale «O Dia» – il senatore José Maria d'Alpoim, il capo dei progressisti dissidenti (che son come i radicali della Camera portoghese), il cui piccolo gruppo di deputati amici appoggiava il governo Teixeira, e che era appunto venuto da una città di cura d'acqua, dove cerca di vincere la gotta che lo minaccia, per avere lunghe conversazioni con il presidente del Consiglio⁷.

⁷ Il d'Alpoim ha poi Adérito fra i primi al nuovo regime repubblicano, sciogliendo il suo gruppo.

*

Non avevo cercato di vedere il d'Alpoim per conoscere il programma suo e del suo gruppo; esso mi era noto per una diffusa intervista che egli aveva avuto, poche settimane innanzi, con un redattore del «Temps»; e mi era facile ricercarlo anche in un discorso politico tenuto dallo stesso d'Alpoim nel gennaio scorso, del quale poi egli stesso volle darmi una copia. Questo programma è ampio e veramente radicale; esso porta l'abolizione immediata di tutte le leggi eccezionali che limitavano ancora la libertà di riunione e di associazione e la libertà della stampa; la riforma del Senato e la limitazione dei diritti della Corona per quel che riguarda lo scioglimento della Camera (questi scioglimenti furono frequentissimi negli ultimi tempi); la riforma elettorale, con il suffragio universale e la rappresentanza proporzionale, la laicizzazione piena dello Stato e della beneficenza, un largo sviluppo alla istruzione popolare; e la riforma tributaria, che è fra i più gravi ed urgenti problemi di questo paese⁸, oppresso da un debito enorme, il quale lo asservisce quasi all'Inghilterra, e molte e gravi spese da affrontare per il riordinamento

⁸ Il bilancio portoghese è da molti anni in *deficit* costante e crescente; e i *deficit* si accumulavano allegramente coperti da crediti disordinati e costosi. Ecco uno specchio di *deficit* degli ultimi anni:

Esercizii	Entrate (contos)	Spese (contos)	<i>Deficit</i> (contos)
1899-1900 ...	54.627	60.177	5.550
1900-1901 ...	55.936	57.884	1.948
1901-1902 ...	53.089	57.565	4.176
1902-1903 ...	55.936	59.523	3.587
1903-1904 ...	57.336	62.201	4.865
1904-1905 ...	60.244	61.996	1.722
1905-1906 ...	62.565	63.605	1.040
1906-1907 ...	63.884	65.979	2.095
1907-1908 ...	68.547	70.168	1.621
1908-1909 ...	70.458	71.809	1.351
1909-1910 ...	69.262	74.851	5.589

Così, in undici anni, i *deficit* totali del Portogallo si sono elevati a 30 844 contos, cioè circa 150 milioni di franchi, al corso del cambio.

Le spese per il personale amministrativo raggiungevano la percentuale enorme del 22% della spesa totale.

militare, voluto anche dal partito repubblicano, e per lo sviluppo economico del paese, la cui agricoltura ha bisogno di largo credito e di costose opere pubbliche, soprattutto per l'irrigazione.

Programma buono; ma si sarebbe offerta l'opportunità di attuarlo con la monarchia? «That was the question». Evidentemente il d'Alpoim era di cattivo umore. Le ultime elezioni, queste elezioni che hanno precipitato gli eventi, più ancora che per il Governo erano state uno scacco per lui che aveva visto cadere molti suoi amici dinanzi allo sforzo combinato e tenace di tutte le opposizioni di Destra. E la sua collera andava specialmente contro il clero e gli Ordini religiosi e il nunzio pontificio, che non solo era intervenuto nella lotta privatamente, incitando e favorendo, ma aveva anche pubblicamente, in una intervista, detto un gran male del d'Alpoim e dei suoi ed un gran bene degli elementi reazionari che combattevano il Governo.

— Questa infrazione ai doveri di un ospite e di un rappresentante diplomatico – mi diceva il d'Alpoim – è intollerabile, e a pena si riaprirà la Camera, io farò una vivacissima interpellanza al Governo (col quale egli era certamente già d'accordo) su questo argomento. – E soggiungeva: – Lei sa che se il blocco reazionario ha potuto raccogliere tanti voti, ciò è dovuto specialmente all'intervento del clero. Qui, dunque, bisogna portare il rimedio. Le Congregazioni religiose si sono ricostituite, qui in Portogallo, in forza di un decreto Hintze-Ribeiro, del 1901, che le autorizzava a fondare istituti di istruzione e di beneficenza; ed esse si sono invece gettate subito nella politica. Il decreto Hintze è incostituzionale e conviene ritirarlo subito.

Il d'Alpoim sentiva di poter essere, solo che il giovane Re avesse voluto, l'uomo del momento e lo dichiarava senza ambagi.

— Al Re – mi diceva – io ho parlato con la massima franchezza, rudemente. Io ed i miei amici siamo ancora disposti a lavorare per la monarchia; ma purchè questa ci dia fiducia piena e ci lasci attuare un programma di riforme veramente radicali. Io penso di essere il migliore amico del Re. Il gabinetto attuale, che sostengo, è messo in imbarazzo dall'esito delle elezioni; non ha una maggioranza sufficiente e non il vigore necessario. La monarchia è presa tra due fuochi. La reazione da un lato, i repubblicani dall'altro. Quella e questi cercano di precipitare gli avvenimenti e di andare incontro a una crisi;

la prima con la speranza di schiacciare il partito rivoluzionario e ristabilire il potere dispotico, gli altri con la speranza di sbarazzarsi della monarchia. Io sono ancora sinceramente monarchico.

— Ma, salendo al potere, dovrebbe rifar le elezioni. E crede che potrebbe riuscire a farsi una maggioranza?

D'Alpoim mi risponde con un sorriso strano, che può esser tradotto così: saprei bene io come fare.

— E crede che dei repubblicani, i quali hanno oramai accaparrato per sé l'opinione liberale del paese, la parte più temperata favorirebbe questo suo tentativo? So già che i più radicali la combattono aspramente, quasi temendo questo.

A questa domanda il mio interlocutore non volle rispondere. Osservò:

— Se io le dicessi qualcosa, renderei più difficile o la mia posizione verso i repubblicani, o quella dei repubblicani più moderati verso i loro colleghi più accesi. Lei capisce quindi il riserbo che mi è imposto.

La risposta a questa domanda era il segreto di d'Alpoim. Quel segreto è forse ora inutile. Il momento di d'Alpoim è passato, o meglio, non ha avuto il tempo di venire. Dinanzi alla situazione rivoluzionaria che si andava aggravando, il piccolo gruppo radicale aveva capito che sarebbe stato necessario, per salvare la monarchia, imporsi alla monarchia, staccarla a viva forza dalla reazione, metterla per la via di riforme radicali.

La reazione, spalleggiata dalle Congregazioni religiose, giuocò l'ultima carta. Essa ha frustrato, con la veemente campagna fatta nelle ultime elezioni, il tentativo incerto di una monarchia liberale. Voleva non perdere il dominio e le era necessario sbarrare la via ai radicali, spezzare l'organizzazione repubblicana, avere la monarchia nelle mani, coltivare e pagare gli amici con i benefici del potere. Mancava di un numero sufficiente di seguaci, per tentare la prova, ed è riuscita ad avere i voti del clero e dei suoi seguaci. Ho già riferito il lamento, in proposito, del ministro degli esteri portoghese; se alcune Congregazioni religiose e il nunzio apostolico e il clero non avessero

preso così gran parte nelle ultime elezioni politiche, a quest'ora il Parlamento era aperto e una via di uscita normale dalle presenti difficoltà, una dilazione, almeno, sarebbe stata possibile.

E la cosa più strana è che il clero è intervenuto nella lotta senza che esso fosse in alcun modo minacciato. Sino all'ultimo giorno il Governo tentò, anzi, di assicurarlo; nessuna questione grave era sorta per la quale esso potesse esser messo in allarme e temere. Si trattava dunque di un consenso spontaneo nei propositi della reazione; di una sperata e concordata divisione del potere.

Se mai la rivoluzione portoghese dovesse essere domata, tutte le cause ne rimarrebbero e si aggraverebbero anzi; e cattivi governi dilapidatori ed improvvidi continuerebbero a fare scempio degli interessi del paese. Se essa vince, la monarchia dovrà attribuire a sé stessa la sua rovina; poiché cadrà, non per ostilità del popolo all'istituto monarchico, ma per il convincimento maturato negli animi che il marcio della vita pubblica non può essere rimosso senza sacrificio della dinastia regnante.

Noi italiani dobbiamo augurarci che la rivoluzione riesca. Un nuovo regime si stabilirebbe senza molte difficoltà, rapidamente, e potrebbe governare con tranquillità. La reazione non ha riserve, e, domata oggi, non si rialzerebbe più. Il paese sarebbe rimesso sulla via di un rapido progresso economico e civile, per il quale ha numerose e preziose risorse, rese sino ad ora inutili, in gran parte, dalla pessima amministrazione pubblica.

«Poiché per colpa della monarchia – scriveva recentemente Affonso Costa, uno dei capi repubblicani – il paese fu sistematicamente messo a sacco, il popolo, il paese che lavora e che è onesto, deve pensare sistematicamente a costituire la repubblica ed ai modi pratici di riuscirvi, cioè alla preparazione accurata e diligente del movimento rivoluzionario dal quale essa deve irrompere vittoriosa».

E l'ora della vittoria è venuta! E con la monarchia cade la rinata audacia del partito clericale e dei suoi capi occulti e palesi. Il nunzio apostolico sarà già forse in viaggio verso Roma, per raccontare ai malinconici sognatori del Vaticano un'altra delusione ed un'altra disfatta.

VI. I CAPPELLANI DELLA CORONA

Rivalità fra clero secolare e clero regolare, fra chiese e cappelle. – Il concordato. – Preti ammogliati. – Preti repubblicani. – Le congregazioni religiose e il decreto Hintze Ribeiro. – L'organizzazione clericale. I nazionalisti. – Il programma clericale e i tradizionalisti.

8 ottobre.

Col trionfo della rivoluzione portoghese non solo cadrà la monarchia dei Braganza, cadrà con essa la Chiesa concordataria. Poiché il primo atto del nuovo regime sarà certamente la separazione dello Stato dalla Chiesa cattolica, la revoca del decreto Hintze-Ribeiro che nel 1901 riapriva la via alle Congregazioni religiose, la proclamazione della libertà religiosa e della laicità dello Stato. Il programma del partito repubblicano, elaborato già nel 18 gennaio 1891, porta, come prima delle «libertà essenziali», che il nuovo regime garantirà: libertà di coscienza ed eguaglianza civile e politica di tutti i culti.

E il clero stesso, con il suo aperto intervento nell'ultima lotta politica a favore della reazione, ha, come dicemmo, affrettato il corso degli avvenimenti e provocato una nuova e più vivace irritazione della parte democratica contro di sé, sì che il Governo Teixeira aveva dovuto esso stesso tenerne conto, ed annunciava pochi giorni addietro, per bocca del ministro di giustizia, un programma di tutela della sovranità dello Stato, timido ancora ma sufficientemente

significativo, e cominciava anche a preparare e preannunziare misure contro i gesuiti e il moltiplicarsi degli ordini religiosi.

Il Portogallo, abbiamo detto, non è molto religioso.

Un giornalista e agile politicante e mestatore cattolico, Gomez dos Santos, o Safardano, ora lodatissimo corrispondente del «Corriere d'Italia», scrive: «Dei cinque milioni di cattolici che si attribuiscono al Portogallo neanche un decimo sono cattolici praticanti. La vita religiosa è confinata in alcune famiglie cattoliche, tanto rare che si potrebbe contarle sul dito. Sono sempre le stesse che frequentano la chiesa, si avvicinano alla confessione od alla comunione. Questa clientela cattolica è così piccola che, se le Congregazioni volessero dare liste di nomi, si vedrebbe che non giunge, tutt'insieme, alle 10 000 persone». (Citato in «A Lanterna», 1.^a serie, pag. 35).

La grande attività spiegata in questi ultimi anni dalle Congregazioni religiose non è uscita dai limiti di questa piccola clientela che essa è riuscita a galvanizzare, senza darle un contenuto vivo. Qualche buona opera di assistenza è stata fondata, a Lisbona specialmente, parecchi istituti di educazione per giovani sono stati aperti⁹; poca cosa, che non giustificava in alcun modo la pretesa di riconquistare e di dominare politicamente il Portogallo e che questo secondo fine politico turbava e viziava profondamente. Anche in Portogallo, i cattolici non saranno al loro posto sinchè non avranno acquistato la convinzione di essere una piccola minoranza e, non avendo alcun diritto di aspirare ad una posizione di privilegio, non si saranno accomodati a svolgere la loro azione in un regime di piena libertà.

In Portogallo, più ancora che in Spagna, le vicende religiose degli ultimi tempi rivelano un dualismo profondo, che è qualche volta dissidio aperto, fra il clero secolare e il regolare. Se i principii ed i metodi con i quali è fatta l'educazione dell'uno e dell'altro sono identici, e questo li fa solidali nella difesa di quella che essi chiamano la libertà della Chiesa e l'unità cattolica, le diverse condizioni di vita e i diversi interessi creano poi delle differenze notevoli fra la condotta dell'uno e dell'altro, rivalità fra le «cappelle» e le

⁹ In Lisbona esistevano, nel 1908, 80 collegi con denominazione religiosa in Porto 37. Ma essi non servivano, il più spesso, che a giustificare la presenza degli istituti che li reggevano e a far reclute per questi.

Interessanti dettagli, che trovo narrati in *A Lanterna*, mostrano come il personale insegnante, reclutato in fretta e senza preparazione, fosse talora ignorantissimo.

«chiese», tentativi di sopraffazione, nei quali il clero regolare ha generalmente dalla sua Roma, che trova in esso un assai migliore strumento di governo accentrato e assoluto.

*

I rapporti fra lo Stato e il clero secolare in Portogallo sono retti da un vecchio concordato, il quale sancisce ancora curiose forme di giurisdizionalismo e confessionalismo. Una somma – 160 «contos de reis», cioè circa 850 000 lire – è assegnata in bilancio per il clero e le spese di culto delle quattordici diocesi portoghesi; i proventi della «Bulla cruciatae» (tasse ecclesiastiche) per indulti, rescritti, bolle, ecc.), che nell'anno economico 1908 diedero la somma complessiva di 109 milioni di reis (circa 600 000 lire), sono amministrati da una Commissione di Stato; dell'ordinamento amministrativo di questo fanno parte le giunte di parrocchia, presiedute dal parroco stesso; i registri parrocchiali hanno efficacia civile; i vescovi sono Pari del regno per diritto (non vanno quasi mai al Senato: solo monsignor Bello usa andare e prendere qualche volta la parola su questioni ecclesiastiche); ecc. In compenso, lo Stato ha numerosi diritti: quello di nomina ai benefici su presentazione dei vescovi, il governo didattico dei seminari, in base a una legge da Costa Cabral del 1815, il diritto di visto agli atti della Santa Sede per la promulgazione nel Regno, ecc.

Benchè un tale diritto ecclesiastico desse luogo a frequenti dissensi, questi non assunsero mai una forma acuta; il clero secolare portoghese, poco colto, non ricco, quasi tutto avente famiglia – dichiarava recentemente il nunzio pontificio, a persona dalla quale ebbi questo, ch'è difficile trovare nel clero portoghese dei celibi da promuovere al vescovado – si limita, il più spesso, a un ministero meramente professionale ed è, per i suoi stessi ufficii civili, in assiduo contatto con le popolazioni. In Lisbona, esso ha dovuto rinunciare alla veste talare, e i sacerdoti vanno per le vie in abito nero e cappello duro.

Il matrimonio dei preti è qui, come in Ispagna e come in tutta l'America latina, comunissimo. Lo ignora lo stato civile e lo ignora la Chiesa stessa, che ha sempre lasciato correre, ma non lo ignora, e non se ne scandalizza il

popolo, contento quando il sacerdote si limita alla donna con la quale convive; cosa che non sempre avviene¹⁰.

In generale, i sacerdoti hanno con sè la loro donna, in qualità di governante o di cugina, ed i figli. Un commerciante italiano mi narrava che, anni addietro, in una cittadina del Nord, non trovò una carrozza che lo portasse dalla stazione al paese; seppe poi, in questo, che tutte le carrozze delle quali il paese disponeva erano impegnate, quel giorno, pel matrimonio della figlia del parroco; ed ebbe più tardi occasione di conoscere la giovane sposa, la quale, in un ricevimento privato, entrando, andò direttamente dal suo «papà», che era presente e festeggiato per il licito avvenimento di famiglia, e gli baciò rispettosamente la mano.

A Lisbona, poco tempo addietro, monsignor Bello chiama a sè un parroco, che ha sette figli in casa; trova che sette son troppi ed invita il parroco a provvedere.

«Che vuole? – risponde questi. – Dacchè li ho, la cosa più onesta è che li tenga con me. O che dovrei farne?». E non fu inquietato oltre.

¹⁰ Un signore il quale ebbe occasione di andare in Portogallo nel 1906 per liquidar la successione di monsignor Aiuti, morto in quella nunziatura, in un interessante articolo di memorie su quella sua gita scrive (*Ordine*, di Ancona, 16 ottobre):

“Un giorno ero tutto occupato a fare una cernita delle carte di quell’ufficio.... diplomatico, quando mi trovai dinanzi un grosso volume, rilegato e disposto nell’interno a rubricella. Ritenendo che contenesse l’elenco delle personalità c’è avevano relazione di amicizia o di affari con il capo di quell’ufficio, un diplomatico italiano morto pochi giorni innanzi, sentii il dovere di scorrerlo.

Ma quale non fu la mia sorpresa! Tutti nomi di preti, solo preti da capo a fondo di ogni pagina, e per ogni lettera della rubricella, tutti i nomi ed indirizzi precisi di preti distribuiti in tutti i paesi del Portogallo.

Pensai che potesse essere un censimento del clero portoghese; ma mi avvidi che mancavano i nomi di alcuni prelati portoghesi da me conosciuti in quello stesso ambiente.... diplomatico. Mosso dalla curiosità, cercai nel frontespizio e fui purtroppo soddisfatto. Lessi, infatti, questo principio di iscrizione: *Riservato. Elenco dei sacerdoti portoghesi indegni del vescovato per la loro vita privata, ecc.*

Mi bastava. Tirai alcune somme, presi qualche nota per quel maledetto vizio che si ha quando si è vissuto anche per poco nella famiglia dei giornalisti e chiusi il volume riservato. E poi, con una serie di domande dirette a persone che dovevano, meglio di altre, essere in grado di rispondermi, riuscii a convincermi che la grandissima maggioranza del clero portoghese è notoriamente coniugata con prole, motivo per cui non può essere innalzata agli onori del vescovato.”

Mi dicono che figlio di un sacerdote fosse il Buiça, regicida; e figlio di un sacerdote dicono fosse anche l'ultimo presidente del Consiglio dei ministri della monarchia.

In questi ultimi anni il clero secolare ha dato anche dei fervidi fautori al movimento repubblicano. Il sacerdote Paes Pinto, morto l'anno scorso, fu, come trovo scritto in un almanacco repubblicano, «una delle figure più simpatiche e care del movimento rivoluzionario del 31 gennaio 1891». E nelle recenti elezioni si ebbe anche qualche propagandista repubblicano dalle file del clero; e, nel distretto di Vianna de Castello, il partito presentò fra gli altri suoi candidati due sacerdoti: Casimiro Rodriguez de Sa e Manuel Peres Gil, parroco il primo e professore di liceo l'altro; nè so che essi sieno poi stati puniti.

Tutte, o quasi, le giunte di parrocchia di Lisbona sono repubblicane; nè i componenti si trovano troppo a disagio col parroco che le presiede.

In tali condizioni, l'adesione del clero secolare alla repubblica sarà probabilmente facile e sincera. Rimarrà da risolvere, per esso, la questione economica, se vengono soppressi i cespiti di entrata che sono in mano dello Stato o provengono da uffici civili. Ma non è improbabile che il nuovo regime esamini e risolva la questione con una certa benevolenza....

*

A mantenere la pace giovò l'assenza di Ordini religiosi. Questi, e in particolare i gesuiti, furono espulsi già nel secolo XVIII dal celebre marchese di Pombal; profittarono, per rientrare, della lunga assenza della monarchia di Braganza, rifugiatisi nel Brasile al tempo delle invasioni napoleoniche; e nel 1831 ottennero dal reggente Michele di Braganza un decreto che permetteva ad essi il ritorno nel regno. Ma quel decreto fu revocato e annullato con un atto di Pietro IV del 28 maggio 1834; col quale, come ricordava un nuovo decreto Luciano de Castro del 12 novembre 1880, «si dichiaravano estinti in Portogallo gli Ordini regolari di religiosi».

Dopo quell'anno si ebbe di nuovo una lenta penetrazione; e gesuiti italiani, mandati per ricostituire l'Ordine loro, avevano aperto parecchie case, quando nel 1891 Don Carlos che, nel fondo del suo animo, non era tenero di cose ecclesiastiche e di frati, studiava il modo di rimettere in vigore i precedenti decreti. Lo seppero i gesuiti e corsero ai ripari; e, servendosi specialmente

della aristocrazia legata alla Corte e di più altri ausiliari, ottennero un ‘effetto opposto al primo intento del Re; un decreto, firmato dall’allora presidente del Consiglio, Hintze-Ribeiro, il quale, fingendo di tener ferma la precedente legislazione, e tornando a vietare case di soli religiosi e noviziati, permetteva lo stabilirsi di nuove Congregazioni locali o nazionali che avessero lo scopo dell’istruzione o dell’assistenza, o di preparare missionarii per le colonie.

Non si osò mai presentare questo decreto alla Camera per l’approvazione. Il nuovo regime ha potuto quindi considerarlo come illegale ed annullarne l’effetto, procedendo immediatamente all’espulsione di tutti gli Ordini religiosi, all’incameramento dei beni dei gesuiti ed al sequestro di quelli delle altre case, dei quali disporrà più tardi la Costituente. (Alcuno propone di costituir con questi un fondo per il culto col quale compensare il clero secolare del danno economico che gli recherà la separazione. Il collegio di Campolide sarà invece trasformato in carcere per minorenni).

Il decreto, che fu subito e sistematicamente eluso nella parte negativa, diede luogo a numerose domande di riconoscimento, da parte di Ordini già esistenti e venuti da fuori, che solo mutavano nome e pretestavano, talora, scopi di istruzione e di assistenza, poi trascurati. Così i gesuiti si sino fatti riconoscere col nome di «Associazione Fede e Patria», ed hanno grandi collegi in Campolide, presso Lisbona, e San Fiel, case di noviziato in San Francisco, Guimarães e Barro, residenza in Lisbona – la celebre casa di Quelhas¹¹ – Porto, Braga, Covilhã, ecc. Altri cinquanta, circa¹², Ordini varii si sono fatti riconoscere ed hanno case nel regno. Varie inchieste sulla legittimità delle varie case, in ordine al decreto Hintze, sono state abilmente eluse e caddero nel vuoto.

Roma incoraggiava questa rinascita di Ordini religiosi, tanto più quanto più diffidava del clero secolare. Un segno curioso di questa diffidenza sempre viva è nella ripugnanza di Pio X a nominare cardinale l’arcivescovo di Lisbona, monsignor Bello; e, poichè il concordato obbliga il Vaticano a nominare cardinale il patriarca di Lisbona nel primo concistoro dopo la nomina a patriarca, si dice

¹¹ Quelhas e a la sede di una vasta organizzazione religiosa, chiamata l’Apostolato della preghiera. Questa nel 1902, dopo il quale anno non furono più pubblicate relazioni, contava 707 868 iscritti di primo grado, 252 178 di secondo grado, 55 236 di terzo grado e 19 000 relatori e relatrici.

¹² 55 ne enumera Coelho nel suo *Manual Politico*, pagg. 283 e seguenti.

in Roma che da due anni Pio X non tiene più concistoro, appunto per sottrarsi a quel suo impegno. Ragioni particolari e personali di questa antipatia di Pio X non mi è riuscito trovarne.

*

Oltre al ritorno degli Ordini religiosi in Portogallo, un'altra via tentava Roma per accrescere la sua influenza nella cosa pubblica: l'organizzazione clericale. Monsignor Iacobini, nunzio apostolico, fondò in Lisbona due associazioni, che poi si diffusero nel regno: una della «gioventù cattolica» ed un'altra «protettrice degli operai»¹³, e, nel 1893, un quotidiano, il «Corriere nazionale», che ebbe breve vita e varii successori, sino alla «Libertade» odierna. Poco appresso, con l'incoraggiamento del successore di monsignor Iacobini, si costituiva una organizzazione politica: il «Centro nazionale» trasformatosi in seguito in «partito nazionalista», sotto la direzione di Jacinto Candido, vecchio parlamentare scaltro e ambizioso.

Ma il partito cattolico nazionalista non ebbe molta fortuna. A Lisbona alcune manifestazioni clamorose dei nuovi clericali diedero luogo a contro-dimostrazioni che fiaccarono lo zelo degli agitatori cattolici; il clero secolare seguiva di mala voglia gli impulsi che venivano dai gesuiti. Questa diversità di tendenze diede luogo a lotte e rivalità che si sono svolte specialmente nel Nord, più cattolico e clericale. Due giornali di Oporto rappresentano le due tendenze, capitanata l'una dai gesuiti, l'altra dai francescani. Il primo, «A Palavra», è proprietà di una società per azioni, con capitale iniziale di 30 milioni di reis (160 000 lire) e nelle prime liste di azionisti figuravano i nomi di parecchi gesuiti¹⁴; l'altro, il «Correio da Noite», è appunto ispirato dai francescani. Questo si mostrava contrario alla costituzione di un partito cattolico, non combatteva il governo Teixeira, biasimava sovente le intemperanze e gli eccessi dell'estrema Destra.

Alle gelosi di questi due gruppi è dovuto in incidente che ebbe, alcuni mesi addietro, una celebrità internazionale. I francescani pubblicavano, in

¹³ Nel 1905 gli operai iscritti ai circoli cattolici erano 12 000. L'associazione pubblicava un periodico intitolato *Democracia Christã*.

¹⁴ Trovo questi particolari nella già citata pubblicazione del redattore capo del giornale *O Seculo*, intitolata *A Lanterna*, della quale è raccolta in volume una prima serie.

Braga, un periodico, intitolato «La voce di Sant'Antonio», che aveva raggiunto una grande diffusione nel paese. Pio X, in data 9 aprile 1909, aveva diretto un breve di lodi e di larghe benedizioni ai figli di San Francesco, ed in particolare ai redattori della «Voz de Santo Antonio». Non molti mesi dopo, una lettera del Papa all'arcivescovo di Braga disapprovava questo periodico come modernista e ne ordinava la sospensione. Il ministero Teixeira biasima pubblicamente l'arcivescovo di aver dato corso alla lettera pontificia senza il placet regio; ma la «Voce di Sant'Antonio» è soppressa.

Ho chiesto a parecchi in che consistesse questo modernismo di quei buoni frati francescani, e se nel clero portoghese ci fossero tracce di modernismo. Non ce ne è l'ombra, e credo non se ne sia neanche sentito parlare che come di un mostro pauroso ma lontano. La campagna contro il periodico francescano fu condotta dalla «Restauração», di Guimarães, organo nazionalista-cattolico, ispirato dai gesuiti del luogo; e la colpa della «Voz» era aver dichiarato che «non è dovere di coscienza, per i cattolici, affiliarsi ad un partito politico determinato e che essi possono, in buona coscienza, iscriversi in qualunque partito politico onesto, purchè in esso cerchino poi di favorire l'elezione di deputati che difendano le loro idee religiose».

Questo criterio non piace ai gesuiti e ai mestatori politici, ma risponde alla condotta seguita generalmente dal clero secolare. Per questo, iscriversi in un partito e lottare per esso significherebbe crearsi imbarazzi enormi con gli altri partiti che sono o possono salire al potere e dai quali quindi dipendono nomine e promozioni. Nè esso si appassiona per le rivendicazioni dei monaci teologi e della Curia di Roma. La «Lega del clero parrocchiale» portoghese, fondata nel 1907, «per cercar di migliorare la condizione economica del clero parrocchiale, con le maniere che verranno indicate dalla maggioranza dei suoi membri», mandò nell'ottobre del 1908, un suo rappresentante a Viseu, dove si teneva il IV Congresso del partito nazionalista; ma il malcapitato si sentì rovesciare addosso dai suoi colleghi e da Jacinto Candido i più violenti rimproveri per sè e per la sua Lega e se ne andò indignato e deluso.

*

Divertirebbe un lettore italiano il programma che questi agitatori clericali illustrano nei loro periodici. Essi tuonano contro gli errori e i delitti dei

Governi, l'impudenza dei partiti, la canzonatura del sistema parlamentare. D'accordo con i repubblicani, direte. Appunto; ma questi delitti ed errori non sono quelli che i repubblicani rimproverano; stanno tutti nel non sufficiente riconoscimento della dottrina della Chiesa, della sua missione soprannaturale, della sua supremazia sul potere civile. Il loro sogno è una monarchia assoluta, appoggiata sul clero e quindi docile alla Chiesa. Non importa che sia un sogno assurdo, la teoria non conosce assurdità pratiche.

Lo strano è che il partito parlamentare nazionalista il quale, a dire il vero, non contava più di tre o quattro membri, spariti quasi nel blocco di Destra, era molto modesto nel suo programma ufficiale e si limitava ad affermare «la sua piena adesione ai principii del cattolicesimo ed alla necessità della conservazione del principio religioso nell'insegnamento».

Più audace, il gruppo minuscolo dei legittimisti prometteva un nuovo concordato nel quale fossero riconfermati ed accresciuti i poteri del clero, ed insieme soppresso il beneplacito regio e ogni incomodo diritto di regalia. Poichè, strano a dire, i cattolici legittimisti dei paesi latini nel rivendicare i diritti della Chiesa non ricordano quelli del potere civile. Essi vogliono tutti i vantaggi del privilegio, più tutti quelli della libertà. Ma i legittimisti non erano contenti della monarchia attuale; essi avevano un candidato del cuore in Don Michele di Braganza, capo di un ramo cadetto della dinastia; e si disse all'indomani della semi-vittoria elettorale del blocco che, per far piacere ai legittimisti, questo avrebbe domandato per il pretendente esiliato la facoltà di tornare in patria.

E chi sa che Don Michele di Braganza non attenda ora che, sopito il rumore delle cannonate e l'urto delle barricate, l'eco non gli porti da Campolide la promessa del ritorno e del trono.... Maestà, in nome di Dio e della sua Chiesa, i gesuiti vi chiamano al trono di Portogallo.

VII. CONCLUDENDO

Briciole e sintesi. – A Lisbona, lo sapevano anche i sassi.
– Il trono e l'altare. – Pronunciamento militare. – Letterati,
scienziati, donne. – E le colonie? – Mutano le forme, ma
gli uomini restano. – Repubblica giacobina?

Mentre l'eco degli avvenimenti portoghesi si va attenuando nei giornali, è opportuno dire ancora qualche parola riassuntiva, e quasi di sintesi, su di essi; poichè un fatto di così radicale importanza per la vita di un popolo, e quindi anche per lo sviluppo dei suoi rapporti con gli altri popoli, non lo si licenzia così, raccogliendo le briciole ultime delle cronache rivoluzionarie, se mai vi fosse ancora qualche stanca curiosità tuttavia desta, e gettandole sbadatamente ai lettori.

Un paese di cinque milioni, che occupa uno dei più meravigliosamente dotati e dei meglio collocati posti del continente, e che ha ancora un vasto impero coloniale, si è dato una costituzione nuova; importa sapere, quanto è possibile oggi, come esso se ne gioverà, come ne verrà modificato il suo posto nei commerci e nella vita del mondo. E molte notizie false, molte impressioni ingiuste potrebbero rimanere negli animi dalla lettura dei giornali dei giorni scorsi, tanto più tenacemente quanto meno disturbate da notizie e impressioni sopravvenienti, atte a correggere le prime.

*

Parecchi giornali, a cose fatte, hanno detto: la rivoluzione era imminente, era matura, era inevitabile; lo sapevano persino i sassi a Lisbona. Ma come si spiega allora che i più direttamente interessati non lo sapessero, che non ci sia stata quasi affatto la preparazione della resistenza? Il vero è che la rivoluzione era bensì inevitabile ed imminente, ed appariva tale, nello sfacelo del vecchio regime, nello slancio e nella maturità dell'organizzazione repubblicana, solo a chi, passando oltre alle apparenze di una vita normale, avesse penetrato l'intima sostanza dei fatti.

Ma una rivoluzione non avviene così spontaneamente, con un moto quasi meccanico e automatico; è opera di uomini, e deve essere ordita e preparata di lunga mano, con mille cautele ed accortezze; ha bisogno di molti complici, di una intesa che non trascuri, quanto è possibile, i più minuti particolari, di mezzi adeguati. Questa preparazione era segreta; e poteva riuscire solo a patto di essere segreta; se molte istruzioni generiche erano state date, il nodo degli avvenimenti doveva essere nelle mani di pochissimi. Si narra infatti che due volte fu dovuto differire lo scoppio della rivolta perchè, all'ultima ora, il Governo ne aveva avuto sentore e un ordine dato in tempo bastava per comprometterne il successo. Nè si poteva preannunziare con certezza l'esito rapido e definitivo. Trentatrè ore durò, per le vie di Lisbona, la battaglia civile; un generale audace, un gruppo di soldati eroici, una insurrezione reazionaria nelle provincie potevano mutare il corso degli avvenimenti e protrarre lo scioglimento. E due volte, durante quelle trentatrè ore di lotta, si temè che la rivolta stesse per fallire; e allo scorcio della disfatta prevista si attribuisce il suicidio dell'ammiraglio Candido Reis.

In questo senso, la rivoluzione venne improvvisa al Governo stesso¹⁵ ed alla monarchia; alla monarchia, la quale, se anche si trovava oramai

¹⁵ Da alcune dichiarazioni postume dell'ex-presidente del consiglio Teixeira si è preteso desumere che egli fosse al corrente di ciò che si preparava. E può esser vero in parte: il Governo, od almeno parecchi de'componenti di esso avevano una chiara coscienza della soluzione imminente e dalla certezza dell'ineluttabilità dell'esito erano in qualche modo paralizzati; ma certo essi non erano a parte della congiura; quando seppero, si era già nel primo periodo della esecuzione.

spiritualmente isolata dal paese, aveva pure solidali numerosi e scaltri e bene informati uomini, i religiosi, e in particolare i gesuiti.

*

Questa solidarietà apparve poi nel conflitto. Le poche truppe rimaste fedeli non furono le sole a sostenere la monarchia. Certo, da chiese e conventi furono lanciate bombe e parti, a riprese, un qualche fuoco di fucileria: dalla chiesa di Estrella, da quella dos Santos, dal convento di Quelhas e da altri luoghi.

Non furono i religiosi a sparare. D'accordo. Ma ogni casa di religiosi, e ogni chiesa aveva la sua clientela laica, e con questa clientela i religiosi agitavano previsioni e discutevano progetti per l'ora temuta; e certo si sperava che la resistenza delle truppe potesse essere più efficace e durevole; e, nel trambusto dei memorabili giorni 1 e 5 ottobre, l'eccitamento degli animi e l'incertezza delle voci correnti fecero sperare qualche vantaggio da questa resistenza armata. Quindi, persone che conoscevano bene i conventi, ed erano in possesso di ingressi segreti ed avevano preparato le armi, poterono lanciar bombe e tirare sui rivoltosi.

Esagerazioni, e certo talora volute, vi furono; ma, almeno sino a prova in contrario, riteniamo che questa spiegazione – la quale è, a priori, la più verosimile – sia anche la vera. Ed essa si associa perfettamente con quel carattere di clientela e di organizzazione reazionaria che, come abbiamo visto, aveva preso il cattolicesimo intorno alle Congregazioni religiose più attive e procaccianti.

*

È stata, si dice, una rivoluzione fatta da soldati, un pronunciamento militare; e si è moralizzato su questo e se ne sono tratte conclusioni. Ebbene, non è vero. Rivolte militari sono solo quelle che, all'infuori del paese e dei suoi interessi, organizzano truppe indocili e vogliose di novità e di menar le mani. La rivolta portoghese fu invece pensata e maturata e preparata dalla borghesia stessa e dal popolo; ne entrò lo spirito nell'esercito per le vie larghe per le quali vi entra il popolo stesso e la cultura di un paese, per mezzo delle

reclute e della lenta persuasione di un profondo moto di idee. L'accordo segreto venne più tardi, quando era necessario assicurare la partecipazione dell'esercito ed organizzarla, perchè la rivoluzione non fallisse.

Oggi, con gli eserciti permanenti ed i terribili mezzi di distrazione dei quali dispongono, le rivoluzioni sono assai più difficili. Ma l'esercito non si scinde dall'anima viva di un paese; e quando la rivoluzione non è capriccio di pochi o di molti, non è turbolenza di masse ignare, nè precipitazione di sognatori, ma termine fatale di un lento sfacelo degli istituti politici di un paese ed irrompente vittoria di forze nuove, che lo hanno già conquistato spiritualmente, l'esercito, come tale, sparisce; una voce dall'interno, più imperiosa, rompe i vincoli della disciplina normale ed assegna a ciascuno il suo posto. Così è avvenuto nel Portogallo. 'Alle esequie solenni dell'ammiraglio che capitanò la rivolta assistevano, in una indimenticabile apoteosi nazionale, 600 000 persone.

*

Dicono altri: è una rivoluzione di letterati e di scienziati. Certo, letterati e scienziati vi hanno avuto una parte eminente: medici, poeti, avvocati, professori di Università, hanno condotto e commosso le folle. Ma questo può anche non essere che un indice dell'ampiezza del moto che ha condotto alla rivoluzione.

L'idealità repubblicana era così profondamente associata, oramai, a tutte le speranze nazionali che essa si era, quasi spontaneamente, vestita di forme d'arte, talora ingenua e grossolane, talora esteticamente perfette. Due poeti, fra gli altri, popolarissimi: Guerra Junqueiro e Gomez Leal. Si potrà domani fare una antologia delle poesie nelle quali, in giornali e riviste, fu espresso prima l'empito possente della speranza poi l'inno della vittoria. Nè fa meraviglia che anche la scienza prestasse argomenti di propaganda all'idea repubblicana. Si scherzò molto, nei primi giorni, sulle dichiarazioni di Teofilo Braga e Bernardino Machado, impregnate di un ingenuo positivismo alla Comte, non osservando che si confondeva il metodo con il contenuto, la via con lo scopo. Se gli uomini più popolari, nel momento solenne, li han dati la letteratura e la scienza, la colpa è tutta... della politica.

Ed è notevole il fatto che, come già prima alla propaganda repubblicana, così anche alla rivolta lisbonese abbiano partecipato in non scarsa misura le

donne. Nell'accampamento della Rotonda, in cima dell'Avenida, e altrove, donne rimasero per tutto il tempo della mischia, non solo infermiere, ma tiratrici ed incitatrici.

Ma sta poi anche in fatto che tutto il mondo degli affari ha partecipato alla rivoluzione, o l'ha accolta come liberatrice. Governi disonesti, improvvidi, dilapidatori, non sono propizi agli affari onesti ed allo sviluppo delle industrie e dei commerci. Nè è punto esatto quel che pure fu scritto da alcuno, che Lisbona stessa non ha una borghesia procacciante ed attiva, ma che solo i reduci da altri mercati e commerci, i «brazileros», vi portano la ricchezza; basta scorrere la parte commerciale di alcuno dei grandi giornali di Lisbona per persuadersene.

*

Fallito subito il segreto desiderio, che era in alcuni, e la previsione di un intervento inglese – si disse che esso era stato anche previsto da una clausola segreta del trattato con l'Inghilterra, – fu largamente agitato, ed è agitato anche oggi, lo spettro della perdita delle colonie.

Delle sue larghe colonie in Africa e nell'Asia il Portogallo non ha quasi più che la proprietà; il possesso, in quanto può esser dato da una lenta penetrazione di commerci e di influenze, è quasi per intiero nelle mani dell'Inghilterra. E la borsa delle finanze portoghesi è a Londra.

Ora sull'avvenire delle colonie portoghesi si possono fare – e le lasceremo fare ai competenti – previsioni diverse. Può darsi che il Portogallo rimanga incapace di difenderle e conservarle, per difetto di forza militare od insufficienza di mezzi diplomatici; può darsi che le gelosie di altre potenze, e specialmente della Germania, trattengano l'avidità inglese, o che questa trovi più opportuno godersi quietamente quello che già ha ottenuto e può ottenere per vie pacifiche, senza audacie che potrebbero creare complicazioni.

Comunque, non riesco a vedere in che cosa il continuare in un regime rovinoso, che esauriva nel gaspillage del malgoverno le risorse del paese, potesse giovare alla politica coloniale del Portogallo, nè è più il tempo di solidarietà dinastiche atte ad arrestare il corso degli eventi o mandarli a ritroso.

*

Mutano le forme, hanno detto altri, ma gli uomini rimangono gli stessi; e le cose continueranno ad andare sostanzialmente allo stesso modo. A questi pessimisti io farò una sola osservazione. Persone che sono a Lisbona e negli affari da molto tempo mi hanno assicurato che, mentre i Governi ed i governati «declinavano il verbo rubare in tutte le forme e modi», sull'onestà del libero commerciante portoghese si poteva fare sicuro affidamento, e che, per questo, anche in momenti molto difficili per le finanze portoghesi, le grandi Case estere non hanno mai rifiutato credito alle Case di Lisbona. Un altro particolare. Era noto, e si è visto chiaramente nell'ora del pericolo, con quanto disinteresse ed amore fosse servita la monarchia. Nella notte del 4 ottobre, il re Manuelito rimase solo, nel palazzo das Necessidades [sic], con un vecchio cameriere di ottant'anni, un cuoco, un telefonista e non so chi altri. L'aristocrazia di Corte non si svegliò, quella notte, con propositi più generosi. In un giornale di Lisbona leggo invece la seguente notizia, registrata en passant: «Il ricco signore e commerciante Francesco Grandella offre le sue proprietà e la sua azienda, del valore complessivo di 28 milioni, come garanzia di un mutuo che il nuovo Governo repubblicano dovesse fare per necessità urgenti».

Sarebbe ridicolo contare sul passaggio improvviso da una disonestà amministrativa proverbiale ad una onestà insospettabile come le mogli dei re; ma non si tratta di questo. Il regime repubblicano ha ora delle grandi responsabilità, e trova una situazione difficilissima; basta che esso non si renda indegno della fiducia accordatagli dal paese e metta mano seriamente alla restaurazione della via pubblica e dell'amministrazione.

*

Il nuovo regime, si dice, va rivelando tendenze giacobine; tipo francese, piuttosto che inglese, esso ha cominciato con l'espellere tutte le Congregazioni religiose. Ma era inteso e pacifico che questo dovesse avvenire, e gli interessati stessi lo sapevano; dato il modo come si erano svolti gli eventi in questi ultimi anni, era inevitabile. Nella sala di ricevimento del convento dei gesuiti, in Quelhas, erano i ritratti delle due Regine, del Re e del Principe ereditario, trucidati, e di Manuelito, tutti con firma autografa e dedica alla Casa; il Governo repubblicano li ha fatti prendere per conservarli «come documento storico». Il solo, credo, frate ucciso fu un lazzarista francese, il confessore della Regina; e

fu ucciso per essersi rifiutato di gridare: «Viva la Repubblica!». Solo generoso, fra i caduti, questo frate che aveva i segreti di Amelia.

È probabile che qualche Congregazione sarà risparmiata, od almeno tacitamente tollerata; i francescani, per esempio.

A ogni modo, cacciate le Congregazioni, il clero secolare non verrà infastidito, ed alla separazione si verrà avendo il maggiore riguardo alle condizioni ed alle necessità economiche del clero stesso. Il clero secolare non piange certo lacrime amare per l'allontanamento dei suoi fratelli regolari; aderirà facilmente e senza secondi fini alla repubblica, purchè non sia troppo disturbato nella sua vita professionale.

– Ma il nuovo regime non durerà; vi sarà una contro-rivoluzione. – Vana illusione.

L'avvenire è nelle mani o nel grembo di Giove, ma il presente è tutto, in Portogallo, della repubblica. Essa non ha nemici; hanno aderito tutti, da d'Alpoim, e dal suo inseparabile visconte di Ribeira Brava, che, in un impeto di entusiasmo, sospese, con un eloquente inno alla repubblica, l'impeto dell'assalto alla chiesa di Estrella, a Teixeira, a Luciano de Castro, a Campos Henriquez, dal «Diario de Noticias» al «Portugal», dal vescovo di Porto al patriarca Bello. E i più odiati rotativisti di ieri passeggeranno ora indisturbati le vie di Lisbona, come quel João Franco, che l'«Humanité» diceva essersi ritirato a godere in Italia l'ingente fortuna della moglie¹⁶.

Una minoranza, con un colpo di mano, ha conquistato il paese; ma questa minoranza aveva la fiducia del popolo e la delegazione del potere ad essa è avvenuta, come João Chagas mi assicurava sarebbe stato, nella maniera più rapida e facile. Il passato è definitivamente chiuso. La nuova repubblica non ha dinanzi a sè altre difficoltà da quelle che nascono dallo immane sfacelo, dagli effetti del lungo malgoverno, dalla arretratezza intellettuale ed economica di tanta parte del paese. Pel momento, si può accordare ad essa un largo credito di fiducia.

Poi, vedremo.

FINE

¹⁶ L'ex-dittatore fu poi arrestato, ma subito rilasciato, dietro versamento di una forte cauzione. Il processo, se vi sarà, non volgerà certamente al tragico.

Da Monarquia à República

cartas portuguesas de Romolo Murri

Tradução para português da obra: Romolo Murri, *Dalla Monarchia alla Repubblica, Lettere Portoghesi di Romolo Murri, Deputato al Parlamento*, Milano, Fratelli Treves, 1910.

Ao leitor

Estive em Lisboa de 6 a 13 de Setembro passado: oito dias. Muito pouco tempo, é verdade, para “descobrir” Portugal, mas o meu objectivo era mais modesto. Correr a voz, a seguir às eleições políticas gerais de 28 de Agosto, em que os republicanos conquistaram 14 lugares, que havia uma tentativa de revolução em Portugal. O director da Stampa mandou-me então inteirar-me da situação. Devia, portanto, limitar a minha investigação à situação política do governo, da monarquia e do país.

Procurara, em Madrid, várias cartas de recomendação. Só que todos os destinatários – Bernardino Machado, Afonso Costa, um coronel do Estado Maior, um ex-deputado franquista – estavam ausentes de Lisboa, em férias. Numa dessas visitas sem efeito, encontrei um senhor, de origem inglesa, que vive em Portugal há muitos anos e que foi de uma extrema cortesia para comigo; não só me descreveu em pormenor a situação, tal como ele – arguta e desapaixonadamente – a via, mas poupou-me muitos pequenos aborrecimentos e contratempos, a que obviamente vai ao encontro quem é novato numa grande cidade e não conhece a língua.

O método da minha investigação foi muito simples. Comecei por comprar e ler atentamente, nos primeiros dois dias, todos os jornais publicados em Lisboa. É verdade que os jornais não respondem às vossas perguntas, mas respondem às muitíssimas e variadíssimas dos seus leitores; e o método comparativo permite limpar a notícia da cor política.

Ao lê-los, fui anotando todas as perguntas que, pelo pouco conhecimento que tinha dos antecedentes, me vinham à mente. E, servindo-me do

meu questionário, comecei a peregrinar pelas redacções dos jornais, sendo recebido sempre com muita cortesia.

A seguir; tive longos colóquios com os directores ou redactores do Diário de Notícias, politicamente incolor e neutral, com O Radical, O Mundo, A Lucta, O Século, com os editores dos panfletos semanais A Lanterna, que trata apenas de assuntos eclesiásticos, e as Cartas Políticas; e com João Chagas, este último a que me refiro nas cartas. Nas redacções, por vezes encontrei também pessoas estranhas ao jornalismo, profissionais, estudantes.

Vi também alguns dos maiores homens políticos, de quem relato as conversas tidas com eles, e outros menores, de diversos quadrantes.

Recolhi preciosas informações também de italianos. Recordo com gratidão o marquês Paolucci di Calboli, Ministro da Itália, que foi de uma grande cortesia para comigo e me ajudou imensamente; e outros dois italianos, o comendador C., que vive em Lisboa há já trinta anos e é tido em grande consideração por italianos e lisboetas; e o seu filho mais velho, engenheiro, uma alma fervente, que conhece bem o subsolo político de Lisboa.

Outra fonte de informação foram os livros, tanto de estrangeiros que escreveram sobre Portugal, como de portugueses. Recordarei, de modo especial, o Manual Político de Trindade Coelho, um grosso volume, cheio de riquíssimas indicações sobre a administração, a finança, a legislação, os partidos portugueses; e, depois, os quatro volumes da colecção das cartas políticas de J. Chagas, a colecção de A Lanterna, etc.

No quinto dia, julgando já ter uma ideia suficientemente clara da situação política portuguesa, comecei a alinhavá-la, de forma sumária, nas cartas à Stampa, tendo escrito as primeiras quatro antes de eclodir a revolução. Precisamente no seu número de 3-4 de Outubro, um dia antes do início da revolução, a Stampa publicou a carta sobre o “ocaso de uma democracia”, que, depois, ao chegar a notícia da revolução, foi largamente reproduzida por muitos outros jornais, na Itália e fora dela.

Estas cartas são, de certa maneira, a história interna da revolução, traçada antes de eclodir; mostram a dissolução de um velho regime, a total separação espiritual – já consumada –, de um povo da instituição que o governa, a preparação do novo regime. A maturidade deste novo regime veio a mostrar-se, não só na rapidez do triunfo da revolução, mas também na imensa obra de reforma levada a cabo em pouco tempo pelo governo

provisório, de modo que a Constituinte, quando se reunir, já encontrará resolvidas as questões mais graves e urgentes de ordem espiritual e moral, podendo dedicar-se, de imediato e com entusiasmo, à obra de reestruturação económica e administrativa do Reino.

Das reformas realizadas pelo Governo Provisório, a última foi anunciada hoje mesmo: a separação da Igreja do Estado ou, melhor, a declaração da laicidade deste e a consequente cessação das relações entre o Estado e a Igreja Católica; relações que antes eram muito estreitas, talvez mais que em nenhum outro país católico. O país acolherá pacificamente também essa medida, que não atinge o catolicismo como religião, embora corte pela raiz as pretensões de privilégio político e de domínio sobre o privilégio, em nome das quais se procurara, nos últimos doze anos, despertar a consciência católica portuguesa, que definhava num sono secular, com o único resultado certo e claro de fazer precipitar os destinos da Monarquia.

A situação religiosa em Portugal mereceria uma ilustração maior; pois enquanto, devido às crises do antigo regime, a Monarquia, que tão ingloriosamente fugia, se afunda e morre, o instituto eclesiástico mantém-se, ao lado da República e dentro dela; se como adversário ou amigo, ver-se-á. Alguns acalentaram um projecto curioso, não novo: queriam que a República, em vez de se separar definitivamente da Igreja, proclamasse o corte da religiosidade do país com esta e organizasse uma Igreja nacional portuguesa. Mas já não era tempo de cismas e de lutas religiosas.

O leitor fica, assim, advertido: estas cartas não são nem a história do velho regime nem a história do nascimento do novo. Vê-se nelas a passagem interior de um para o outro; assinala-se o vínculo de necessidade que une o novo ao passado. Daí que, não só, nem sobretudo, por uma feliz coincidência de acontecimentos que acelerou e antecipou o epílogo dramático da crise, elas sejam o prenúncio da revolução portuguesa e o comentário dos factos mais verídico.

Roma, Novembro de 1910

Romolo Murri

I.

NA VIGÍLIA DA REVOLUÇÃO

As duas partes. – As últimas eleições. – O Governo sem maioria. – O anticlericalismo. – Todo o mundo latino é país. – O que deveria ser feito.

Lisboa, 7 de Setembro de 1910.

Há quinze dias, no momento mais quente da luta eleitoral política, espalhava-se na Europa a voz de que uma revolução estava para eclodir em Portugal. A poucos dias do termo das eleições, e depois do grande triunfo dos republicanos, aqui em Lisboa, a cidade está calmíssima. Cada um se ocupa tranquilamente dos seus negócios; o discurso político não está mais agitado do que o costume; os círculos republicanos organizam passeios para saborear o calor deste fim de Verão, e um círculo de mulheres republicanas, convocado para renovar os cargos, fora advertido que, na falta de número legal, a reunião se realizaria na noite do dia 15.

Esta calma, porém, não vos engane; não só é aparente, como também não é profunda. Daqui a duas semanas, quando reabrir a Câmara dos Deputados, se o actual Ministério cair e a Oposição monárquica conservadora for chamada ao poder, ter-se-á de imediato, não diria propriamente a revolução, mas certamente uma situação extremamente tensa e grave de revolta iminente; e a cidade, que talvez adormeça na noite precedente na acostumada calma,

verá ao amanhecer o tumulto e a guerra civil nas ruas. É uma previsão, de que todos aqui têm consciência.

Pois esta é a situação em Portugal: um desconforto, um mal-estar profundo, nascido e alimentado pela má administração em todas as suas formas e em todas as repartições públicas, pela incapacidade dos governos, pelo desperdício do dinheiro público, pela avidez dos partidos de governo – nenhum ideal sólido os une, e só cálculos utilitaristas os ligam à Monarquia –, pela profunda falta de confiança do país nos governantes de ontem, de hoje e de amanhã e pela quase total dissolução interna, diria numa palavra, de todos os órgãos do Estado.

Daí que os cidadãos, os que, por cultura ou pelas suas condições económicas, podem ocupar-se da vida pública, estejam divididos em duas grandes categorias: uma vive do próprio trabalho e pede uma administração pública correcta e sólida, que assegure a regularidade da gestão; a outra olha para o Estado e para a administração pública como fontes de lucro indevido, como meio de melhorar os próprios interesses. O mal-estar e protesto dos cidadãos da primeira categoria desembocam e disciplinam-se quase espontaneamente numa direcção normal: na adesão ao Partido Republicano, cujas forças estão em constante crescimento e cuja acção tenaz e vigorosa não sofre de ânsias de precipitação.

Assim, está a amadurecer lentamente e desde há tempos um embate, com uma lógica segura que prepara as necessárias mudanças políticas. Quando se apresentar a ocasião, pode rebentar de um momento para o outro com toda a sua gravidade.

*

Ora, a dificuldade e o perigo da presente situação, como se está a delinear depois das últimas eleições políticas do passado 28 de Agosto, nascem do seguinte: o primeiro Ministério de Teixeira de Sousa constituiu, depois de um rápido suceder-se de legislaturas e Ministérios efémeros, a tentativa mais audaz à Esquerda, sob o jovem Rei, acabando, nos poucos meses que está a governar, por irritar e levantar contra si, precisamente por essa sua tendência radicalista, todas as fracções políticas mais conservadoras, que se uniram num bloco, travando uma batalha feroz nas últimas eleições. Por outro lado, não

conseguiu conquistar a confiança do público e travar o avanço do movimento republicano, como mostra o facto de os deputados republicanos passarem dos sete que eram para catorze, conquistando a maioria em todos os três Colégios de Lisboa e um mandato fora, e obtendo noutros lugares, especialmente no Porto, que é a capital do Norte, uma maioria consistente: uma vitória que teve enorme repercussão no País.

A situação parlamentar é, portanto, simples. De um lado, o bloco conservador, que recolhe uma parte do grupo progressista (liberal), liderado por Luciano de Castro; os restos do partido de João Franco, sob a direcção de Vasconcelos Porto, já ministro do ditador (este praticamente abandonou a política); os poucos católicos clericais, que se intitulam “nacionalistas”; e uma fracção do velho grupo conservador (regenerador), que tem por chefe Campos Henriques.

A oposição dá a esta composição heterogénea de grupos e interesses, que formou um bloco nas últimas eleições, o apelido de bloco “predial”, ou fundiário, pelos gravíssimos escândalos recentes de um instituto de crédito fundiário, em que homens e partidos da Direita se envolveram e foram arrastados, provocando no país um enorme escândalo, que destruiu os últimos vestígios de confiança nos antigos partidos.

No lado oposto encontram-se os republicanos, que duplicaram em número, beneficiam do favor popular e são conduzidos por homens maduros e de larga experiência, como Bernardino Machado, que já foi ministro das Obras Públicas e que, indignado, abandonou o Ministério, por razões que é fácil imaginar, passando depois para a República; António José de Almeida, que me dizem ser o homem mais popular de Portugal, e Afonso Costa, eminente advogado, antigo e habilíssimo parlamentar.

Eram sete na precedente legislatura e agora são catorze. Dez foram postos na Câmara por Lisboa-cidade, com os seus dois colégios, deixando os quatro lugares da minoria a outros tantos ministeriais, dos quais dois são ministros do actual Gabinete. A luta foi de extrema vivacidade: no último grande comício eleitoral participaram não menos de 60.000 pessoas, que se comportaram de forma muito ordeira.

Entre estas duas oposições, audazes e resolutas, está o Governo com a sua maioria, formada a muito custo, que conseguiu vencer as eleições graças a métodos que não preciso explicar em pormenor a leitores italianos, que

vão do reato eleitoral propriamente dito às promessas de emprego e pedidos da mais variada natureza. Nesta maioria, distingue-se um pequeno grupo de progressistas dissidentes, chefiado por José de Alpoim, que é como a ponta esquerda dos constitucionais e que desejaria uma política de Governo decidida e vigorosamente radical.

*

O interessante, agora, é saber qual vai ser, na Câmara, a força numérica do Bloco e do Governo. Parece que a conta não é tão fácil de se fazer, o que em parte se explica pela índole do vínculo político que liga o deputado ao próprio grupo ou, melhor dito, ao chefe deste, vínculo que, o mais das vezes, é de interesses, clientelas e favores, e raramente de convicções políticas e de programa.

Umás vinte eleições são contestadas, devendo repetir-se. Quanto às restantes, um cálculo arriscado dava, anteontem, 47 ao Bloco, 53 ao Governo e 14 aos republicanos. Ontem à tarde, um jornal ministerial reduzia para 43 os eleitos do Bloco e fazia subir para 88 os votos já assegurados ao Governo. O facto é que este, por enquanto, tem uma maioria assegurada algo mais modesta e que, só quando estiverem definitivamente encerradas as eleições, subiria para 85 votos, enquanto os do Bloco esperam chegar aos 55; uma diferença média de 30 votos, que dá maior realce e importância ao pequeno grupo republicano, que o desenrolar dos acontecimentos poderá, de um momento para o outro, tornar o árbitro da situação.

As dificuldades do Governo não ficam por aqui. Este depara-se com a hostilidade do magistrado para a revisão dos poderes, uma espécie de Junta das Eleições, sorteada entre os mais altos graus da Magistratura, que decide sem apelo. Mas também sobre este corpo são várias e fortes as influências políticas. Fala-se de acordos e passagens de um grupo ao outro, o que se supõe levará a uma maior redução da maioria governamental.

O estado de espírito do Bloco é de orgulho. A batalha eleitoral foi feita com incrível vivacidade. Os clericais – aqui também há católicos mais sensatos, não muitos e menos influentes, naturalmente – foram um dos melhores instrumentos do Bloco e empenharam-se a fundo na luta. Um pároco vangloriava-se de ter percorrido, no dia das eleições, oitenta quilómetros a cavalo, à procura

de ovelhas ... eleitorais para levá-las às urnas. Também o representante do Vaticano, Mons. Tonti, esteve muito activo em favor do Bloco. O jornal dos adeptos de Alpoim critica-o acerbamente, e a questão será levada à Câmara, estando já na ordem do dia para uma interpelação. Quando a Câmara reabrir, o Bloco dará logo batalha e, conhecendo os métodos que levaram à queda do último Ministério, diz que recorrerá a todos os meios para impedir o normal andamento dos trabalhos e provocar uma crise¹.

Mas, em compensação, a orgulhosa hostilidade dos reaccionários granjeou para o Governo simpatias da outra parte, tornando inclusive os republicanos mais moderados com ele. Esta é uma indicação que o senhor Teixeira e os seus colegas mostram querer ter em conta.

*

Também aqui em Portugal (todo o mundo... latino é país), a prova do liberalismo e do radicalismo de um Governo está na sua política eclesiástica. Portugal até é menos católico que a Itália e a Espanha, sobretudo nas províncias do Sul. Há observadores católicos que admitem que a religião entrou em rápido declínio nos últimos vinte anos. O clero secular é muito pouco estimado, e as igrejas muito pouco frequentadas. As ordens religiosas, depois da supressão radical de 1834, quase deixaram de existir, e as poucas que sobreviveram tiveram de ocultar-se ou mudar de nome; as novas e as restauradas são uma importação do estrangeiro. Todavia, também aqui, o clericalismo é, por muitas razões, uma sólida organização e uma força; nunca poderia, como em Espanha, tentar uma luta política por sua conta, mas é um aliado poderoso, odiado ou procurado como tal. Precisamente por isso, a política eclesiástica tem até agora consentido ao Governo dar os seus passos mais radicais. Para confirmá-lo bastam dois dos actos muito recentes em matéria; aconteceram a seguir às eleições e os jornais destes dias falam deles abundantemente. Um é a fuga de certos frades “marianos” espanhóis, que abusivamente se estabeleceram na Aldeia da Ponte, uma povoação do Norte, e participaram

¹ O Bloco sabia que tinha influências poderosas na Corte e aproveitava-se delas. Veio a saber-se, por exemplo, que nas últimas eleições o Paço era o centro de uma intensa actividade eleitoral e de jogadas que embaraçaram o Governo.

com excessivo zelo na recente luta eleitoral. (O Governo mandou fazer um inquérito sobre o estado jurídico dos mesmos, que apressadamente fugiram não se sabe para onde). O outro é um decreto de 6 do corrente, que abole as multas estabelecidas pelo atraso das declarações nos registos de estado civil. Para compreender o valor deste decreto, há que ter presente que aqui ainda existe, com valor civil, o registo eclesiástico, e que os cidadãos podem escolher entre o registo eclesiástico e o civil: ou, melhor, podem dispensar o civil, mas não o eclesiástico, se não se quiserem expor a vexames e dificuldades por parte do clero, que lucra não pouco com o registo. Ora, a lei civil impunha multas pelos atrasos nessas declarações, uma disposição estranha, que castigava o atraso de um acto, de que o cidadão pode impunemente dispensar-se, e que, naturalmente, era totalmente vantajoso ao registo eclesiástico. Agora, não se ousa tocar na questão, mas, entretanto, as multas foram abolidas, e assim um pai que se recorde um pouco tardiamente de ter dado não só ao mundo um homem mas também um cidadão a uma pátria, poderá igualmente apresentar o novo cidadão aos representantes desta, sem temer multas.

Estas medidas são, naturalmente, de pouca monta e, embora possam granjear para o Ministério simpatias populares, não serão elas a mudar substancialmente a situação política. Para consegui-lo, antevendo o perigo que ameaça de perto a Monarquia, haveria que romper decididamente com a tradição política dos últimos vinte anos, revogando certas leis eclesiásticas odiosas, hoje não aplicadas, mas ainda em vigor, libertando a Corte das camarilhas reaccionárias e congraçando-a de novo com o povo, restabelecendo a confiança nas administrações públicas, inaugurando uma gestão económica que restaure a finança pública – e que magníficos recursos deve ter este país! –, separando o Estado da Igreja, iniciando uma boa política de reformas e de encorajamento à economia nacional e, de modo especial, à agricultura.

É urgente, portanto, acabar com as delongas e abrir-se com coragem à parte liberal e democrática do país; não, como pretendeu o ditador Franco, governando-o como a um menor e privando os adversários até dos mais elementares direitos civis. Seriam necessários homens de grande energia e rigidamente institucionais. Mas uma outra pergunta se impõe: ainda se está a tempo de o fazer, ou a parte nova do país pensa que já pode e deve dispensar a Monarquia e que precisa de novas instituições políticas?

O actual Ministério, embora timidamente, deu passos nessa direcção. Não nasceu de um projecto claro, não tem uma vontade firme, mas, embora tacteando, lançou-se quanto podia à Esquerda. Tem, por exemplo, entre os seus membros dois ministros, o das Finanças e o da Marinha, que são homens de valor e que recentemente fizeram declarações nitidamente republicanas, evocadas por um brilhante jornalista, João Chagas; declarações feitas no ensino, na universidade de Coimbra, a única existente em Portugal, e portanto, quase se pode dizer, em território republicano, uma vez que a universidade é o grande centro de difusão da ideia republicana. São, ao mesmo tempo, reveladoras de uma linha de pensamento e da coragem política dos actuais governantes.

Portanto, enquanto se espera e se aproxima a reabertura da Câmara, marcada para 23 do corrente, o Governo anuncia, através dos seus jornais, reformas importantes, apelando para o patriotismo dos deputados, a fim de serem serenamente debatidas, no interesse supremo da ordem pública e do país. Mas os de Extrema querem expressões mais claras de propósitos liberais. Também os republicanos dariam o seu voto a favor de boas reformas. A primeira que querem é a reforma eleitoral. Uma reforma eleitoral séria diminuiria o poder das clientelas políticas dos que governam e aumentaria o número dos representantes republicanos. Mas restituir ao país a tranquilidade e dar-lhe uma serena confiança nos seus governos e na Monarquia não seria a obra mais sabiamente monárquica?

Os acontecimentos di-lo-ão; talvez acontecimentos não muito distantes. Pois uma dupla erosão mina a classe média do Governo: o progresso do movimento republicano, por um lado, e a concentração da reacção, por outro. A vitória desta última seria o sinal de uma revolta imediata. Na Câmara Baixa, o Governo tem uma maioria fraca; na Câmara Alta está em minoria e deveria obter da Coroa a criação de um número suficiente de pares que lhe fossem favoráveis. O resultado, porém, seria sempre pouco.

A vida parlamentar recomeçará daqui a quinze dias, em condições difíceis. Uma solução catastrófica poderá também não estar longe.

II. UMA CONVERSA COM O MINISTRO DOS ESTRANGEIROS

A Corte está tranquila, mas o Governo anda preocupado. – Um ponto de vista muito... diplomático. – A intervenção dos católicos na política a favor da reacção. – O nosso pequeno Rei. – O clericalismo é sempre o mesmo em tudo: a política do desastre.

Lisboa, 10 de Setembro.

O jovem Rei D. Manuel estava anteontem no palácio real de Mafra, o enorme convento e residência real, a 10 quilómetros a Norte de Lisboa, mandado construir por D. João V, onde o seu filho* [sic] D. João VI gostava de salmodiar no coro com os frades, e que é como o Escorial de Portugal. D. Manuel II, dizem os jornais de hoje, ouviu Missa às oito da manhã, depois foi à caça e, regressando, fez-se inscrever solenemente como sócio e declarar-se padrinho perpétuo da Confraria do Sacramento e tomou parte numa procissão, que se tornou ainda mais solene pela circunstância da presença do rei.

A Corte está, portanto, tranquila, enquanto no mundo político português a agitação – sob uma calma exterior – é viva, a actividade é febril e os “diz-se” são muitíssimos.

* [Nota de edição:] Lapso de Romolo Murri: D. João VI (1767-1826) era neto (pelo lado do pai, D. Pedro III) e bisneto (pelo lado da mãe, D. Maria I), de D. João V (1689-1750).

Os republicanos, como quem espera que os acontecimentos venham até eles, não se movem; os seus chefes estão quase todos ausentes, gozando um pouco de repouso, neste breve período entre as eleições gerais e a reabertura da Câmara. O Bloco, porém, agita-se e trabalha; rebentam crises internas de presidência nalguns grupos e dissídios entre eles; afiam-se as armas para a batalha. A Junta das eleições, ou melhor, o Tribunal para verificar os poderes, também trabalha.

Trabalha, sobretudo, o Governo. Numerosos projectos de lei são anunciados. Só o ministro das Finanças anuncia uns trinta, alguns importantíssimos, o bastante para dar trabalho a duas legislaturas portuguesas, se tivessem a duração normal e o hábito de se ocupar de projectos de lei.

Também o ministro da Justiça trabalha. Pensava ter um encontro com ele e munira-me de uma boa apresentação, mas está fora de Lisboa, em cura de águas. Aliás, o que teria para me dizer teve a cortesia de dizê-lo, mais ou menos, a um outro jornalista, português e ministerial, que o relata abundantemente nos jornais. Desisti da ideia de me dirigir ao Presidente do Conselho, porque dizem-me que não fala francês. Em compensação, acabo de ter uma longa e interessante conversa com o ministro dos Estrangeiros De Azevedo Castello Branco, que me apresso a transcrever.

O ministro dos Estrangeiros encontra-se na vida pública há muito tempo, mas esta é a primeira vez que está no Ministério; não tem um grupo próprio na Câmara e vem das fileiras conservadoras; mas ocupa, por talento e habilidade, uma posição eminente entre os seus colegas. É alto e robusto, e o uniforme que veste aumenta-lhe o aspecto marcial; as suas maneiras, porém, não são marciais, mas cheias de cortesia.

Preparado, não certamente para receber dele o juízo definitivo da situação, mas para ouvi-lo falar como convinha a um ministro, e ministro dos Estrangeiros, esperava todavia que me dissesse como o Governo encara a presente situação, e com que ânimo e projectos se prepara para enfrentá-la. O ministro não me dá tempo para fazer as minhas perguntas, e entra quase imediatamente no ponto escaldante.

— O Senhor terá visto – disse-me – o enorme rumor que fizeram os republicanos com a sua vitória eleitoral. Exaltam-na muito; e, ouvindo-os, poderia parecer que as coisas aqui estivessem num ponto crítico e cheias de riscos. Há sobretudo um, que não vive cá, o Magalhães Lima, que de Paris enche a imprensa estrangeira com comunicações tendenciosas. Essa campanha prejudica Portugal; penso que mire a dificultar ao máximo um matrimónio do nosso jovem Rei, dando a ideia de que Monarquia está ameaçada de uma revolução iminente. Mas não é o que acontece. O povo português é sinceramente afeiçoado ao Rei, e este é recebido em toda a parte com sinais de grande simpatia. Há todavia, sobretudo aqui em Lisboa, um certo número de pessoas cultas, laureados e profissionais, que não encontram espaço suficiente nos empregos públicos e que fazem muito barulho. As pessoas, entregues aos seus afazeres – e o Senhor terá visto como aqui se trabalha activamente e que o país está em franco progresso – são alheias a tais agitações.

— Fez todavia muita impressão, também fora daqui, a grande vitória republicana nas últimas eleições.

— Sem razão. Veja, ela deve-se a duas razões: à organização muito hábil do movimento republicano em Lisboa e à divisão dos monárquicos nas últimas eleições. Poucos dias antes, perguntei a um operário que trabalhava na minha casa por quem teria votado, e respondeu-me: pelos republicanos. Perguntei-lhe porquê, e disse-me que tinha filhos na escola de um “centro” republicano, onde se os ajudava com distribuição de roupa e livros. Para muitos do nosso povo, ser republicano significa ter escolas especiais para os filhos, institutos de crédito, médico de graça e outros benefícios. Assim, os agitadores arrastam eleitoralmente o povo e, depois, falam em nome dele. Fora de Lisboa os republicanos têm, naturalmente, outros centros de propaganda e correspondentes: mas não é grande coisa. Já os monárquicos têm aqui, como em muitos outros lugares, o defeito de se abster de votar em grande número. Na Espanha, Maura introduziu o voto obrigatório; se existisse também entre nós, ver-se-ia que a maioria, também em Lisboa, é fiel à Monarquia. Depois, o Bloco dividiu as nossas forças. Foram apresentados, sem nenhum acordo com o Governo, nomes inadmissíveis para nós, e teve de se fazer uma outra lista.

E o ministro continua fazendo cálculos eleitorais, em que as cifras assumem uma certa elasticidade diplomática, a que me abstenho de fazer objecções.

— Porém, Excelência, também as vicissitudes parlamentares dos últimos anos mostram que há um emaranhado de dificuldades políticas, graves e substanciais, que não se conseguiu resolver.

O ministro concorda. Fala-me difusamente da crise dos partidos, acena à má administração do passado, lamenta que os partidos não se fundem sobre ideias e programas claros. Depois, observa que o grupo parlamentar republicano não é tão numeroso que possa ter muito peso na vida política.

— Mas – observe-lhe – a dificuldade agora não vem dele, mas da Direita. Parece-me que, à margem dos velhos partidos, que Vossa Excelência criticava, foi-se formando no país uma opinião liberal e democrática, que quer reformas sérias; talvez não seja ainda decididamente republicana, embora os republicanos sejam hoje os seus porta-vozes, mas pode tornar-se republicana de um momento para o outro, se não se satisfizerem os seus legítimos desejos.

— Estou plenamente convencido de que a acção do Governo deve ir no sentido liberal. E veja que é precisamente nessa direcção que se move o Ministério. É estranho que nós, antigos conservadores, tenhamos sido levados a fazer uma política assim liberal, e com sinceridade. Nas últimas eleições, os grupos do Bloco cometeram duas grandes falhas: a de não compreender que, no interesse do país e da Monarquia, havia que procurar inaugurar uma política de negócios e reformas, deixando de lado competições pessoais e mesquinhas, e a de arrastar para a luta o clero e a Igreja. É incrível a parte oficialmente tomada pelos católicos, pelo clero, pelas ordens religiosas e, de modo especial, pelos jesuítas, nas últimas eleições; parecia que estava em causa salvar o país de mergulhar no ateísmo. E dizer que também nós somos católicos; ninguém os molestava ou tinha intenção de molestá-los. Considero um erro enorme formar um partido católico num país católico, que vive em paz com a Igreja: primeiro, porque, assim, vem-se a formar uma dupla categoria de católicos, em que uns, os politicantes, seriam os verdadeiros e perfeitos, e os outros falsos e incompletos; e, depois, porque se oferece aos adversários razão para

combater a religião e o catolicismo por motivos políticos. E entre nós houve, veja, congregações religiosas que criaram esse estado de coisas, depois de, com a lei de 1901, lhes termos reaberto as portas do país, permitindo que se reconstituíssem pacificamente, com a condição de se ocuparem de ensino e beneficência. Ao contrário, a maior parte delas meteu-se logo na política com uma paixão verdadeiramente digna de melhor causa. E até se quis organizar um partido nacionalista. Foi o Núncio Apostólico, Mons. Jacobini, homem de talento e muito activo, que deu um forte impulso à actividade política dos católicos e estimulou-os a formarem um partido. Pouco conseguiram como partido, mas política fizeram e continuam a fazer muita. Pois isso, no que diz respeito ao clero e às Congregações, o Governo não pode tolerar. E, portanto, como vê, tivemos de tomar medidas.

O ministro, a esse respeito, chama-me a atenção para a condenação por parte de Roma de uma revista católica portuguesa, a *Voz de Santo António*, e para a portaria com que o Governo reprova o Arcebispo de Braga por ter dado seguimento a esse decreto sem o placet régio.

E continua:

— Hoje também, com uma outra “portaria”, tivemos de dissolver a casa dos “marianos” (uma congregação espanhola) de Aldeia da Ponte. Deviam, segundo a lei de 1901, abrir e ter escolas e não fizeram nada, e a investigação apurou, a seu respeito, coisas ... pouco limpas. (O termo usado pelo ministro foi outro). E outras medidas virão a seguir. Foram os próprios católicos, repito, que nos forçaram a isso, contra toda a nossa intenção.

— São iguais em toda a parte. Conheço bem os clericais italianos, e agora vi em Espanha o que querem e o que fazem.

— Pois na Espanha acontece precisamente o mesmo. O que o Senhor Canalejas quer é a coisa mais simples e mais justa deste mundo. O projecto de lei que apresentará na Câmara é traçado quase sobre o nosso decreto de 1901. As congregações religiosas devoram a Espanha. São demasiadas, demasiadas, e muitas são riquíssimas, enquanto outras são paupérrimas. Chega a haver, em cidades pequenas, catorze e quinze conventos; não sabem como manter-se e disputam raivosamente umas às outras os poucos recursos. Era impossível não

tomar providências. E Canalejas – acrescenta o ministro com tom seguro – tem o total apoio do Rei. Nós, pelo contrário...

*

O assunto torna-se escabroso. Espero que o ministro prossiga. E, depois de uma breve pausa, retoma:

— O nosso Rei é inteligente e simpático: mas tem pouco mais de 20 anos. Não foi educado para o trono e é muito tímido. Deixa-se influenciar muito, não digo pela Rainha-Mãe, mas por pessoas da Corte, que o aconselham mal. Hoje, veja, está muito magoado com essa história da procissão de Mafra. Para ele, trata-se de uma coisa simplicíssima. Também o pai participava em procissões católicas. Certamente não imaginou que o seu acto teria sido interpretado como uma condenação da crueldade dos seus ministros, que tiveram de tomar medidas recentes contra bispos e religiosos. E tivemos de fazer-lhe ver o inconveniente.

Uma outra breve paragem, e regressámos à situação política.

— Afianço-lhe – diz-me o ministro, desmentindo um pouco o optimismo com que começara – que a nossa posição, agora, não é muito fácil. O país encontra-se num estado de crise e não sei ainda como sairá dela. E eu encontro-me aqui, agora, quando gostava tanto de viajar nesta estação e repousar um pouco, no Norte, onde também tenho os meus negócios.

— Mas, em momentos como estes, sobretudo os homens de talento e vontade, como Vossa Excelência, gostam de trabalhar. Se o Governo conseguir inaugurar uma política de reformas séria e vigorosa, poderá talvez travar o mal-estar e a incerteza que julgo terem atingido proporções alarmantes e conciliar com a Monarquia essas novas forças que fazem pressão sobre a vida pública. E pelos projectos que o Governo está a anunciar e pelos actos já realizados, parece-me que o Presidente do Conselho e Vossa Excelência e os seus colegas compreenderam-no bem.

Neste ponto, a conversação, que durava já uma hora, foi interrompida por um secretário, que vem advertir o ministro ser hora da assinatura real; ele porém entretém-me mais uns minutos e fala-se da instrução pública em Portugal e da sua óptima organização, feita há alguns anos na linha da alemã, mas com oportunas alterações. O tema é interessante e interessantes são também as informações que o ministro me dá, ele que por muitos anos foi precisamente director geral da Instrução Pública, que, em Portugal, não tem um ministério próprio. A meu pedido, promete enviar-me documentos oficiais que me elucidem sobre a questão.

Ao despedir-me, pede-me notícias do ministro Luzzatti – que são boas – e diz-me que estava na Itália precisamente quando caiu o ministro Sonnino e que esteve na Itália outras cinco vezes e que gosta muito dela.

— Gostaria – digo-lhe – que as relações entre os dois povos fossem mais frequentes e intensas.

— Estamos agora a negociar um tratado de comércio com a Itália, que espero traga vantagens comercialmente. Quanto à vossa vida intelectual e artística, é seguida aqui em Lisboa com vivo e constante interesse².

Um novo aviso veio adverti-lo que era hora de largar.

— É por isto – diz-me sorrindo – que estou de uniforme; tenho de ir com Sua Majestade o Rei, e a seguir temos Conselho de Ministros.

*

Ao descer as escadas do Ministério dos Estrangeiros, pensava: Eis um conservador, católico, monárquico, que em Portugal, como outros em França e outros em Espanha e outros na Itália, dá o mesmo testemunho do clericalismo.

² Tanto em Lisboa como em Madrid notei um profundo desinteresse pela nossa política estrangeira da parte destes países, onde também a influência da cultura italiana poderia ser muito maior. Em ambas as cidades, por exemplo, o consulado italiano está confiado a não italianos, que não promovem nenhuma actividade e iniciativa, que os nossos conterrâneos em vão solicitam. Em nenhuma das duas cidades há um correspondente estável de jornais italianos. Só em momentos excepcionais aparecem jornalistas a pedir uma entrevista sumária, mandando para a pátria impressões e juízos muitas vezes completamente erróneos.

Aqui, porém, o facto pode ser mais dramático. Uma Monarquia que os favoreceu amplamente, que reabriu, com uma ficção legal de dupla natureza, as portas do país às congregações religiosas, que haviam sido expulsas, e que paga um preço tão alto de impopularidade nos grandes centros pela simpatia que tem com os padres e os frades, vê-se constrangida, para salvar a sua existência, a ir ao encontro dos elementos jovens e sãos do país, que apenas pedem governos mais honestos e menos impreparados, e esta gente, este clero e estes devotos, erguem-se a esbarrar-lhe o caminho, talvez na hora decisiva, e, com um esforço eleitoral fanático, reforçam e quase renovam a reacção!

Aquele padre que se gabava de ter feito oitenta quilómetros a cavalo no dia das eleições galopava talvez ao encontro de estranhas surpresas.

III. O FIM DE UMA MONARQUIA

Situação revolucionária. – A casa de Bragança. – Os últimos reis. – João Franco e a ditadura. – O regicídio. – A trégua do medo. – Política de hesitações.

Lisboa, 13 de Setembro.

Quando, no “Directíssimo” que parte de Madrid para Lisboa três vezes por semana, descia rapidamente para o Tejo e para a capital de Portugal, trazia ainda os ouvidos cheios do grito de vitória da Lisboa republicana, após as eleições de 28 de Agosto, difundido por toda a parte. E perguntava-me por que razões psicológicas e históricas estes dois povos ibéricos, que não se sabem governar e se acomodam indolentes na rotina e nas distrações, que são caras à sua ociosa imaginação, sentem a necessidade de personificar na Monarquia os seus males e, em vez de se modificarem a si próprios, pensam em modificar o regime constitucional.

Poucos dias de estadia aqui, de largas pesquisas e rápida reflexão, persuadiram-me de que a pergunta, no que concerne a Portugal, está fora de lugar; a corrente republicana, aqui, brota espontânea dos acontecimentos políticos dos últimos vinte anos e encontra o seu principal alimento na fraqueza e nos erros da Monarquia, no mau governo de homens e partidos, que nela procuravam e renovavam a sua fortuna política, escondendo-se no ténue véu das minúcias constitucionais e esforçavam-se por agradar-lhe, indo buscar à Corte directivas.

Já disse o que caracteriza o actual momento político em Portugal e inspira previsões obscuras: a vida pública quase que se fechou num círculo restrito de pessoas, homens de negócios, que vivem servindo o Estado ou profissionais, sobre quem os interesses privados pressionavam mais que uma consciência pública infantil e incerta; pessoas que, dividindo-se e subdividindo-se em clientelas pessoais, se alternavam no poder, distribuindo entre si o espólio, acumulando dívidas e antipatias populares. À margem deste círculo restrito e vicioso de politicantes, foi-se formando, nestes últimos tempos, uma classe política nova, que vê na Monarquia o centro da infecção e deseja uma mudança constitucional. E o Governo encontra-se entre os dois: se permanece no velho terreno, a que influências poderosas o prendem, é abafado pelas cobiças desmedidas dos que temem ver fugir-lhes da mão o poder e que se agrupam hoje no Bloco; se sai em direcção a esta nova burguesia, teme ser absorvido por ela e abrir estrada à República, o caminho largo que Bernardino Machado dizia ser o da persuasão e do voto.

O leitor italiano, habituado à vivacidade da nossa crítica política, que porém certamente não provoca nos ânimos impulsos revolucionários, talvez pense que eu esteja a exagerar, como se estivesse a tomar apontamentos para um discurso parlamentar contra o senhor Teixeira de Sousa. Ora, falava eu hoje demoradamente com uma das mais distintas pessoas da nossa diminuta, mas selecta, colónia italiana – a definição é do egrégio representante da Itália em Lisboa, marquês Paolacci de Calboli, um verdadeiro senhor, inteligentíssimo, que sente como poucos a dignidade do seu cargo; – e essa pessoa, que já está aqui há trinta anos, a concluir muitos pormenores que me contou, comparava a vida pública daqui à de Constantinopla. A política, em vez de contribuir para o progresso do país, perturba tudo: o dinheiro público é gasto da pior maneira; o país, riquíssimo de recursos, com prósperas colónias, com poucas despesas militares e de obras públicas, foi levado quase à beira da falência; a cultura é atrasadíssima (76 por cento dos portugueses, segundo a estatística de 1900, são analfabetos!), as liberdades políticas incompletas e ameaçadas, os privilégios e os monopólios muito frequentes e poderosos.

E esta não é verdadeiramente a descoberta de observadores imparciais ou a crítica maldosa dos partidos, que, na Itália, usando um termo pudico e elástico, seriam chamados subversivos. Quando, em 1906, João Franco, o ditador, subiu ao poder, ele, que fora ministro reaccionário e... como os outros,

teve alguns meses de popularidade, percorreu Portugal, falou ao povo em bom som e livremente, dizendo que o país fora governado por ladrões, que estava tudo a cair em ruína e que era hora de aplicar energeticamente os remédios. E o povo, por um certo momento, acreditou nele. Estava cansado dos velhos partidos, “regeneradores” e progressistas, que há muito se alternavam no poder, de quatro em quatro anos, quando uns se cansavam de desgovernar e os outros de esperar. Por outro lado, esses partidos “rotativos”, como o público os chamava, tinham acabado por se desgastar por si próprios, com discórdias intestinas: e o último ministério Hintze Ribeiro, que precedeu a ditadura, só conseguiu durar cinquenta dias; metade do tempo de um ministério Sonnino.

*

O país, portanto, estava cansado e de boa vontade teria perdoado a João Franco o seu passado, pouco prometedor, de que declarava fazer reparação, e mesmo a ditadura, se ele se tivesse servido do poder excepcional que lhe era confiado para acabar com as velhas clientelas e colocar a vida pública portuguesa numa base mais larga e mais popular. Mas fez precisamente o oposto, e a sua política levaria ao regicídio de 1 de Fevereiro de 1908.

A Casa de Bragança nunca foi popular em Portugal. Ao subir ao trono, com D. João IV, em 1640, depois da revolução e da guerra que separaram Portugal da Espanha e puseram fim ao triste período dos oitenta anos de “servidão”, não teve homens de grande valor, não ligou o seu nome a algum acontecimento nacional, deu soberanos fracos, esbanjadores, viciados, que não raramente traziam a marca de uma manifesta degeneração psíquica; desde D. Afonso VI, um homem sem vergonha e sem sexo, ao rei que fugia para a América, abandonando Portugal às fúrias da Invasão Francesa para regressar à Europa quando terminou a epopeia napoleónica.

“Duzentos e setenta anos” – escreve um português – “de opressão moral. Reis que cantavam no meio de frades e monjas, em Mafra ou Odivelas; reis que se vendiam à tutela estrangeira; reis que faziam vir para a nossa terra as armas de um inimigo estrangeiro que, se respeitamos como vizinho, odiamos como soberano. Duzentos e setenta anos de paz fictícia, de falsa liberdade, de ruína latente, de opróbrios, sempre no limite da desonra moral, vendo esboroar-se, por concessões e infâmias, favores e tratados humilhantíssimos, o

imenso património colonial que nos tinham conquistado a audácia e a bravura dos antepassados”.

*

Aliás, os Braganças já quase nem são portugueses, uma vez que a estirpe foi renovada em 1826, com o matrimónio de um príncipe alemão, Fernando de Saxe-Coburgo-Cohary, com D. Maria II, a triste rainha, “alma de Luís XI num corpo pingue de mulher”.

O seu filho, um príncipe medíocre, de tendências liberais, foi o melhor do novo ramo e recebeu elogios exagerados de Herculano, o famoso autor da *História de Portugal*, que ele protegeu. Menos popular foi o sucessor, D. Luís, marido de Maria Pia, que reinou de 1861 a 1889 e cuja libertinagem foi largamente alimentada com o dinheiro público.

Em 1880, o povo português celebrou com unânime entusiasmo o centenário do seu grande poeta nacional, Camões. O Rei não compreendeu o significado dos festejos e manteve-se alheio, para grande desgosto do país.

Maria Pia, irmã de Humberto I de Sabóia, vindo para cá com catorze anos, se não goza de uma verdadeira popularidade, é respeitada e estimada pelo povo; o seu gosto pelo fausto e a sua generosidade levaram-na a gastar muito dinheiro, pelo que teve por vezes de recorrer a famosas somas e adiantamentos, que ministros complacentes lhe passavam, e houve vezes que até recorreu ao irmão, Rei da Itália; e o filho Carlos aprendeu com ela a facilidade de esbanjar, que viria a ser uma das principais causas da ruína da Monarquia. Muitas vezes, porém, mostrou energia e teve uma visão clara dos acontecimentos e deu conselhos que não foram escutados; nunca foi favorável ao clero e aos clericais e, quando estes lhe faziam pressão para obter alguma concessão muito desejada, respondia com orgulho: sou a filha de Victor Manuel, e com esse apelativo era por vezes aclamada pelo povo.

D. Carlos I, de talento limitado, pouco culto, indiferente aos assuntos do Reino, artista, aprendiz de pintura, amigo do fausto e dos divertimentos, libertino, fugia o mais possível do “tédio lisbonense”; passava grande parte do ano no mar, entre passeios galantes e pesquisas oceanográficas; dava mão livre aos seus ministros e contentava-se em viver e gastar regamente. Como Leopoldo da Bélgica, amava Paris e não raramente a visitava. Só que as suas

finanças não eram as do real colega e depressa teve de recorrer a célebres antecipações, indo buscar abundantemente ao erário público quantias, que, depois, não figuravam nos balanços e de que nunca se soube o montante exacto, mas que fazem subir à cifra de cerca de 15 milhões ou 3.000 “contos de reis”. Não é de admirar, portanto, que fosse extremamente impopular. Céptico no seu coração e desprezando o clero, deixou actuar, neste campo, a rainha sua mulher e a aristocracia da Corte; e no Verão que precedeu a sua morte, participou com grande pompa na solene procissão do Corpo de Deus.

A rainha D. Amélia, sua mulher, filha de Luís Filipe, rei de França, e irmã da duquesa Helena da Aosta, educada religiosissimamente, é conhecida pelo povo, sobretudo pelos favores que constantemente faz ao clero e aos religiosos. Diversas congregações femininas foram chamadas por ela da França, para obras de assistência e beneficência; e ao seu encorajamento também se atribui algumas iniciativas de patronado e de obras sociais, tomadas pela aristocracia de Lisboa; há que admitir, porém, que tudo isso contribuiu para separá-la ainda mais da alma do povo, cujo tradicional brio se sentia ofendido pelo frio desdém da rainha e para o qual a beneficência de damas e freiras soava a ultraje de esmola e insídia.

*

Portanto não era da Coroa que João Franco podia receber estímulo a servir-se do poder excepcional de que se apoderava e que a dificuldade da situação justificava, talvez, para pacificar a vida pública e alargar o círculo, desligando-a definitivamente das velhas clientelas e introduzindo nela elementos novos e sãos. Ao contrário, Franco propôs-se incrementar o poder real e a ditadura sistemática. Abundou em aumentos de salário para os funcionários públicos e para os oficiais do exército e da marinha, para mais afeiçoá-los à Monarquia e à classe política dominante. A ele se deve a reorganização da Guarda Civil, verdadeira milícia de pretorianos, extremamente odiada pelo povo, na qual sobretudo se confiava para enfrentar uma eventual revolução, já que não se podia confiar na fidelidade do exército.

O ditador enfrentou com audácia a inconstitucionalidade no caso das antecipações à Coroa, sufocando na Câmara a discussão, ao afirmar que se tratava de um assunto do Governo e não do Parlamento; pouco depois, ao serem

transferidas para o Estado algumas propriedades passivas da Coroa, passava a esta um recibo de 720 “contos de reis”, quantia muito inferior à que se presume ser a verdadeira. E no contrato figurava o famoso iate de D. Carlos I, onde este gostava de viver e viajar e dava festas e recepções galantes; o Estado tinha-o pago e agora retomava-o, passando-o a quem já o usava. E aumentou-lhe a lista civil. E Franco fez pior, inaugurando uma série de medidas repressivas, desafiando abertamente os que não se dobrassem ao seu domínio. O que fez, analisando-o hoje à distância, parece uma loucura, e o horrendo regicídio de 1 de Fevereiro de 1908 é visto como o termo espontâneo desses erros. Júlio de Vilhena, o chefe do Partido Regenerador depois da morte de Hintze Ribeiro, declarava, com uma frase que ficou célebre: “Tudo isto só pode acabar com um delito ou com uma revolução”. E terminou com o regicídio real de 1908.

Franco quis e obteve da Câmara uma lei contra a imprensa, dando, pouco depois, instruções aos Prefeitos para suprimir os jornais contrários ao Governo. A 13 de Fevereiro de 1907 fez aprovar a “lei criminoso”, que permitia ao Governo prender e deportar, sem julgamento, os que fossem considerados perigosos para a ordem pública.

A indignação dos republicanos e de todos os elementos populares crescia. Franco sabia-o e desafiava os seus inimigos a implantarem depressa a República, caso contrário, nunca mais o conseguiriam. Prepara-se uma conspiração em Janeiro de 1908. A 21, dois jornalistas foram presos em Lisboa. Nos dias seguintes, continuaram as prisões; prendem-se não apenas os republicanos, mas muitos do grupo radical-constitucional, chefiado por Alpoim; este viu-se obrigado a fugir e a atravessar a fronteira. A 27 é preso o deputado republicano Afonso Costa, que se supunha ser o chefe da conspiração. A 30, cinco jornais foram obrigados a suspender a publicação. A 31, aniversário da revolta republicana do Porto de 1891, o ministro da Justiça apresentou-se ao Rei, que residia com a família real na sua propriedade de Vila Viçosa, e fê-lo assinar o decreto da “morte civil”, que autorizava a prender e deportar por razões políticas quem o Governo entendesse; e os atingidos perderiam, além da liberdade, os direitos civis, os títulos, etc. O uso dessa arma, nas mãos de um ditador, haveria de ser certamente terrível; todos os que tinham feito a campanha contra ele e eram conhecidos como organizadores republicanos viram-se ameaçados nos bens, na pessoa e na vida, por um inimigo que acumulara nas suas mãos todos os poderes do Estado.

Mas, no momento supremo, faltou ao ditador a habilidade. A 1 de Fevereiro, os jornais publicam esse decreto e, ao mesmo tempo, informam que a família real regressa à cidade nessa mesma tarde. E o povo pergunta-se consternado: “O que vem ela fazer?”. E todos prevêem que algo irá acontecer.

O que sucedeu foi o regicídio; mais ainda, a tentativa de massacre de toda a família real. Foram mortos o Rei e o herdeiro da Coroa. É evidente que a conjura foi preparada no mesmo dia. Os executores foram mortos na ocasião, mas os cúmplices nunca mais foram procurados. Duas semanas depois, 80.000 pessoas vão depor flores sobre o túmulo do regicida. Uma subscrição para os dois filhos deste, o professor Buiça, que com grande sangue frio, saltou para o estribo da carroça real e, tirada a carabina de baixo do sobretudo, atirou dois tiros mortais, recolhe em pouquíssimo tempo mais de 100.000 libras.

A conjura fora preparada num dos numerosos círculos secretos de Lisboa. Outras duas emboscadas, no caso de o primeiro golpe falhar, estavam prontas no percurso entre o cais da Praça do Comércio e o palácio real.

*

D. Manuel II, jovem de vinte anos, tímido, não educado para o trono, subia ao poder num momento difícil. Mas o regicídio dera desafogo – e que desafogo! – às paixões acumuladas, às cóleras e aos ódios. E ao jovem Rei, ou a quem mais devia e podia influir sobre os seus conselhos, era dada a possibilidade, serenamente e sem impaciência, de começar de novo. Precisamente com esse programa, foi chamado a formar o primeiro Ministério do novo Reino um homem estranho aos partidos, Ferreira do Amaral.

Não haja dúvida que era preciso mesmo começar de novo. O regicídio não fora obra de um partido. E, para além dos partidos, havia uma opinião pública já formada e que desejava impacientemente reformas sérias. Os cerca de dez mil eleitores lisboetas, que, nos últimos três anos, haviam passado para o Partido Republicano, deveriam ser conquistados pela nova política a inaugurar depois da morte de D. Carlos I.

Era necessário restabelecer a confiança. Deixou da haver represálias violentas, deram-se muitas amnistias, mas não se foi corajosamente ao encontro dos novos elementos. Era necessário fazer esquecer o passado; foi anulado o decreto de 31 de Janeiro, mas permanecem as leis contra a imprensa e sobre os

anárquicos. A lei eleitoral não foi alterada. As reformas foram poucas e pouco eficazes. Os métodos ficaram os mesmos. Os homens políticos continuaram a saquear o dinheiro público e dos bancos³.

³ Um dos escândalos mais recentes e graves é o do *Crédito Predial*, de que era director José Luciano de Castro. Transcrevemos o extracto das declarações feitas pelo vice-governador do Instituto, Sousa Rodrigues, na assembleia de sócios, realizada a 7 de Junho do ano corrente:

O vice-governador, que tanto contribuiu para fazer luz sobre todos os escândalos do *Crédito Predial*, toma agora a palavra. Ele assume o empenho de dizer com toda a franqueza, sobre a sua honra e dignidade pessoal, o que conseguiu apurar.

Mandou-se fazer um inquérito por peritos. Estes, num primeiro relatório, declararam não ser fácil satisfazer o desejo dos administradores, porque as falsificações e os vícios de contabilidade datavam de havia muito tempo, sendo muito diferentes os procedimentos utilizados. Todavia, do pouco que se pôde apurar, com investigações que duraram muitíssimo tempo, resulta:

“A contabilidade de 1909 deve ser refeita quase por completo, tantas foram as irregularidades encontradas. Poucas são as contas e os balanços que não contêm vícios mais graves.”

Desde 1875 não se procedia à amortização das obrigações. A Companhia tinha em conta própria 21.000 obrigações, o que lhe criava uma situação difícilima.

As contas que figuravam no livro dos credores e devedores eram muitas vezes desdobradas, aparecendo no livro a sucursal da Companhia no Porto como um banco especial, onde a Companhia punha depósitos à sua ordem. Inventavam-se devedores inexistentes, figurando entre eles Fonseca, Santos e Viana, como devendo 70 contos, quando na realidade não deviam nada ou quase nada. O Banco de Portugal aparece com uma dívida de 204 contos, fictícia, o Banco Lisboa e Açores, com uma de 64 contos.

Na dívida do visconde de Chancelleiros foram acrescentados 50 contos. No capital inicial faziam-se acrescentos fictícios.

Mas o mais grave e escandaloso são, talvez, as obrigações que circulavam sem garantia de dividendo e que atingiam a enorme cifra de 1.729.497.212 reis. E em 1905 não foram registados nas contas de lucros e perdas os interesses pagos a diversos Bancos, que atingem a soma de mais de 100 contos.

“As contas de 1905 foram fechadas com um excedente de 91 contos. Este excedente não existe. Deviam, ao contrário, ter fechado com um déficit de 61 contos. Em 1909, repetia-se a burla, acusando um activo de 88 contos, quando, ao invés, havia um déficit de 14 contos. A dívida do Conde de Carvalhal também está falsificada, pois, sendo de 21 contos, aparece como sendo de 64”.

A Companhia perdeu até agora 1.030 contos (mais de 5 milhões de liras), ou seja, mais de metade do seu capital. Na base de uma clara disposição do Estatuto, deveria ser dissolvida; em vez disso, de há quinze anos se vai distribuindo aos accionistas um dividendo fictício de 8% sobre o capital realmente depositado.

E o primeiro Ministério, que era de pacificação, durou pouco. O Ferreira foi-se, dando a entender que a verdadeira regia dos assuntos estava noutra mão e não nas suas mãos. A breve trégua do medo expirava com ele, e a situação piorou, pela fragmentação e dissolução dos antigos partidos “rotativos”. De facto, em pouco mais de dois anos, sucederam-se três ou quatro Ministérios e a Câmara foi dissolvida por duas vezes. A pressa e previsão da catástrofe aumentaram a audácia e a ganância dos que chegaram ao poder; impossível, no emaranhado das paixões e apetites, na exasperada inquietude da reacção, governar constitucionalmente.

O actual Ministério está mais à Esquerda. Mas encontrou-se entre dois fogos e actua de forma atabalhoada e incerta; tem contra si a coligação de toda a reacção e não dá provas de querer enfrentar resolutamente a situação. Em condições normais, seria uma linha de comportamento compreensível, mas a situação excepcional exige remédios enérgicos, e estes não aparecem.

Por exemplo, dizia-vos que também aqui a política anticlerical é prova das intenções do Governo; aqui, ainda o é mais que noutros lugares, porque o poder dos clericais é pouco, e porque a opinião pública está verdadeiramente amadurecida para uma radical separação da Igreja do Estado. Pois bem, depois da modesta reforma do “registo civil”, de que falei, a uma comissão de cidadãos, que foi agradecer o ministro, este disse que tinha intenção de apresentar, na reabertura da Câmara, um projecto de lei para abolir o estado civil eclesiástico; mas, pouco antes, fizera declarar oficialmente e em nome do Governo, através de um Prefeito do Reino, “ser mentira que o Governo pensava em estabelecer o registo civil obrigatório ou tivesse tomado algum compromisso nesse sentido”.

É verdade que essa declaração fora feita a 17 de Agosto, na véspera das eleições. E, salvo raras excepções, os senhores párocos, não obstante as declarações do Governo, preferiram votar no Bloco...

E o Governo, na altura em que rebentaram os escândalos, tencionava contrair uma dívida coberta pelas obrigações da Companhia!

Na assembleia geral de 7 de Junho o novo presidente, recusando-se a publicar o relatório dos peritos, dizia:

“Dar a conhecer ao público documentos que provam tudo ou quase tudo o que foi dito, não nos parece oportuno. Dizemo-lo sinceramente, na certeza de cumprir o nosso dever”.

Um regime que precisa destes piedosos silêncios já está condenado.

IV. A PREPARAÇÃO REPUBLICANA

As origens republicanas. – A organização e a tática do partido. – Está tudo pronto. – Na redacção de *A Lucta*. – Uma visita à Câmara Municipal e ao seu presidente republicano.

Lisboa, 15 de Setembro.

O momento não é o mais favorável a um estudo, feito aqui em Lisboa, sobre a situação política de Portugal. A pouco tempo das eleições e na véspera da reabertura da Câmara – embora já se fale de um novo reenvio – os principais homens políticos, e até alguns ministros, estão fora de Lisboa para descansar.

Está fora Bernardino Machado, para quem um seu amigo, revolucionário espanhol, me passara um bilhete de apresentação, e que muito desejava encontrar; está fora o Almeida, médico benéfico e humanitário, o homem mais popular de Lisboa; está fora um coronel do Estado-Maior republicano, de quem poderia receber a melhor informação sobre os progressos da ideia republicana no Exército; está fora também Afonso Costa, o tribuno deputado, o Gambetta* da futura República.

* [Nota de edição:] Léon Gambetta (1838-1882) nasceu em Cahors, formou-se em Direito em Paris e iniciou a sua actividade profissional como advogado. Foi eleito deputado pela primeira vez em 1869, revelando-se um grande orador. Integrou o Governo de Defesa Nacional (1870-1871), o primeiro da III República, como Ministro do Interior e da Guerra. Exerceu o

Mas outros, muitos, estão no seu posto de combate.

Está aqui João Chagas, fervoroso polemista, representante da ala extrema do seu partido, agitador cheio de vigor. Tive duas longas conversas com ele, no seu escritório elegante e luminoso, numa casa dos bairros novos, primeiro andar, que dá para a rua. Ao ir visitá-lo, perguntava-me se saberia falar francês, mas, mal entrei no escritório, fiquei tranquilo, vendo que estava rodeado sobretudo de livros franceses, tendo sobre a sua escrivaninha um recentíssimo volume sobre o estilo francês. De facto, ao entrar, com um rosto robusto iluminado por um sorriso cordial, cumprimenta-me logo em francês perfeito.

João Chagas faz-me rapidamente a história do movimento republicano, que é a história da sua própria actividade de vinte anos. Começou em 1890, com o problema que Portugal teve com a Inglaterra por causa de uns territórios na colónia portuguesa de Moçambique. A 11 de Janeiro desse ano, o Governo inglês mandara um ultimato a Portugal, impondo-lhe a evacuação, dentro de 24 horas, dos territórios contestados, e Portugal teve de ceder.

Da irritação profunda do país por essa violência que teve de sofrer e pela imprevista revelação de uma fraqueza militar e diplomática que expunha o país a humilhações tão graves, e do exame de consciência que daí foi feito, começou a crise que ainda não foi resolvida. O Rei D. Carlos subira ao poder um ano antes; o povo ficou com a impressão de que ele não alinhava muito com a irritação do país, tornando-se ainda menos popular. Passado cerca de um ano, a indisposição e o mal-estar nacional tiveram um desfecho trágico na insurreição de 31 de Janeiro de 1891 no Porto, em que diversos regimentos participaram. Vencidos e domados nas ruas, os revoltosos reuniram-se, para

cargo de primeiro-ministro entre Novembro de 1881 e Janeiro de 1882. Apesar da efémera passagem pelo poder marcou a opinião pública e a memória política republicana. Pátria, república e laicidade formavam para ele um triângulo inquebrável de valores. Gambetta, ao contrário do que fará Afonso Costa, considerava o sufrágio universal um instrumento fundamental de renovação da classe política. Noutros aspectos Afonso Costa estava mais próximo ideologicamente de Gambetta: o republicano francês queria separar as igrejas do Estado e as escolas das igrejas. Identificava as pretensões ultramontanas com as posições do alto clero, distinguindo-o do baixo clero, que associava às tradições nacionais, galicanas, do catolicismo. Pensava que a escola desempenhava um papel fundamental na promoção do mérito e conseqüentemente na atenuação da «guerra de classes». Recentemente, foi objecto de um estudo de Jean-Marie Mayeur: *Léon Gambetta. La Patrie et la République*, Paris, Fayard, 2008.

uma última e tenaz resistência, no palácio municipal, que foi danificado e aberto à canhonada. No dia seguinte, os tribunais de guerra funcionavam no mar, a poucos quilómetros da cidade domada. João Chagas foi condenado a quatro anos de exílio; cumpriu parte da pena, fugiu e passou muito tempo no estrangeiro. Regressou à Pátria, voltou a ser preso e acabou por cumprir a pena.

A revolta deu ao ideal republicano o que Vítor Hugo chamava a aprovação da derrota; e o movimento republicano, alimentado pelo mau governo de que já falei, cresceu rapidamente.

*

Ponho a Chagas uma quantidade de perguntas. Cortesmente, refaz-me a sua história política dos últimos vinte anos até à sua segunda prisão na véspera do regicídio, e do próprio regicídio, cujos pormenores trágicos são ainda pouco conhecidos.

É verdadeiramente o “enfant terrible” do seu partido. Nas últimas eleições, pôs-se de parte, por pensar que servir-se do regime presente é em parte aceitá-lo e, portanto, retardar o embate e a solução. Nutre especial antipatia por Alpoim, chefe dos dissidentes, porque vê nele e no seu grupo uma última ilusão, temendo que vários dos seus colegas de partido possam ser por ele conquistados, e ataca-o fortemente nos seus vibrantes panfletos semanais⁴. Recusa-se dar importância a todas as outras questões, inclusive a eclesiástica, porque para ele não há outra: derrubar a Monarquia e fundar a República.

— Mas, no fim de contas, sois uma minoria. Foi-me dito que os vossos catorze deputados representam quase todo o vosso exército de eleitores. O próprio sufrágio universal não vos daria, nas actuais condições, mais de vinte.

— É verdade, mas não é o número que conta. Uma grande quantidade de pessoas, aqui como em toda a parte, está com o partido que está no poder

⁴ *Cartas políticas*. Já há uma recolha de quatro volumes, e a publicação continua. Estão entre as melhores fontes de informação sobre a política portuguesa destes últimos dois anos e lêem-se com muito gosto, porque Chagas é um polemista admirável. Vim depois a saber pelos jornais que faz parte de uma espécie de triunvirato secreto para a organização da revolução e vi que não quis aceitar nenhum cargo para ficar na sua posição de crítico livre.

e, portanto, amanhã passaria para o nosso lado. As reservas da reacção estão no elemento mais inculto e, por isso, menos capaz de tomar parte activa nos acontecimentos. A Monarquia, por sua vez, já não granjeia nenhuma afeição sincera. Estão ao seu lado apenas os que obtiveram e esperam obter ou favores ou o poder e a forma de saquear o erário público. E esses certamente não a defenderão, quando a virem em perigo.

— Mas estais assim tão bem organizados para poder contar com o sucesso?

— Estamos prontos. Era só ver o último comício em Lisboa antes das eleições, na “sexta-feira”. Estavam 60.000 pessoas e em perfeita ordem. Nas eleições, a corrupção e a burla seriam impossíveis aqui em Lisboa, pois já somos tudo. Também nas províncias temos uma organização perfeita.

E mostra-me o *Anuário Democrático* do ano corrente, mapa de toda a organização republicana. Segue o ordenamento jurídico do Reino; tem juntas provinciais, municipais, distritais, paroquiais e “centros” da mais diversa natureza, para especiais iniciativas. Um directório central, composto de cinco membros efectivos e outros tantos suplentes, dirige toda esta organização, administra o cofre, indica os candidatos políticos.

— E não é para temer que, se conseguirdes derrubar a Monarquia, tenhais a mesma sorte da República na Espanha, em 1872, quando, por divisões internas, falta de preparação e incapacidade de manter a ordem, não tardou a dissolver-se?

— Impossível. Os mínimos pormenores já estão fixados. O novo Governo está nomeado. Entre nós, é o próprio povo que nos impõe esta unidade e não toleraria divisões. E todos os melhores elementos políticos estão conquistados para a nossa causa.

— E quem, perdoe-me a ousadia, está indigitado para presidente?

— A nossa República talvez não terá presidente. Parece-lhe estranho? Pode ser. Em todo o caso, veremos⁵.

⁵ Um jornal republicano, *O Radical*, lançou, depois da revolução, um inquérito sobre este tema. Os pareceres foram discordantes; decidirá a Constituinte e é muito provável que decida pelo sim.

— E o Exército? De que lado se poria numa revolução?

— Compreenderá que, nesse campo, não lhe posso dar uma resposta. Devo cingir-me a repetir-lhe: tudo está previsto e preparado. E também lhe asseguro que a solução da crise será rápida e segura. A Monarquia já não existe de facto. Só existe uma larva do velho regime e a anarquia da dissolução no governo e nos partidos de governo; e, debaixo da casca, um governo e um país novo, já pronto, que espera apenas o momento oportuno para romper essa casca.

Mas João Chagas é um homem de fé ardente. Das suas declarações poderia colher, não apenas os conhecimentos de um homem muito bem informado, mas a fé de um propagandista ardoroso. Daí ter continuado a recorrer a outras fontes

*

Lisboa tem quatro jornais republicanos. O de maior difusão é *O Século*, com 100.000 cópias de tiragem. Tem entre seis e oito páginas e a abundância dos anúncios comerciais é índice seguro da actividade económica da cidade. Em comparação, todos os jornais de Madrid denotam uma enorme inferioridade. A seguir, vem *O Mundo*, com uma tiragem também muito boa. Dos jornais não republicanos, apenas o *Diário de Notícias* tem uma larga difusão e é um jornal incolor. Todos os outros, órgãos do Governo ou das diversas fracções de Direita, não têm, todos juntos, metade da tiragem de *O Mundo*.

A Lucta é jornal republicano, menos difuso, mas mais eficaz pela propaganda que faz nas classes cultas. Passei na sua redacção uma tarde muito interessante. Estava presente o director-chefe, o deputado Menezes⁶, o homem em Lisboa mais bem informado do que se passa na Itália e que me faz perguntas sobre homens e situações nossas; estava também o director Brito Camacho, também ele deputado, médico, cujo rosto escuro e subtil deixa transparecer uma rara densidade de pensamento e força de vontade; estão um jovem advogado anárquico, um médico de Marinha, um aluno da Escola Militar e outros.

⁶ Foi nomeado pela República director-geral da Instrução.

Aqui, o propósito também é firme, mas as esperanças são menos ferventes, e avaliam-se com frieza as oportunidades e os obstáculos. O Menezes declara-se socialista, mas a sua é uma fé como de jovem anárquico, afirmada discretamente na intimidade, mantida como que em segredo. O povo, dizem-me, não toleraria divisões; por isso, não podemos ser senão republicanos e, se tentássemos abertamente uma outra propaganda, seríamos considerados como traidores. Por agora, estamos todos de acordo; dividir-nos-emos depois.

— E o Exército? – pergunto também a eles.

Admitem que em parte, e quanto aos altos graus, é uma incógnita, mas nos graus inferiores e, sobretudo, entre os sub-oficiais, a República tem muitíssimas simpatias. E o jovem aluno da Escola Militar conta-me um episódio característico que aconteceu este ano. São trezentos os alunos da Escola; o regulamento estabelece que, na Páscoa, se abeirem dos sacramentos. Este ano, 270 alunos recusaram-se e não houve maneira de persuadi-los nem se tentou obrigá-los; apenas 30 cumpriram a prescrição regulamentar. Entende-se que esses 270 alunos oficiais anticlericais são também republicanos convencidos e ferventes. Sabe-se que não faltam adeptos da República também nos altos graus, e faz-se algum nome, que já conhecia.

— E como resolvereis a questão eclesiástica?

— Questão? Mas não existe aqui em Portugal uma questão eclesiástica. Quando se conseguir vencer a reacção no terreno político, a separação do Estado da Igreja poderá ser proclamada sem nenhuma dificuldade e no modo mais fácil. Portugal não é como a Espanha (todo o português repete este juízo de comparação com orgulho, todas as vezes que se comparam os dois países no quer que seja). No Norte, acima do Douro, ainda existe, aqui e acolá, um fundo de fanatismo religioso, mas todo o resto de Portugal é muito pouco religioso.

— E a aristocracia?

— Já quase nem existe aristocracia em Portugal. A velha nobreza caiu em ruínas. Os poucos que restam estão ligados à Corte e ao clero (também os herdeiros do Marquês de Pombal são hoje clericais), mas contam muito pouco. Vai-se afirmando, ao contrário, sobretudo aqui em Lisboa, uma burguesia industrial rica.

*

Tinha uma última obrigação com a República portuguesa, uma vez que, aqui em Lisboa, está no poder, havendo conquistado completamente, há dois anos, a administração da cidade. Visitei, na sede municipal – um dos edifícios mais belos de Lisboa – o Presidente da Câmara republicano, Bramcamp Freire, uma vigorosa velhice, administrador experiente e extremamente honesto, antes de homem de parte. Ouvira unânimes louvores sobre a nova administração e começo por felicitá-lo por isso.

— Mas que quer? A única coisa de que somos donos de fazer é administrar bem. A qualquer iniciativa positiva, mesmo tratando-se dos trabalhos mais simples, o Governo põe obstáculos insuperáveis. Como sabe, aqui não há nenhuma autonomia local. Todo o Município deve ter a aprovação do Governo, e este, ao aprovar ou desaprovar, segue critérios políticos. As precedentes administrações foram ruinosas. Encontrámos, subindo ao poder, uma dívida de cerca de 75 milhões; depois de um ano de nossa gestão, já diminuiu, porque agora gastamos menos do que se põe no cofre, e muitos serviços foram melhorados. Nos preços dos diversos materiais que a administração deve adquirir fizemos reduções que vão de 10 até 70 por cento.

— Terá sido necessário fazer também mudanças radicais no pessoal administrativo.

— Pelo contrário, preferimos não despedir nenhum empregado nem diminuir nenhum salário, embora os lugares tivessem sido preenchidos pode imaginar de que modo, e haja empregados que ganham 20.000 liras. Quisemos que fosse feito um orgânico regular, para evitar atropelos futuros e dar uma garantia legal a todos os nossos colaboradores.

— É deveras notável que um partido novo, subindo ao poder, não tenha querido fazer vinganças nem distribuir prémios.

— Não é isso que o nosso partido nos pede. Pede-nos uma boa administração. Também as pessoas de negócios, que não se ocupam nem se interessam de política, pedem-nos apenas isso. E temos um pouco de receio dos politicamente, dos doutores. No grupo dos nossos conselheiros há só um, quanto basta; o corpo eleitoral não teria tolerado mais.

O Presidente da Câmara acompanha-me, no fim do longo colóquio, a fazer uma visita à sede municipal, numa hora em que o trabalho das repartições e a afluência dos cidadãos estão no auge. Dos sinais de profundo respeito com que é acolhido por toda a parte convenço-me da força desta administração, toda de uma cor política, tão viva e, mesmo assim, toda atarefada e prática.

Eis porque um agitador republicano, a quem eu perguntava se sabia governar, me respondia com orgulho: veja a nossa administração municipal.

V.
A ETAPA SALTADA

Sintra. – O palácio da Pena. – A Rainha D. Amélia. –
Dois homens, dois símbolos. – O conselheiro Alpoim e
o programa dos radicais. – O melhor amigo do Rei. – A
reacção e a revolução.

Lisboa, 7 de Outubro.

É uma maravilhosa moradia real esse palácio da Pena. Castelo aéreo, de arquitectura bizarra e subtil, que mãos de fada parecem ter trazido do Oriente, numa noite, e poisado com cuidado no cimo de uma das encostas que dominam Sintra e, mais abaixo, a foz do Tejo e Lisboa, estendendo-lhe aos pés um maravilhoso tapete de verde! A Rainha viúva de D. Carlos, Amélia de Orleães, a mulher dos “tristes destinos”, e o filho Manuel II, o “Reizinho”, habitam nele de Verão, enquanto D. Maria Pia, a avó do Rei, habitava mais abaixo, em Sintra, cheia de quintas elegantes, no meio do verde, numa vasta casa que mais parece um convento. Numa tarde de Setembro passado, visitei Sintra e os muros do castelo mourisco que caprichosamente coroa o cimo irregular de uma outra encosta dominante. Foi meu companheiro de viagem um senhor inglês, que vive em Portugal há cinquenta anos e que na minha breve estadia em Lisboa foi sempre cortês comigo, dando-me um grande apoio e informações, tanto mais preciosas por vierem de um homem completamente estranho aos choques e interesses dos partidos.

Das ameias do ângulo mais alto da muralha mourisca saudámos o oceano, que se divisa num largo traço, além das sinuosidades ásperas e rochosas da Serra, no fim da ondeada planície.

Ao descer, fomos por uma estrada desajeitada, entre campos secos e desertos, ao convento dos Capuchos, uma bizarra habitação para poucos monges, construída de qualquer jeito entre blocos maciços de pedra, servindo alguns de tecto às pequenas celas, onde um homem de média estatura não pode entrar sem se inclinar e manter-se bastante tempo abaixado. Na sala capitular não se consegue estar direito; a mesa do refeitório foi esculpida na rocha viva. O estranho convento está vazio e ao cuidado de uma mulher idosa.

Vêm à mente tempos e costumes longínquos, e associa-se à lembrança o pensamento desta tristeza quase mística que, do fundo da alma portuguesa, transparece nos seus rostos e gestos. E recordo os versos de um velho poeta popular destas partes:

*Triste sorte é a nossa:
depois de nascer, pecar;
depois de pecar, morrer;
depois de morrer, penar.*

Saídos dali, descemos rapidamente para visitar a famosa Quinta de Monserrate, onde o capricho de um senhor rico juntou num pequeno espaço uma vegetação luxuriante de plantas e árvores tropicais,

Ao descer para Sintra, vemos, um pouco antes de chegar à vila, muitos carros parados à entrada de um vasto recinto.

— Estão aqui os Reis – disse-me o meu companheiro de viagem; – este é o automóvel real; aquela carroça graciosa e ligeira é a da Rainha-Mãe.

E, mais à frente, vimos, ao passar, o vasto recinto cheio de gente, onde as vestes e os véus e os leques multicolores das senhoras e outras mulheres, agitados pela movimentação que costuma preceder a abertura de um espectáculo, produziam um admirável efeito de vivacidade.

Trazia o espírito cheio da situação dramática e quase trágica, estudada diligentemente em Lisboa, e esse divertir-se despreocupado do jovem Rei fez-me uma impressão penosa. Gostaria sobretudo de ver de perto a Rainha,

essa mulher altiva, que a horrível desventura não quebrantou e que na graça do sorriso de etiqueta não sabe esconder um frio desdém, quase de escárnio; essa mulher que o marido não amou, que o povo não ama, antes odeia, e que, ignorando os tempos e os factos, quer ser rainha como lhe apetece, sonhando o velho sonho dos Borbões, a aliança do trono e do altar sobre povos dóceis e servis, rodear-se de damas e monjas, governar com a reacção; tenacidade e desdém, que são, a seu ver, uma grandeza de alma, mas que a vida relegara lá no alto, naquele cume solitário, último refúgio, num país latino, de uma forma de soberania que chegou ao fim.

*

Poderia ainda haver salvação para a Monarquia? Um estranho encontro quis que eu visse, nesse mesmo dia, os dois homens, quase dois símbolos, representantes dos dois termos extremos, entre os quais oscilava o destino da Monarquia.

Na estação de Sintra, uma elegante carroça puxada por dois cavalos, com dois criados em libré, aproxima-se da saída, à chegada do comboio de Lisboa. Deste saíra, com as suas largas vestes pretas de orla violeta, e uma grande borla prelatícia no enorme chapéu, Monsenhor Tonti, Nuncio Apostólico em Lisboa: baixo, sólido, com um rosto duro e anuviado, sem companhia, porque o seu secretário estava a acompanhar pelo país frades em fuga. Subiu para a carroça e afastou-se pelo caminho oposto ao que leva ao centro da cidade, para ir para um convento de frades, onde está a passar férias.

Desse homem falara-me muito mal, essa mesma manhã, dizendo-me também que estava a preparar-se para atacá-lo fortemente na reabertura da Câmara – e entretanto já o vinha atacando no seu jornal *O Dia* –, o senador José Maria de Alpoim, chefe dos progressistas dissidentes (que são como que os radicais da Câmara portuguesa), cujo pequeno número de deputados amigos apoia o Governo Teixeira, e que estava precisamente a chegar de uma cidade termal, onde procura superar a gota que o ameaça, para ter longas conversas com o Presidente do Conselho⁷.

⁷ Alpoim acabou por ser dos primeiros a aderir ao novo regime republicano, dissolvendo o seu grupo.

*

Não procurara encontrar-me com Alpoim para conhecer o programa dele e do seu grupo. Conhecia-o pela vasta entrevista que dera, poucas semanas antes, ao redactor do *Temps*, e ser-me-ia fácil procurá-lo também num discurso político feito pelo próprio Alpoim no passado Janeiro, de que ele mesmo quis dar-me uma cópia. Trata-se de um programa vasto e verdadeiramente radical; contém a abolição imediata de todas as leis excepcionais que ainda limitam a liberdade de reunião e de associação e a liberdade de imprensa; a reforma do Senado e a limitação dos direitos da Coroa no que concerne à dissolução da Câmara (estas dissoluções foram muito frequentes nos últimos tempos); a reforma eleitoral, com o sufrágio universal e a representatividade proporcional; a plena laicização do Estado e da beneficência, o grande alargamento da instrução popular e a reforma tributária, que é um dos mais graves e urgentes problemas deste país⁸, oprimido por uma enorme dívida, que quase o subjuga à Inglaterra; e muitas e grandes despesas a enfrentar para a reorganização militar, também desejada pelo Partido Republicano, e para o desenvolvimento

⁸ O balanço português está desde há muitos anos em *déficit* constante e crescente; e os *déficit* acumulavam-se alegremente, cobertos por créditos desordenados e custosos. Eis uma amostra do *déficit* dos últimos anos:

Exercícios	Entradas (contos)	Despesas (contos)	Déficit (contos)
1899-1900	54.627	60.177	5.550
1900-1901	55.936	57.884	1.948
1901-1902	53.089	57.565	4.176
1902-1903	55.936	59.523	3.587
1903-1904	57.336	62.201	4.865
1904-1905	60.244	61.966	1.722
1905-1906	62.565	63.605	1.040
1906-1907	63.884	65.979	2.095
1907-1908	68.547	70.168	1.621
1908-1909	70.458	71.809	1.351
1909-1910	69.262	74.851	5.589

Assim, em onze anos, os *déficit* totais de Portugal elevaram-se a 30.844 contos, ou seja, cerca de 150 milhões de francos, no câmbio corrente.

As despesas com o pessoal administrativo atingiam a enorme percentagem de 22% da despesa total.

económico do país, cuja agricultura tem necessidade de um vasto crédito e de dispendiosas obras públicas para a irrigação.

Um bom programa. Mas oferecer-se-ia a oportunidade de pô-lo em prática com a Monarquia? “That was the question”. Era evidente que Alpoim estava de mau humor. As últimas eleições, essas eleições que precipitaram os acontecimentos, foram, mais ainda que para o Governo, um fracasso para ele, que vira cair muitos seus amigos diante do esforço combinado e tenaz de todas as oposições de Direita. E a sua cólera ia sobretudo para o clero e as ordens religiosas e o Núncio pontifício, que não só interviu na luta privadamente, incitando e favorecendo, mas, numa entrevista, tinha também falado publicamente muito mal de Alpoim e dos seus, falando, ao contrário, muito bem dos elementos reaccionários que combatiam o Governo.

— Esta infracção aos deveres de um hóspede e representante diplomático – dizia-me Alpoim – é intolerável e, apenas se reabrir a Câmara, farei uma interpelação muito forte ao Governo (com o qual certamente já devia haver acordo) sobre a questão. – E acrescentava: – O senhor sabe que, se o bloco reaccionário conseguiu recolher tantos votos, foi devido sobretudo à intervenção do clero. Há que, portanto, pôr-lhe remédio. As congregações religiosas restabeleceram-se aqui, em Portugal, graças ao Decreto Hintze Ribeiro, de 1901, que as autorizava a fundar institutos de instrução e de beneficência; e lançaram-se imediatamente na política. O Decreto Hintze é inconstitucional, convindo retirá-lo imediatamente.

Alpoim pensava poder ser, bastava que o Rei quisesse, o homem do momento, e declarava-o sem reticências.

— Ao Rei – dizia-me ele – falei com a maior franqueza, rudemente. Eu e os meus amigos ainda estamos dispostos a trabalhar pela Monarquia; mas, se esta nos der plena confiança e nos deixar actuar um programa de reformas verdadeiramente radicais. Julgo ser o melhor amigo do Rei. O actual Gabinete, que apoio, ficou embaraçado com o resultado das eleições. A Monarquia encontra-se entre dois fogos: de um lado, a reacção; do outro, os republicanos. Tanto aquela como estes procuram precipitar os acontecimentos e caminhar para uma crise; a primeira com a esperança de esmagar o Partido Republicano

e restabelecer o poder despótico; os outros com a esperança de libertar-se da Monarquia. Eu continuo sinceramente monárquico.

— Mas, subindo ao poder, deveria repetir as eleições. Julga que conseguiria obter uma maioria?

Alpoim responde-me com um estranho sorriso, a que poderia dar a seguinte interpretação: bem saberei o que fazer.

— E pensa que a parte mais moderada dos republicanos, que já conquistaram para si a opinião liberal do país, favoreceria essa sua tentativa? Já sei que os mais radicais combatem-no asperamente, como que a recear essa eventualidade.

A esta pergunta, o meu interlocutor não quis responder. Observou:

— Se eu lhe adiantasse algo, tornaria mais difícil a minha posição perante os republicanos ou a dos republicanos mais moderados perante os seus colegas mais acesos. Compreende, portanto, a reserva que me impus.

A resposta a esta pergunta era o segredo de Alpoim. Esse segredo agora talvez seja inútil. A hora de Alpoim passou, ou melhor, não teve tempo de concretizá-la. Perante a situação revolucionária que se estava a agravar, o pequeno grupo radical compreendia que, para salvar a Monarquia, havia que se impor à Monarquia, separá-la à viva força da reacção, pô-la no caminho das reformas radicais.

A reacção, apoiada pelas congregações religiosas, jogou a última cartada. Fez gorar, com a veemente campanha das últimas eleições, a tentativa incerta de uma Monarquia liberal. Não queria perder o domínio e era preciso barrar o caminho aos radicais, destruir a organização republicana, ter a Monarquia nas mãos, tratar bem e pagar os amigos com as benesses do poder. Faltava-lhe um número suficiente de adeptos para tentar a prova, e conseguiu ter os votos do clero e seus sequazes. Já me referi, em propósito, à queixa do ministro dos Estrangeiros português; se algumas congregações religiosas e o Núncio Apostólico e o clero não tivessem interferido tanto nas últimas eleições políticas,

o Parlamento já teria sido aberto e teria sido possível uma saída normal das actuais dificuldades ou, ao menos, um adiamento.

E o mais estranho é que o clero interveio na luta sem ter sido de forma alguma ameaçado. O Governo, ao contrário, até ao último dia procurou tranquilizá-lo. Nenhum problema grave surgira para alarmá-lo e assustá-lo. Tratou-se, portanto, de um consenso espontâneo nos propósitos da reacção, de uma desesperada e combinada partilha do poder.

Se a revolução portuguesa viesse a ser sufocada, todas as causas permaneceriam e até se agravariam, e governos maus, esbanjadores e irresponsáveis continuariam a destruir os interesses do país. Se vencesse, a Monarquia deveria atribuir a si própria a sua ruína. Cairá, não por o povo ser hostil à instituição monárquica, mas pela convicção amadurecida nos ânimos de que a podridão da vida pública não pode ser removida sem o sacrifício da dinastia reinante.

Nós italianos deveríamos desejar o sucesso da revolução. Um novo regime estabelecer-se-ia rapidamente e sem muitas dificuldades e poderia governar com tranquilidade. A reacção não tem reservas e, vencida, nunca mais se levantaria. O país seria lançado no caminho de um rápido progresso económico e civil, para o que possui numerosos e preciosos recursos, até hoje invalidados, em grande parte, pela péssima administração pública.

“Uma vez que, por culpa da Monarquia” – escrevia recentemente Afonso Costa, um dos chefes republicanos, – “o país foi posto sistematicamente a saque, o povo, o país que trabalha e que é honesto, deve pensar sistematicamente na Constituição da República e nas formas práticas de consegui-lo, isto é, na preparação cuidadosa e diligente do movimento revolucionário, donde ela deve sair vitoriosa”.

A hora da vitória chegou! E com a Monarquia cai a renascida audácia do partido clerical e dos seus chefes ocultos e manifestos. O Núncio Apostólico talvez já esteja em viagem para Roma, para contar aos melancólicos sonhadores do Vaticano uma outra desilusão e uma outra derrota.

VI. OS CAPELÃES DA COROA

Rivalidades entre o clero secular e o clero regular, entre igrejas e capelas. – A concordata. – Padres amancebados. – Padres republicanos. – As congregações religiosas e o Decreto Hintze Ribeiro. – A organização clerical. Os nacionalistas. – O programa clerical e os tradicionalistas.

8 de Outubro.

Com o triunfo da revolução portuguesa, não só caiu a monarquia dos Braganças; com ela cairá a Igreja concordatária. De facto, o primeiro acto do novo regime será certamente a separação do Estado da Igreja Católica; a revogação do Decreto Hintze Ribeiro que, em 1901, reabria o caminho às congregações religiosas; a proclamação da liberdade religiosa e da laicidade do Estado. O programa do Partido Republicano, elaborado já a 18 de Janeiro de 1891, traz como a primeira das “liberdades essenciais”, que o novo regime garantirá: a liberdade de consciência e igualdade civil e política para todos.

O próprio clero, com a sua aberta intervenção na última luta política a favor da reacção, apressou, como dissemos, o curso dos acontecimentos, e provocou uma nova e mais viva irritação da parte democrática contra si, de modo que o Governo Teixeira tivera de ele próprio de considerar o facto e anunciar, há poucos dias, pela boca do ministro da Justiça, um programa de tutela da soberania do Estado, ainda tímido, mas suficientemente significativo,

e começar também a preparar e a preanunciar medidas contra os jesuítas e contra o multiplicar-se das ordens religiosas.

Portugal, como dissemos, não é muito religioso.

Um jornalista, hábil politicante e católico intrigante, Gomes dos Santos, o Safardano, hoje correspondente muito encomiado do *Corriere dell'Italia*, escreve: “Dos cinco milhões de católicos que se atribuem a Portugal, nem a décima parte são católicos praticantes. A vida religiosa está limitada a algumas famílias católicas, tão raras que se poderiam contar nos dedos das mãos. São sempre as mesmas que frequentam a Igreja e vão à Confissão e à Comunhão. Esta clientela católica é tão pequena que, se as congregações quisessem dar as listas dos nomes, resultaria que todos juntos nem chegam a 10.000 pessoas” (Citação de *A Lanterna*, 1ª série, p. 35).

A grande actividade realizada nestes últimos anos pelas congregações religiosas não saiu do círculo desta pequena clientela que conseguiram galvanizar sem dar-lhe um conteúdo vivo. Foi fundada uma ou outra boa obra de assistência, sobretudo em Lisboa, e foram abertos vários institutos de educação para jovens⁹; pouca coisa, que não justificava de maneira nenhuma a pretensão de reconquistar e dominar politicamente Portugal e que era perturbada e profundamente viciada por esse segundo fim político. Também em Portugal, as ordens religiosas não se colocarão no seu lugar, enquanto não adquirirem a convicção de ser uma pequena minoria e, não tendo direito a aspirar a uma situação de privilégio, não se contentarem de exercer a sua acção num regime de plena liberdade.

Em Portugal, mais que na Espanha, as questões religiosas dos últimos tempos revelam um dualismo profundo, que, por vezes, torna-se aberto dissídio entre o clero secular e o clero regular. Se os princípios e métodos com que se faz a educação de ambos são os mesmos, o que os torna solidários na defesa daquilo que chamam liberdade da Igreja e unidade católica, as diferentes condições de vida e diferentes interesses criam, depois, diferenças notáveis entre os comportamentos de um e de outro, rivalidades entre as “capelas” e as “igrejas”,

⁹ Em Lisboa, existiam, em 1908, 80 colégios de diversa denominação; no Porto, 37. Mas, geralmente, só serviam para justificar a presença dos institutos que os dirigiam e recrutar para os mesmos.

São interessantes os pormenores que se encontram descritos em *A Lanterna*, mostrando como o pessoal docente, recrutado à pressa e sem preparação, fosse por vezes extremamente ignorante.

tentativas de atropelos, em que o clero regular tem geralmente do seu lado Roma, que tem nele um instrumento muito melhor de governo centralizado e absoluto.

As relações entre o Estado e o clero secular em Portugal são regidas por uma velha Concordata, que estabelece igualmente formas curiosas de jurisdicionalismo e confessionalismo. Uma soma – 160 contos de reis, cerca de 850.000 liras – é destinada, no balanço, ao clero e às despesas de culto das catorze dioceses portuguesas; as entradas da “*Bulla cruciatae*” (taxas eclesiásticas por indultos, rescritos, bulas etc.), que, no ano económico 1908, deram a soma global de 109 milhões de reis (cerca de 600.000 liras), são administradas por uma Comissão de Estado; do seu ordenamento fazem parte as juntas de paróquia, presididas pelo próprio pároco; os registos paroquiais têm efeitos civis; os bispos são por direito Pares do Reino (quase nunca aparecem no Senado; só Monsenhor Bello costuma ir e tomar, de vez em quando, a palavra em questões eclesiásticas), etc. Em contrapartida, o Estado tem numerosos direitos: o da nomeação para os benefícios, sob proposta dos bispos; a legislação didáctica dos seminários, em base a uma lei de Costa Cabral de 1815, o direito de visto para os actos da Santa Sé que devam ser promulgados no Reino, etc.

Embora esse direito eclesiástico tenha dado lugar a frequentes dissídios, nunca chegaram a agudizar-se. O clero secular português, pouco culto, não rico, quase todo ele com família – declarava recentemente o Nuncio Pontifício a alguém, que mo confidenciou, ser difícil encontrar no clero português celibatários para promover ao episcopado – limita-se, o mais das vezes, a um ministério meramente profissional e, pelos próprios encargos civis, está em frequente contacto com as populações. Em Lisboa, teve de renunciar à batina; os sacerdotes andam na rua de fato preto e chapéu.

O casamento dos padres é aqui, como na Espanha e em toda a América Latina, muito comum. O estado civil não o reconhece, como a Igreja também não, fechando os olhos, mas não o ignorando; e também o povo não se escandaliza, satisfeito se o sacerdote se limita à mulher com quem convive, o que nem sempre acontece¹⁰.

¹⁰ Alguém que teve a ocasião de ir a Portugal em 1906 para resolver a sucessão de Mons. Aiuti, falecido na Nunciatura, escreve num interessante artigo de memórias sobre essa sua viagem (*Ordine*, de Ancona, 16 de Outubro):

Em geral, os sacerdotes vivem com a sua mulher, na qualidade de governanta ou prima, e com os filhos. Um comerciante italiano contava-me que, anos atrás, numa terra do Norte, não encontrou uma carroça que o levasse à estação local; veio depois a saber aí que todas as carroças de que a aldeia dispunha estavam todas contratadas, esse dia, para o matrimónio da filha do pároco, e mais tarde tive ocasião de conhecer a jovem esposa, que, numa recepção privada, ao entrar, se dirigiu directamente ao seu “papá”, que estava presente e era festejado pelo feliz acontecimento de família, e beijou-lhe respeitosa e a mão.

Em Lisboa, há pouco tempo, Monsenhor Bello convocou um pároco que tem em casa sete filhos, convidando-o a considerar. “Que quer?” – respondeu-lhe este – “Já que os tenho, a coisa mais honesta é tê-los comigo. Que deveria então fazer deles?”. E foi deixado em paz.

Dizem-me que Buíça, o regicida, era filho de um sacerdote, e dizem que também o último Presidente do Conselho de Ministros da Monarquia era filho de sacerdote.

Nestes últimos anos, o clero secular também deu ferventes promotores do movimento republicano. O sacerdote Paes Pinto, falecido no ano passado,

“Estava um dia todo empenhado em fazer clareza nos papéis daquele gabinete... diplomático, quando deparei num grosso volume, encadernado e com diversas rubricas no seu interior. Pensando que continha o elenco das personalidades com relações de amizade ou de negócios com o chefe desse gabinete, um diplomático italiano falecido dias antes, senti o dever de folheá-lo.

E qual não foi a minha surpresa! Era tudo nomes de padres, só padres de cima abaixo em cada página e em cada letra da rubrica; tudo nomes e direcções exactas de padres, distribuídos por todas as terras de Portugal.

Pensava que pudesse tratar-se de uma lista do clero português, mas apercebi-me que faltavam nomes de alguns prelados portugueses que conhecia nesse mesmo ambiente ... diplomático. Levado da curiosidade, vi a capa e tive o que queria. Li, de facto, esta nota de abertura: *Reservado. Elenco dos sacerdotes portugueses indignos do Episcopado pela sua vida privada, etc.*

Era o suficiente. Fiz umas contas, tomei algumas notas, pelo maldito vício que se adquire quando também se viveu um pouco na família dos jornalistas, e fechei esse volume reservado. Depois, com uma série de perguntas directas a pessoas que deviam, melhor que outras, estar em grau de me responder, consegui convencer-me de que a grandíssima maioria do clero português é notoriamente amancebada e com prole, motivo pelo qual não pode ser elevada às honras do episcopado”.

foi, como encontro escrito num almanaque republicano, “uma das figuras mais simpáticas e caras do movimento republicano de 31 de Janeiro de 1891”. E, nas recentes eleições, houve propagandistas republicanos também nas fileiras do clero; e no distrito de Viana do Castelo, o partido apresentou entre os outros seus candidatos dois sacerdotes: Casimiro Rodrigues de Sá e Manuel Peres Gil, pároco o primeiro e professor de liceu o outro; não sei se depois foram castigados.

Todas ou quase todas as juntas de paróquia de Lisboa são republicanas, e os seus componentes não se encontram por isso em dificuldade com o pároco que as preside.

Nestas condições, a adesão do clero secular à República será provavelmente fácil e sincera. Ficará por resolver a sua questão económica, se forem suprimidos os títulos de entrada que estão na mão do Estado ou provêm de cargos civis. Mas não é improvável que o novo regime examine e resolva a questão com uma certa benevolência...

*

A ausência das ordens religiosas contribuiu para manter a paz. Estas e, de modo especial, os jesuítas tinham sido expulsos já no século XVIII pelo famoso Marquês de Pombal. Para regressar, aproveitaram a longa ausência da monarquia de Bragança, refugiada no Brasil no tempo das invasões napoleónicas; e em 1831 obtiveram do regente D. Miguel de Bragança um decreto que lhes permitiu regressar ao Reino. Mas esse decreto seria revogado e anulado por um acto de D. Pedro IV de 28 de Maio de 1834, com o qual, como recordava um novo Decreto Luciano de Castro, de 12 de Novembro de 1880, “se declaravam extintas em Portugal as ordens regulares dos religiosos”.

Depois desse ano, deu-se novamente uma lenta penetração; e os jesuítas italianos, mandados para reconstituir a sua ordem, abriram diversas casas, quando em 1891 D. Carlos que, no fundo da sua alma, não era meigo com os assuntos eclesiásticos e com os frades, estudava o modo de restabelecer os precedentes decretos. Os jesuítas aperceberam-se e prepararam-se; servindo-se sobretudo da aristocracia ligada à Corte e de outros apoios no alto, conseguiram um resultado oposto ao que era inicialmente a intenção do Rei; um decreto assinado pelo Presidente do Conselho de então, Hintze Ribeiro, que, fingindo

manter válida a precedente legislação e voltando a proibir casas só para religiosos e noviciados, permitia que se estabelecessem novas congregações locais ou nacionais, que tivessem por finalidade a instrução ou a assistência ou a preparação de missionários para as colónias.

Nunca se teve coragem de apresentar esse decreto à Câmara para ser aprovado. O novo regime pôde, portanto, considerá-lo ilegal e anular o seu efeito, procedendo de imediato à expulsão de todas as ordens religiosas, ao sequestro de bens dos jesuítas e de todas as outras casas, de que disporá mais tarde a Constituinte. (Há quem proponha formar com eles um fundo para o culto, com que compensar o clero secular pelo dano económico que lhe fará a separação. O colégio de Campolide será, por sua vez, transformado em prisão de menores.

O decreto, que foi de imediato e sistematicamente ignorado na parte negativa, deu lugar a numerosos pedidos de reconhecimento, por parte de ordens já existentes e vindas de fora, que apenas mudavam de nome e diziam ter, então, finalidades de instrução e assistência, que depois abandonaram. Assim, os jesuítas fizeram-se reconhecer com o nome de “Associação Fé e Pátria” e têm grandes colégios em Campolide, nos arredores de Lisboa, e em São Fiel; casas de noviciado em São Francisco, Guimarães, e em Barro [sic]; residências em Lisboa – a célebre casa de Quelhas¹¹ –, no Porto, Braga, Covilhã, etc. Cerca de outras cinquenta¹² diversas Ordens fizeram-se reconhecer e têm casas no Reino. Vários inquéritos sobre a legitimidade das várias casas, em ordem ao Decreto Hintze, foram habilmente iludidas e caíram no vazio.

Roma encorajava esse renascer das ordens religiosas, tanto mais quanto mais desconfiava do clero secular. Um sinal curioso dessa desconfiança crescente é a repugnância em nomear Cardeal o Arcebispo de Lisboa, Monsenhor Bello. Ora como a Concordata obriga o Vaticano a nomear Cardeal o Patriarca de Lisboa no primeiro consistório após a nomeação do Patriarca, diz-se em Roma que há dois anos Pio X não reúne consistório, precisamente para não cumprir

¹¹ Quelhas é a sede de uma vasta organização religiosa, chamada Apostolado da Oração. Esta, contava, em 1902, – depois desse ano, não se publicaram mais relações – com 707.868 sócios inscritos de primeiro grau, 252.178 de segundo grau e 55.236 de terceiro grau, e 19.000 relatores e relatoras.

¹² Coelho indica 55 no seu *Manual Político*, pág. 283 e seguintes.

essa obrigação. Não consegui descobrir as razões particulares e pessoais dessa antipatia de Pio X.

*

Para além do regresso das ordens religiosas a Portugal, Roma tentava um outro caminho para aumentar a sua influência na esfera pública: a organização clerical. Monsenhor Iacobini, Núncio Apostólico, fundou em Lisboa duas associações, que depois se difundiram no Reino: uma da “juventude católica” e outra “protectora dos operários”¹³ e fundou, em 1903, um jornal, o *Correio Nacional*, que teve breve duração e vários sucessores, até à actual *Liberdade*. Pouco depois, com o encorajamento do sucessor de Iacobini, criava-se uma organização política, o “Centro Nacional”, que viria a transformar-se no Partido Nacionalista, sob a direcção de Jacinto Cândido, velho parlamentar, esperto e ambicioso.

O católico Partido Nacionalista não teve porém muita fortuna. Em Lisboa, algumas manifestações clamorosas dos novos clericais provocaram contramanifestações que esmoreceram o zelo dos agitadores católicos; o clero secular seguia com pouco entusiasmo os impulsos que vinham dos jesuítas. Esta diversidade de tendências deu lugar a lutas e rivalidades que se manifestaram sobretudo no Norte, mais católico e clerical. Dois jornais do Porto representam as duas tendências, chefiadas uma pelos jesuítas e a outra pelos franciscanos. O primeiro, *A Palavra*, é propriedade de uma sociedade por acções, com capital inicial de 30 milhões de reis (160.000 liras), e nas primeiras listas de accionistas aparecem os nomes de diversos jesuítas¹⁴; o outro, o *Correio do Norte*, é inspirado precisamente pelos franciscanos. Este mostrava-se contrário à criação de um partido católico, não combatia o governo Teixeira e criticava frequentemente as intemperanças e os excessos da extrema Direita.

Aos ciúmes destes dois grupos atribui-se um incidente que, meses atrás, teve uma celebridade internacional. Os franciscanos publicavam, em Braga, um periódico de nome *A Voz de Santo António*, que atingira uma larga difusão

¹³ Em 1905, os operários inscritos nos círculos católicos eram 12.000. A associação publicava um periódico de nome *Democracia Cristã*.

¹⁴ Encontro este pormenor na já citada publicação do redactor chefe do jornal *O Século*, intitulada *A Lanterna*, cuja primeira série está compilada num volume.

no país. Pio X, em data de 9 de Abril de 1909, enviara um Breve de louvor e de abundantes bênçãos aos filhos de São Francisco e, de modo especial, aos redactores da *Voz de Santo António*. Não muitos meses depois, uma carta do Papa ao Arcebispo de Braga acusava esse periódico de modernismo e mandava suspendê-lo. O Ministério Teixeira critica publicamente o Arcebispo por dado execução à carta pontificia sem o placet régio; mas a *Voz de Santo António* foi suspensa.

Perguntei a vários no que consistia o modernismo desses bons frades franciscanos e se no clero português havia vestígios de modernismo. Nem sombra, e penso que dele se ouvia falar apenas como um monstro temível, mas distante. A campanha contra a publicação dos franciscanos foi conduzida pela *Restauração* de Guimarães, órgão nacionalista-católico, inspirado pelos jesuítas locais. A culpa de *A Voz* foi ter declarado que não é dever de consciência, para os católicos, filiar-se num partido político determinado, e que podiam, com tranquilidade de consciência, inscrever-se em qualquer partido político honesto, uma vez que procurassem, através dele, favorecer a eleição de deputados que defendam as suas ideias religiosas.

Um tal critério não agrada aos jesuítas e aos intrigantes políticos, mas corresponde ao comportamento seguido em geral pelo clero secular. Por isso, inscrever-se num partido e lutar por ele significaria criar enormes problemas com os outros partidos que estão ou podem vir a estar no poder, de quem dependem nomeações e promoções. Nem o clero secular se entusiasma com as reivindicações dos monges teólogos e da Cúria de Roma. A “Liga do Clero Paroquial” portuguesa, fundada em 1907, “para procurar melhorar a condição económica do clero paroquial nas formas a indicar pela maioria dos seus membros”, mandou, em Outubro de 1908, um seu representante a Viseu, onde se realizava o IV Congresso do Partido Nacionalista; mas o desafortunado viu cair-lhe em cima, da parte dos seus colegas e de Jacinto Cândido, as mais violentas censuras contra ele e contra a sua Liga, e retirou-se indignado e desiludido

*

O leitor italiano divertir-se-ia com o programa que estes agitadores clericais ilustram nas suas publicações. Vociferam contra os erros e as dívidas

dos Governos, contra a falta de pudor dos partidos, contra a galhofa do sistema parlamentar. Direis que estão de acordo com os republicanos. Sim, mas os delitos e erros não são os que os republicanos criticam; todos se resumem no insuficiente reconhecimento da doutrina da Igreja, da sua missão sobrenatural, da sua supremacia sobre o poder civil. O seu sonho é uma Monarquia absoluta, apoiada no clero e, portanto, dócil à Igreja. Não interessa se é um sonho absurdo; a teoria não sabe o que são absurdos práticos.

O estranho é que o parlamentar Partido Nacionalista, que, a bem da verdade, não conta com mais de três ou quatro membros, quase desaparecidos no bloco de Direita, era muito modesto no seu programa oficial e limitava-se a afirmar “a sua plena adesão aos princípios do catolicismo e à necessidade de manter o princípio religioso no ensino”.

Mais audaz, o minúsculo grupo dos legitimistas prometia uma nova concordata, em que fossem reconfirmados e aumentados os poderes do clero e, ao mesmo tempo, suprimido o beneplácito régio e todo o incómodo direito de regalia. É estranho dizê-lo, mas os católicos legitimistas dos países latinos, ao reivindicar os direitos da Igreja, não recordam os do poder civil. Querem todas as vantagens do privilégio, para além de todas as da liberdade. Mas os legitimistas não estavam satisfeitos com a actual Monarquia; tinham um candidato no coração, D. Miguel de Bragança, chefe de um ramo cadete da dinastia; e foi dito, no dia a seguir à semi-vitória eleitoral do Bloco, que, para agradar os legitimistas, este haveria de pedir para o pretendente no exílio a possibilidade de regressar à pátria.

Quem sabe se D. Miguel de Bragança não espera, agora que foi abafado o rumor das canhonadas e o embate das barricadas, que lhe chegue de Campolide o eco da promessa do regresso ao trono... Majestade, em nome de Deus e da sua Igreja, os jesuítas chamam-vos ao trono de Portugal.

VII. CONCLUINDO

Migalhas e síntese. – Em Lisboa, até as pedras sabiam. – O trono e o altar. – Revolta militar. – Letrados, cientistas, mulheres. – E as colónias? – As formas mudam, mas os homens ficam na mesma. – República jacobina?

19 de Outubro de 1910.

Enquanto o eco dos acontecimentos em Portugal se vai atenuando nos jornais, convém acrescentar-lhes mais algumas palavras em jeito de resumo e mesmo de síntese, pois um facto de tão radical importância para a vida de um povo e, portanto, também para o progresso das suas relações com os outros povos, não se termina assim, recolhendo as últimas migalhas das crónicas revolucionárias, caso ainda haja alguma curiosidade cansada, e quiçá desperta, e atirando-as distraidamente aos leitores.

Um país de cinco milhões, que ocupa um dos lugares do continente mais maravilhosamente dotados e bem colocados e que ainda possui um vasto império colonial, dotou-se de uma nova Constituição. Seria bom saber, por quanto hoje é possível, como aproveitará, como modificará o seu lugar no comércio e na vida do mundo. Muitas notícias falsas, muitas impressões injustas poderiam formar-se nas mentes de quem lê os jornais dos dias passados, e tanto mais se enraizarão quanto menos perturbadas forem por notícias e impressões vindas posteriormente, capazes de corrigir as primeiras.

*

Vários jornais, depois do que aconteceu, disseram: a revolução era iminente, estava madura, era inevitável; sabiam-no até as pedras de Lisboa. Mas então como se explica que os mais directamente interessados não o soubessem, que nem sequer se tivesse preparado uma resistência? É verdade que a revolução era certamente inevitável e iminente, e só quem, superando as aparências de uma vida normal, tivesse penetrado na íntima substância dos factos, poderia prevê-la na ruína do velho regime e no impulso e maturidade da organização republicana.

Uma revolução, porém, não acontece tão espontaneamente, com um movimento quase mecânico e automático; é obra de homens e deve ser tecida e preparada antecipadamente, com mil cautelas e atenções; necessita de muitos cúmplices, de um acordo que, por quanto possível, não descuide os mais pequenos pormenores; necessita de meios adequados. Essa preparação era secreta e só teria sucesso mantendo-se secreta. Se muitas instruções genéricas tinham sido dadas, o nó dos acontecimentos deveria ficar nas mãos de muito poucos. Conta-se, de facto, que duas vezes teve de ser adiado o início da revolta, porque, à última hora, o Governo se teria apercebido de algo, e bastava uma ordem dada a tempo para comprometer o sucesso. Nem se podia preanunciar com certeza o sucesso rápido e definitivo. Trinta e três horas durou a batalha civil nas ruas de Lisboa, um general audaz, um grupo de soldados heróicos, uma insurreição reaccionária nas províncias podiam mudar o curso dos acontecimentos e adiar o desfecho. Por duas vezes, nessas trinta e três horas de luta, temeu-se que a revolta estivesse para fracassar, e ao desânimo pela previsão da derrota se atribui o suicídio do almirante Cândido dos Reis.

Nesse sentido, a revolução apareceu de surpresa para o próprio Governo¹⁵ e para a Monarquia; para a Monarquia que, embora já espiritualmente isolada

¹⁵ De algumas declarações póstumas do ex-Presidente do Conselho Teixeira, pretendeu-se concluir que estivesse ao corrente do que se preparava. E em parte pode ser verdade: o Governo ou, pelo menos, muitos dos seus membros, tinham clara consciência do desfecho iminente e, perante a inevitabilidade do sucesso, ficaram como que paralisados; mas certamente não faziam parte da conspiração; quando souberam, já se estava na primeira fase de execução.

do país, ainda contava com a solidariedade de numerosas pessoas, astutas e bem informadas, dos religiosos e, sobretudo, dos jesuítas.

*

Esta solidariedade apareceria, depois, no conflito. As poucas tropas que ficaram fiéis não foram as únicas a apoiar a Monarquia. Certamente, foram lançadas bombas das igrejas e conventos, e daí partiram, em sucessão, alguns tiros: da igreja da Estrela, da de Santos, do convento de Quelhas e de outros lugares.

É verdade que não foram os religiosos a disparar, mas todas as casas religiosas e todas as igrejas tinham a sua clientela leiga e, com essa clientela, os religiosos lançavam prognósticos e discutiam projectos quanto ao futuro que temiam. Também é verdade que se esperava que a resistência das tropas pudesse ser mais eficaz e duradoura; na confusão dos memoráveis dias 1 e 5 de Outubro, a excitação dos ânimos e a incerteza das vozes que corriam permitiam esperar alguma vantagem dessa resistência armada. Portanto, pessoas que conheciam bem os conventos e estavam na posse de entradas secretas e tinham preparado as armas podiam atirar bombas e disparar sobre os revoltosos.

Houve exageros, alguns deles fabricados de propósito, mas, ao menos até prova contrária, consideramos que essa explicação – a priori, a mais provável – seja também a verdadeira. Adapta-se perfeitamente a esse tipo de clientela e de organização reaccionária que, como vimos, se apoderara do catolicismo à volta das congregações religiosas mais activas e habilidosas.

*

Foi, diz-se, uma revolução feita por soldados, uma revolta militar; fez-se moralização sobre isso e daí tiraram-se conclusões. Mas não é verdade. Revoltas militares são só as que, à margem do país e dos seus interesses, organizam tropas indóceis e desejosas de novidade e de dar pancadaria. A revolução portuguesa foi, ao contrário, concebida, amadurecida e preparada pela própria burguesia e pelo povo; o seu espírito entrou no exército pelas amplas portas por onde entra o próprio povo e a cultura de um país, através dos recrutas e da lenta persuasão de um profundo movimento de ideias. O acordo secreto

fez-se depois, quando se tornou necessário garantir a participação do Exército e organizá-la, para que a revolução não fracassasse.

Hoje, com os exércitos permanentes e os terríveis meios de destruição de que dispõem, as revoluções são muito mais difíceis. Mas o Exército não se dissocia da alma viva de um país e, quando a revolução não é capricho de poucos ou de muitos, não é perturbação de massas ignorantes, nem precipitação de sonhadores, mas termo fatal de um lento deteriorar-se das instituições políticas de um país e impetuosa vitória de forças novas, o Exército, como tal, desaparece; uma voz, vinda do interior, mais imperiosa, rompe os laços da disciplina normal e indica a cada qual o seu posto. Foi o que aconteceu em Portugal. Nos funerais solenes do almirante que chefiou a revolta, participaram, numa inesquecível apoteose nacional, 600.000 pessoas.

*

Dizem outros: é uma revolução de letrados e cientistas. Certamente, tiveram nela parte notável pessoas das letras e das ciências: médicos, poetas, advogados, professores de universidade arrastaram e comoveram as multidões. Mas isso pode ser apenas um índice da amplitude do movimento que levou à revolução.

A idealidade republicana já estava de tal modo associada profundamente a todas as esperanças nacionais que, quase espontaneamente, se revestira de formas de arte, por vezes ingénua e grosseira e, outras vezes, esteticamente perfeitas. Dois poetas, entre outros, muito populares eram Guerra Junqueiro e Gomes Leal. Poder-se-á amanhã fazer uma antologia das poesias em que, nos jornais e revistas, se exprimiu inicialmente o ímpeto potente da esperança e, depois, o hino da vitória. É para admirar que também a ciência oferecesse temas de propaganda à ideia republicana. Fez-se muita ironia, nos primeiros dias, sobre as declarações de Teófilo Braga e Bernardino Machado, embebidas de um positivismo ingénuo de Comte, não vendo que se confundia o método com o conteúdo, o caminho com a meta. Se, no momento solene, os homens mais populares vieram da literatura e da ciência, a culpa é toda... da política.

E é notável o facto de, como já antes na propaganda republicana e também na revolta de Lisboa, tenham participado em não escassa medida as mulheres. No acampamento da Rotunda, no cimo da Avenida, e noutras partes,

houve mulheres que permaneceram até ao fim no barulho, não apenas como enfermeiras, mas a disparar e a incitar.

E há que considerar também o facto de que todo o ambiente dos negócios participou na revolução ou acolheu-a como libertadora. Governos desonestos e incapazes e esbanjadores não favorecem os negócios honestos e o progresso da indústria e do comércio. Não é correcto o que alguém escreveu, que nem Lisboa tem uma burguesia habilidosa e activa e que só os vindos de outros mercados e comércios, os “brasileiros”, trazem riqueza; basta percorrer a secção comercial de alguns dos grandes jornais de Lisboa para se convencer do contrário.

*

Gorados de imediato o secreto desejo de alguns e a previsão de uma intervenção inglesa – foi dito que tal também era previsto numa cláusula secreta do tratado com a Inglaterra – foi largamente agitado, e ainda o é hoje, o fantasma da perda das colónias.

Das suas grandes colónias em África e na Ásia, Portugal quase só conserva a propriedade; a posse, que só pode ser dada por uma lenta penetração de comércios e influências, está quase toda na mão dos ingleses. A bolsa das finanças portuguesas está em Londres.

Sobre o futuro das colónias portuguesas podem fazer-se agora – e deixaremos fazê-las aos competentes – diversas previsões. Pode acontecer que Portugal se veja incapaz de defendê-las e conservá-las, por falta de força militar ou insuficiência de meios diplomáticos; pode acontecer que as invejas de outras potências, sobretudo da Alemanha, travem a cobiça inglesa, e que esta ache mais oportuno gozar tranquilamente o que já obteve e pode obter por meios pacíficos, sem ousadias que poderiam criar complicações.

Em todo o caso, não consigo ver como a continuação de um regime ruinoso, que esgotava na pilhagem do mau governo os recursos do país, pudesse servir à política colonial de Portugal. Por outro lado, já lá vai o tempo das solidariedades dinásticas, que servem para barrar o curso dos acontecimentos ou fazê-lo retroceder.

*

As formas mudam, dizem outros, mas os homens ficam na mesma, e as coisas continuarão a correr substancialmente da mesma forma. A esses pessimistas faço uma só observação. Pessoas que estão em Lisboa e, há muito tempo, no campo dos negócios, asseguraram-me que, enquanto os governos e os governantes “declinavam o verbo roubar em todas as formas e modos”, podia-se confiar com segurança na honestidade do comerciante português livre e que, por isso, em momentos de grande dificuldade para as finanças portuguesas, as grandes Casas estrangeiras nunca negaram crédito às Casas de Lisboa.

E um outro pormenor. Era conhecido, e viu-se claramente na hora do perigo, com quanto desinteresse e amor fosse servida a Monarquia. Na noite de 4 de Outubro, o Rei Manuelinho ficou só, no palácio das Necessidades, com um velho camareiro de oitenta anos, um cozinheiro, um telefonista e não sei mais quem. A aristocracia da Corte não se ergueu, essa noite, com propósitos mais generosos. Leio, ao invés, num jornal de Lisboa a seguinte notícia, registada por acaso: “o rico senhor e comerciante, Francisco Grandela, oferece a sua propriedade e empresa, no valor global de 28 milhões, como garantia de um empréstimo que o novo Governo republicano tivesse a necessidade de contrair para necessidades urgentes”.

Seria ridículo falar sobre a repentina passagem de uma proverbial administração desonesta para uma insuspeitável honestidade, como as mulheres dos reis, mas não se trata disso. O regime republicano tem agora grandes responsabilidades e encontra uma situação extremamente difícil; basta que não se torne indigno da confiança que o país lhe confiou e ponha mão seriamente na restauração da vida pública e da administração.

*

O novo regime, diz-se, está a revelar tendências jacobinas. Seguindo mais o estilo francês que o inglês, começou por expulsar as congregações religiosas, mas previa-se e era pacífico que isso acontecesse e os próprios interessados sabiam-no. Pela forma como correram os acontecimentos nos últimos anos, era inevitável. Na sala de espera do convento dos jesuítas, em Quelhas, estavam os retratos das duas Rainhas, do Rei e do Príncipe herdeiro massacrados e de Manuelinho, todas com assinatura autografada e dedicatória à Casa; o Governo republicano apoderou-se deles para conservá-los “como documento histórico”. O

único frade, creio, que foi morto foi um lazarista francês, o confessor da Rainha, e foi morto por se ter recusado gritar: “Viva a República!”. Muito generoso, entre os caídos, este frade que conservava os segredos de D. Amélia.

É provável que alguma congregação seja poupada ou, pelo menos, tacitamente tolerada; os franciscanos, por exemplo.

Em todo o caso, expulsas as congregações, o clero secular não será incomodado e chegar-se-á à separação, com o maior respeito pelas condições e necessidades económicas do próprio clero. O clero secular certamente não verte lágrimas amargas pelo afastamento dos seus irmãos regulares; aderirá facilmente e sem segundas intenções à República, uma vez que não seja demasiado perturbado na sua vida profissional.

— Mas o novo regime não durará; haverá uma contra-revolução. — Vã ilusão. O futuro está nas mãos e no seio de Júpiter, mas em Portugal o presente está todo nas mãos da República. Esta não tem inimigos; todos aderiram a ela, desde Alpoim e o seu inseparável visconde da Ribeira Brava, que, num impulso de entusiasmo, travou, com um eloquente hino à República, o ímpeto do assalto à igreja da Estrela, a Teixeira, a Luciano de Castro, a Campos Henriques; do *Diário de Notícias* ao Portugal; do Bispo do Porto ao Patriarca Bello. E os mais odiados rotativos de ontem passearão agora imperturbáveis nas ruas de Lisboa, como esse João Franco, que a *Humanité* dizia ter-se retirado para gozar na Itália a imensa fortuna da mulher¹⁶.

Uma minoria, com um golpe de mão, conquistou o país, mas esta minoria tinha a confiança do povo e o poder foi-lhe entregue, como João Chagas me garantia que aconteceria, na forma mais rápida e fácil. O passado está definitivamente encerrado. A nova República não tem pela frente outras dificuldades a não ser as que provêm da imensa ruína, dos resultados do longo mau governo, do atraso intelectual e económico de larga parte do país. Por enquanto, pode-se-lhe passar um grande crédito de confiança.

Depois, veremos.

FIM

¹⁶ O ex-ditador foi, depois, preso, mas imediatamente libertado, após pagamento de uma forte caução. O processo, se houver, não terminará de certo no trágico.

Anexos

Entrevista de Romulo Murri a *O Século* (10 de Setembro de 1910)

O Século, 10 de Setembro de 1910, p. 1.

«ROMOLO MURRI, EM LISBOA

O antigo chefe democrata-cristão na Itália faz jornalismo internacional. Noticiou ontem o *Século* a chegada de Romolo Murri a Lisboa, dizendo, ao mesmo tempo, o que este nome significa na vida social da Itália moderna.

A igreja de Roma está, há uns anos a esta parte, sendo fortemente sacudida por vários movimentos de opinião e acção governativa, o que tem constituído para ela um período de agitação e de luta, do qual não parece dever sair mais fortalecida, para o papel dominante que sempre tem pretendido desempenhar no mundo.

Não é só contra o Estado, que procura firmar a sua supremacia, que ela tem de lutar, ou contra as verdades demolidoras dos seus dogmas, que dia a dia se espalham e se generalizam. É contra os seus próprios filhos, os católicos que acatam os princípios fundamentais da doutrina da Igreja, mas que se atrevem a querer seguir, na aplicação desses princípios à vida das sociedades, por um caminho diverso daquele que a Igreja impõe.

Estas questões intestinas já hoje não têm a importância que possuíam há séculos, quando as descobertas científicas e as suas aplicações não haviam ainda revolucionado o mundo, distraíndo os homens da preocupação religiosa, pelos novos problemas que apareciam, pelas novas necessidades a satisfazer.

Todavia, os movimentos de opinião que se produzem entre os católicos têm ainda a importância necessária para atrair a atenção geral, sobretudo quando se produzem em épocas de grande agitação como aquela que a Igreja está atravessando.

O movimento chamado modernista, que na Itália se tem manifestado nos últimos anos, estendendo-se ainda a outros países, como a França e a Inglaterra, é dos mais interessantes e merece que se recorde, pelo menos nas suas linhas gerais.

Ofereceu-nos o ensejo de lembrá-lo a presença, em Lisboa, de Romolo Murri, um dos mais famosos arautos da democracia cristã e do modernismo, e que pelos seus ideais tem lutado com o maior denodo, resistindo valentemente a todas as perseguições movidas pelos conservantistas da Igreja.

Romolo Murri é um dos raros homens que falam de si próprios e quase exclusivamente da questão que ao interlocutor interessa conhecer. E, se não fosse o saber-se qual a sua acção no movimento modernista do seu país, não era do que ele ontem disse que esse conhecimento resultaria...

Os primeiros passos – O modernismo com Leão XIII

À pergunta que lhe fizemos sobre a origem do movimento, respondeu-nos Romolo Murri o seguinte:

— Há uns quinze anos impressionou-me, como de resto a muitos colegas meus, a constância tradicionalista da Igreja na Itália, a sua orientação reaccionária, e resolvemos introduzir na vida da Igreja algumas ideias novas, que lhe modificassem o caminho rotineiro que trilhava, e que só a afastava, cada vez mais, da vida moderna, com manifesto prejuízo para o seu programa e até para a sua estabilidade.

Estávamos animados dos melhores desejos e começámos a nossa propaganda por várias formas, a mais importante das quais foi a constituição de grupos de estudantes católicos das universidades e escolas de ensino superior. Estes grupos mantinham relações e procuravam federar-se para adquirirem assim mais força de expansão e resistência nos trabalhos de propaganda a que nos dedicávamos.

É claro que a propaganda que fazíamos, destinada a modernizar a Igreja, se assim me posso exprimir, não ia de encontro à doutrina, não combatia os

princípios fundamentais que todos acatávamos e pretendia somente orientar num sentido mais moderno, mais em harmonia com a sociedade de hoje, a sua acção social.

Os nossos grupos progrediam, a nossa pregação não era estéril e foi isso que fez com que os agrupamentos que nos propusessem uma acção, combinada, ajudando-nos reciprocamente, no que julgávamos útil para a causa da Igreja.

O resultado disto foi o enfraquecimento dos nossos grupos, e, por fim, o desaparecimento duma revista que mantínhamos, em virtude da acção dos elementos tradicionalistas, que usaram de toda a sua influência para neutralizarem o nosso movimento.

— Pode considerar-se esse facto como a primeira derrota sofrida pelos modernistas?

— Derrota, propriamente, não, porque não havia uma luta. Mas foi realmente um primeiro insucesso. Todavia não desanimámos. Daí a pouco tempo, por 1901, tornamos a constituir grupos, compostos não só de padres, mas de elementos laicos. Fundamos uma revista, *La Cultura Sociale*. Desta forma tínhamos dois ramos de propaganda e de acção. Os elementos laicos, que faziam da acção propaganda modernista, chamando à vida as massas populares, e os religiosos, que se ocupavam da defesa das regalias dos membros da Igreja, das suas pretensões, etc. Eram dois movimentos paralelos e que deram os melhores resultados.

Ao papa Leão XIII não era antipático o movimento, nem ao seu secretário o cardeal Rampolla, o qual mais de uma vez me manifestou essa simpatia, embora recomendando sempre que fôssemos o mais moderados possível, para não cairmos em exageros prejudiciais para todos.

No entanto, Leão XIII, que já não era o mesmo homem que publicara a encíclica *De Rerum Novarum*, trazia a lume outra, em que se notava um recuo, certamente obtido por influências conservadoras de toda a espécie, inclusive de padrões.

— Mas qual era o fim principal que os modernistas tinham em vista, desde que na nova organização havia elementos laicos e eclesiásticos?

— Era a propaganda de um socialismo cristão, de uma democracia social, compatível com a Igreja, para o que evidentemente, era necessário que esta mudasse de orientação. Realizaram-se então congressos, a que assistiram representantes de ambas as partes, onde se discutiam princípios e a acção

social que à Igreja convinha exercer. Estava-se assim, quando faleceu, em 1903, Leão XIII e lhe sucedeu o cardeal Sarto.

A nova fase do movimento. Em guerra aberta

— A subida de Pio X ao trono pontifício teve alguma influência no movimento modernista?

— Romolo Murri não respondeu directamente à pergunta, continuando a sua narrativa:

— O primeiro congresso que se realizou no tempo do actual papa constituiu grande e brilhante vitória para os modernistas. As discussões foram animadíssimas; lutámos muito, mas devo dizer que a vitória foi completa. Surgiu então uma proibição, que impedia a realização de mais congressos, ordenando ao *comité* organizador que enviasse todos os documentos e papéis que possuísse para o Vaticano. Era a guerra aberta e a resolução declarada de que o Vaticano não queria modernismos de espécie alguma.

Em virtude desta proibição e doutra, segundo a qual se não permitia aos padres fazerem parte de quaisquer grupos modernistas, a Liga Democrática Nacional ficou apenas composta de elementos laicos. Continuou-se, é claro, na obra de propaganda, e logo em 1905 se realizou o primeiro congresso, absolutamente independente da influência da Igreja, devendo realizar-se ainda este ano o quarto.

Quisemos saber de onde provinha, especialmente, a perseguição de que Romolo Murri tem sido vítima. Respondeu-nos:

— Em primeiro lugar, de uma antipatia pessoal da parte de Pio X, com quem tive desaguisados ainda ele era patriarca de Veneza. E, depois, por causa do que eu mandei dizer de França, para o *Corriere della Sera*, a propósito da separação da Igreja e do Estado, pondo as coisas no seu lugar e rectificando o que de falso se propalava em Itália a esse respeito.

Foi depois disso que fui suspenso *a divinis*, por não querer sujeitar-me às imposições que me faziam, de pôr termo à propaganda democrata cristã. Foi em 1907. Depois pretenderam que eu, que continuava afirmando a minha fé religiosa, abjurasse tudo quanto tinha afirmado sobre a acção social da Igreja, e que eu considerava e considero justo. Recusei-me terminantemente

a isso, afirmando que continuaria sempre na defesa das ideias que me eram caras. Excomungaram-me...

— E que lugar ocupa na câmara dos deputados?

— Estou na extrema esquerda, com os socialistas, os republicanos e os radicais, que somam ao todo um cento.

E como falássemos de partidos políticos católicos, Romolo Murri esclareceu:

— Não há partido católico na Itália. O Vaticano prefere dar os seus votos a qualquer candidato, contanto que ele prometa defender ou, pelo menos, não atacar os direitos da Igreja. Ganha assim mais do que com a constituição dum partido fechado, intransigente, com programa bem definido...

E em Espanha?

Pedimos a Romolo Murri que nos dissesse, em duas palavras, as suas impressões sobre a luta religiosa em Espanha, que acaba de visitar.

— É difícil de perceber – respondeu. É uma questão muito complexa, mas creio que, embora nas regiões governamentais haja boa vontade de modernizar a vida religiosa, isso há-de ser difícil de fazer, porque não me parece que exista em Espanha uma opinião pública que se imponha à reacção clerical e palatina. Pelo pouquíssimo que sei de Portugal, creio que aqui essa opinião é mais forte...

Romolo Murri já se avistou com algumas personalidades eminentes, a fim de recolher impressões sobre a vida portuguesa, as quais tenciona transmitir à *Stampa*, de Turim.

Notícias na imprensa sobre a presença de Romulo Murri em Portugal

O Século, 9 de Setembro de 1910, p. 1.

«ROMOLO MURRI

Encontra-se em Lisboa o célebre ex-sacerdote italiano

Deu-nos ontem o prazer da sua visita o sr. Romolo Murri, que foi uma das figuras mais notáveis do clero italiano, propugnador da chamada democracia cristã e um dos primeiros modernistas que o Vaticano irradiou do grémio da Igreja. Jornalista brilhante e parlamentar eloquente, Romolo Murri, excomungado e perseguido em virtude da audácia das suas ideias, é hoje um dos adversários temíveis do clericalismo, ao passo que, na imprensa, enfileira com os primeiros jornalistas do seu país.

Romolo Murri, a quem saudamos cordialmente, vem de Madrid, onde fez um inquérito, que destina ao seu jornal, a *Stampa*, de Turim, sobre a situação política e religiosa da Espanha. Em Portugal projecta recolher também algumas interessantes notas sobre os últimos acontecimentos.

O deputado italiano esteve na redacção do *Século*, acompanhado do sr. Guilherme Júlio Lambert.»

Diário de Notícias, 10 de Setembro de 1910, p. 1.

«ROMOLO MURRI

Este ilustre deputado ao parlamento italiano, que se encontra em Lisboa, onde veio para conhecer “de visu” a nossa situação política, teve a amabilidade, que muito lhe agradecemos, de vir à redacção do *Diário de Notícias* fazer os seus cumprimentos.»

A Luta, 11 de Setembro de 1910, p. 1.

«ROMULO MURRI

Recebemos ontem a visita do deputado radical italiano Romulo Murri, que veio a Portugal estudar a situação política. As suas impressões publicá-las-á no importante jornal de Turim *La Stampa*.

O deputado Romulo Murri foi padre. Iniciou na Itália, ousadamente, o movimento modernista. Os seus discursos e os seus escritos produziram uma grande impressão na Itália e nos outros países.

Não querendo retratar-se das opiniões expendidas, Romulo Murri foi excomungado. A democracia italiana respondeu à excomunhão papal, elegendo-o deputado.

Romulo Murri é um homem bastante culto e inteligente. Apesar de excomungado, continua afirmando-se cristão, embora se declare, ao mesmo tempo, anti-clerical. Parte amanhã para a Itália, onde vai tomar parte num congresso democrático, promovido por católicos dissidentes.

A esse congresso, disse-nos Romulo Murri, estarão presentes em espírito muitos padres, porque no jovem clero italiano há grande número de modernistas.

Agradecendo a sua visita, desejamos boa viagem ao ilustre deputado italiano.»

Índice onomástico*

- Afonso VI (Rei de Portugal) – 73, 139
Aiuti, Mons. Andrea – 99, 165
Almeida, António José de – 57, 81, 123, 147
Alpoim, José de – 56, 83, 91-94, 113, 124-125, 149, 157-160, 179
Amaral, Francisco Ferreira do – 77-78, 143, 145
Belo, António Mendes (Patriarca de Lisboa) – 99-100, 103, 113, 165-166, 169, 179
Braga, Teófilo – 110, 176
Buiça, Manuel – 77, 102, 143, 166
Calboli, Giacomo Paulucci di – 52, 72, 118, 138
Camacho, Manuel de Brito – 85, 151
Canalejas y Méndez, José – 68, 134
Cândido, Jacinto – 104-105, 170-171
Carlos I (Rei de Portugal) – 74, 76-77, 82, 89, 140, 142-143, 148, 155
Castelo Branco, José de Azevedo – 64, 130
Castro, José Luciano de – 57, 78, 102, 113, 123, 144, 168, 17
Chagas, João – 52, 61, 82-84, 113, 118, 127, 148-149, 151, 179
Coelho, José Trindade – 52, 103, 118, 169
Comte, Auguste – 110, 176
Costa, Afonso – 51, 57, 76, 81, 95, 117, 123, 142, 147-148, 161
Franco, João – 57, 73, 75, 113, 123, 139, 141, 179
Freire, Anselmo Braamcamp – 86, 153
Gambetta, Léon – 81, 147-148
Gil, Pe. Manuel Pires – 102, 168
Grandela, Francisco – 112, 178
Henriques, Artur Alberto de Campos – 57, 113, 123, 179
Herculano, Alexandre – 74, 140
Humberto I de Sabóia – 74, 140
Jacobini, Mons. Domenico – 67, 104, 133, 170
João IV (Rei de Portugal) – 73, 139
João V (Rei de Portugal) – 63, 129
João VI (Rei de Portugal) – 63, 129
Junqueiro, Abílio Guerra – 110, 176
Leal, António Duarte Gomes – 110, 176
Leopoldo I (Rei da Bélgica) – 75, 140
Lima, Sebastião de Magalhães – 65, 131
Luís I (Rei de Portugal) – 74, 140
Luzzatti, Luigi – 69, 135
Machado, Bernardino – 51, 57, 81, 110, 117, 123, 147, 176
Manuel II (Rei de Portugal) – 63, 77, 89, 112, 129, 143, 155, 178
Maria II (Rainha de Portugal) – 74, 140
Maria Pia de Sabóia (Rainha consorte de Portugal) – 74, 89, 140, 155
Maura y Montaner, Antonio – 65, 131
Melo, Sebastião José de Carvalho e (Marquês de Pombal) – 86, 102, 152, 168
Miguel I (Rei de Portugal) – 102, 106, 168, 172
Orleães, Amélia de (Rainha consorte de Portugal) – 75, 89, 113, 141, 155, 179
Orleães, Helena de – 75, 141
Orleães, Luis Filipe de – 75, 141
Pio X (Papa) – 104-105, 169-171
Porto, António de Vasconcelos – 57, 123
Reis, Carlos Cândido dos – 108, 174
Ribeiro, Ernesto Rodolfo Hintze – 73, 76, 93, 97, 103, 139, 142, 159, 163, 168-169
Rodrigues, João Albino de Sousa – 77, 143
Sá, Pe. Casimiro Rodrigues de – 102, 168
Santos, Gomes dos – 98, 164
Sonnino, Sidney – 69, 73, 135, 139
Sousa, António Teixeira de – 56, 59, 72, 91, 97, 104-105, 108, 113, 122, 125, 138, 157, 163, 170-171, 174, 179
Tonti, Mons. Julio – 58, 91, 125, 157
Vilhena, Júlio de – 76, 142
Vittorio Emanuele II (Rei de Itália) – 74, 140

* Este índice tem por base os nomes referidos no livro de Romolo Murri. Os números de página em itálico remetem para a versão italiana, aqui publicada entre as páginas 49 e 113; os demais remetem para a versão portuguesa, aqui publicada entre as páginas 115 e 179.

Capa e arranjo gráfico: SerSilito

Impressão e acabamento: Sersilito-Empresa Gráfica, Lda./Maia

ISBN: 978-972-8361-33-4

Depósito Legal: 319505/10

Tiragem: 500 exemplares